



<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>3</b>
<b>2. GRANDES TENDÊNCIAS E DESAFIOS AO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>5</b>
<b>3. DIAGNÓSTICO.....</b>	<b>13</b>
3.1. AMBIENTE .....	13
3.1.1. DIAGNÓSTICO.....	19
3.2. ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA ESPACIAL.....	20
3.2.1. DIAGNÓSTICO.....	28
3.3. ACESSIBILIDADES E TRANSPORTES .....	29
3.3.1. DIAGNÓSTICO.....	33
3.2. SOCIEDADE.....	34
3.2.1. DIAGNÓSTICO.....	46
3.3. ECONOMIA.....	48
3.3.1. DIAGNÓSTICO.....	55
3.4. MERCADO DE TRABALHO .....	57
3.4.1. DIAGNÓSTICO.....	59
3.5. CULTURA, DESPORTO E LAZER .....	60
3.5.1. DIAGNÓSTICO.....	68
3.6. MATRIZ SWOT.....	69
<b>4. PROPOSTA DE CENÁRIOS EVOLUTIVOS.....</b>	<b>76</b>
4.1. CONTEXTO INTERNACIONAL .....	76
4.2. CONTEXTO NACIONAL.....	78
4.3. CONTEXTO REGIONAL.....	79
4.4. CENÁRIOS DE EVOLUÇÃO PARA LAGOS .....	81
4.4.1. SÍNTESE DOS CENÁRIOS .....	83
<b>5. VOCAÇÕES ESTRATÉGICAS DE SUPORTE AO PARADIGMA “LAGOS-PORTA DA EUROPA NO SÉCULO XXI” .....</b>	<b>84</b>
5.1. TURISMO .....	84
5.2. O MAR.....	90
5.3. A ECONOMIA RESIDENCIAL E O ESPAÇO RURAL.....	100
5.4. A ECONOMIA DO CONHECIMENTO E A QUALIFICAÇÃO URBANA .....	105
<b>6. ANEXOS.....</b>	<b>109</b>



**Diagnóstico Prospectivo do Concelho de Lagos e Proposta de Cenários Evolutivos**

<b>6.1. SISTEMA DE INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....</b>	<b>109</b>
<b>6.2. BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>111</b>



## **1. INTRODUÇÃO**

Esta segunda fase dos trabalhos do PEL, consubstanciada pelo presente relatório “Diagnóstico Prospectivo do Concelho de Lagos e Proposta de Cenários Evolutivos” corresponde a duas etapas distintas: a realização do diagnóstico do concelho de Lagos e a sua análise enquanto elemento essencial à construção de cenários evolutivos.

A análise e avaliação das dinâmicas presentes no concelho de Lagos, abordadas no primeiro e anterior relatório, assim como a caracterização das áreas nucleares de aprofundamento dos trabalhos do PEL permitiram destacar as principais condicionantes ao processo de desenvolvimento e os principais factores de evolução para a definição dos objectivos estratégicos de desenvolvimento do concelho de Lagos. Estes objectivos são sustentados pela identificação das áreas de forte aposta, em torno das quais se definirá a estratégia de desenvolvimento local.

O diagnóstico prospectivo tem por base a criação de uma matriz de análise SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats), onde são evidenciadas as principais debilidades e potencialidades internas ou externas ao concelho. Este instrumento de análise (SWOT), que procura identificar os pontos fortes e fracos de um território e avaliar as principais oportunidades e ameaças de tendências internas ou da envolvente externa, tem uma contribuição importante na construção de cenários evolutivos e na definição e consolidação das vocações estratégicas para o desenvolvimento do concelho de Lagos.

Dada a natureza dos objectivos pretendidos alcançar nesta segunda fase do PEL, considerou-se importante abordar, inicialmente, as Grandes Tendências e Desafios que se colocam ao Processo de Desenvolvimento, tendo em conta não só as estratégias estabelecidas a nível nacional como também as linhas orientadoras adoptadas pela Europa para intervir neste processo, considerando a existência de uma política de coesão económica e social comunitária.

A metodologia seguida pela equipa do PEL, para esta fase de diagnóstico e de proposta de cenários evolutivos, privilegiou, como instrumento de trabalho, a participação e a auscultação de todos aqueles que intervêm no processo de desenvolvimento do concelho de Lagos.



### Diagnóstico Prospectivo do Concelho de Lagos e Proposta de Cenários Evolutivos

Assim, foram realizados encontros temáticos, com as forças vivas do concelho, em torno das problemáticas associadas às áreas nucleares de aprofundamento.

Apesar de não ter sido possível concretizar todos os 6 grupos temáticos de trabalho (GTT) inicialmente estabelecidos, um por cada área nuclear, por uma questão de incompatibilidade do calendário de prazos a cumprir pela equipa do PEL, foram retirados contributos importantes, por parte dos participantes nos Workshops, para o processo desta actual fase de trabalho. Desta forma, pelos resultados obtidos, espera-se dar continuação à realização destes grupos temáticos nas seguintes fases do PEL.

Perante a continuidade destes grupos temáticos de trabalho e uma vez que não foi possível abordar os domínios do Turismo, Ambiente e Cultura da forma inicialmente prevista, optou-se por integrar estes domínios, nesta fase de diagnóstico, juntamente com outras áreas nucleares. O desenvolvimento destes temas, considerados à partida de importância estratégica para o desenvolvimento do concelho, será efectuado na terceira fase de elaboração do PEL, onde serão definidas as respectivas políticas estratégicas de desenvolvimento e quadros de intervenção.



## 2. GRANDES TENDÊNCIAS E DESAFIOS AO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

As recentes alterações políticas e económicas no espaço mundial, cada vez mais global, reflectem-se na necessidade de reorientar estratégias de desenvolvimento e formas de intervenção nos territórios às diversas escalas.

No Espaço Europeu, que Portugal integra, são evidentes os desafios que se colocam.

O desafio cimeiro decorre do atraso na produção de resultados da implementação da **Estratégia de Lisboa**, passados cinco anos da sua criação<sup>1</sup>, impondo a necessária revisão.

Este documento de política, orientador da intervenção da U.E. elegia como **grande objectivo para os próximos dez anos**, *tornar a Europa, até 2010, na economia baseada no conhecimento, mais dinâmica e competitiva do mundo com mais e melhor emprego e maior coesão social.*

Hoje, cinco anos volvidos, a situação actual de potencial fracasso da Estratégia de Lisboa revela a necessidade dos Estados Membros procederem ao ajustamento dos objectivos e das medidas que consubstanciam este documento de política, e que dão corpo à finalidade anunciada.

Um recente relatório, publicado em Novembro do passado ano, produzido pelo Grupo de Alto Nível, liderado pelo ex-primeiro-ministro holandês, Wim Kok, revela as fragilidades internas e as ameaças externas com que o Espaço Europeu se debate (e que, conseqüentemente, condicionam de forma determinante a implementação da Estratégia de Lisboa), apontando para a premência de realização de reformas estruturais nos países que integram a U.E., sobretudo em matérias como a organização do trabalho, finanças e fiscalidade.

A análise efectuada no referido estudo é sustentada por um conjunto de indicadores estruturais de acompanhamento à implementação da Estratégia de Lisboa, dos quais

---

<sup>1</sup> Aprovada pelo Conselho Europeu de Lisboa em Março de 2000



Diagnóstico prospetivo do Concelho de Lagos e Proposta de Cenários Evolutivos

importa realçar, não só, o posicionamento da U.E. face aos Estados Unidos da América (E.U.A), como também o posicionamento de Portugal no contexto do espaço europeu.

Tabela 1- Desempenho comparativo U.E. e E.U.A, por indicadores estruturais (2003)

Indicador	Ano	EUA	UE 15	EU 25	Portugal	Melhor da UE 15		Pior da UE 15	
						Valor	Estado	Valor	Estado
PIB per capita	2003	140,3	100	91,2	68,3	194,6	Luxemburgo	68,3	Portugal
Produtividade por trabalhador	2003	121,6	100	93,1	63,5	132,2	Luxemburgo	63,5	Portugal
Taxa de emprego (%)	2003	71,2	64,4	62,9	67,2	75,1	Dinamarca	57,8	Grécia
Taxa de emprego de mulheres (%)	2003	65,7	56,0	55,1	60,6	71,5	Suécia	42,7	Itália
Taxa de emprego de idosos (%)	2003	59,9	41,7	40,2	51,1	68,6	Suécia	28,1	Bélgica
Taxa de desemprego de longa duração	2003	N/d	3,3	4	2,2	0,9	Luxemburgo	5,1	Grécia
Nível de instrução da população com 20-24 anos	2003	N/d	73,8	76,7	47,7	85,7	Irlanda	47,7	Portugal
Despesas I&D em % do PIB	2003	2,8	2	1,9	0,9	4,3	Suécia	0,9	Portugal
Emissões de Gás de efeito de estufa (base de indexação : ano= 100)	2002	113,1	97,1	91,0	141	81,1	Dinamarca	141	Portugal

Fonte: Relatório Wim Kok, Novembro de 2004

A análise dos indicadores estruturais demonstra claramente o distanciamento entre a Europa dos 15 e os EUA, em matéria de competitividade. Para os valores médios da U.E. 15, contribuem, de forma negativa, as performances de Portugal. São claras as diferenças em matéria de produtividade e de conservação ambiental, onde Portugal assume uma posição negativamente destacada no contexto dos Estados Membros.



Diagnóstico Prospectivo do Concelho de Lagos e Proposta de Cenários Evolutivos

De acordo com o relatório de Wim Kok, as causas para este afastamento comunitário face à economia norte-americana e à emergência das economias asiáticas nos últimos 5 anos, reside por um lado, em factores de natureza mundial:

- Alteração do clima de prosperidade económica na Europa - Os EUA sofreram dois anos de abrandamento e recessão económica, e Europa seguiu esta tendência, fruto da perda de valor de mercado das NT's e telecomunicações e consequentemente do clima de cepticismo relativamente à economia do conhecimento,
- Instalação de um clima de insegurança política - fruto dos ataques terroristas aos EUA em 11 de Setembro 2001,
- O aumento recente do preço do crude, associado ao aumento da procura e aos conflitos armados nos principais países produtores,

e, por outro, no atraso de reacção da economia europeia relativamente a estes factores, quando comparada com a evolução da economia EUA ou Asiática.

A continuidade das fragilidades estruturais da U.E. (défice do sector público, dificuldades orçamentais, más políticas de fiscalidade) associadas aos ainda baixos níveis de consumo público e privado, explicam em grande medida a reacção tardia da economia europeia e consequente afastamento das restantes economias mundiais.

Neste quadro, a UE enfrenta os seguintes desafios:

- **Tornar a sua economia competitiva** face aos EUA e ao crescimento da importância das economias de origem Asiática (nomeadamente China e Índia);
- **Acautelar os efeitos que as dinâmicas demográficas** do espaço europeu, caracterizadas pelo declínio das taxas de natalidade e simultaneamente pelo aumento da expectativa de vida<sup>2</sup>. Esta tendência de evolução da base demográfica europeia tem como efeitos o aumento das despesas públicas com a saúde e com pensões e, consequentemente, a diminuição no potencial crescimento da economia europeia<sup>3</sup>. Se não existirem políticas que promovam alterações na potencial força de trabalho europeia, estima-se que o crescimento económico diminua cerca de 1,55 até 2015.

<sup>2</sup> As projecções da Comissão apontam para um aumento da população com mais de 60 anos de cerca de 60% em 2050, contra 18% de população em idade activa (25-64anos)

<sup>3</sup> De acordo com as estimativas da Comissão projecta-se que o envelhecimento da população reduza a potencial taxa de crescimento da economia U.E. de 2-2,5% actuais para 1,25% em 2040.



**Diagnóstico Prospectivo do Concelho de Lagos e Proposta de Cenários Evolutivos**

- **Contrariar os efeitos negativos do alargamento de uma Europa a 25**, no domínio das disparidades regionais e da coesão, e **potenciar as oportunidades de crescimento** rápido dos novos Estados-membros, garantindo a coesão interna da União Europeia, através da promoção do crescimento e do emprego em todo o espaço europeu

Neste quadro, e face à necessidade de **rever a Estratégia de Lisboa**, a Comissão Europeia decidiu lançar um programa de modernização da base económica comunitária, vocacionado para o crescimento e para o emprego, objectivo que será sustentado em dois grandes eixos de intervenção:

1. Melhorar a regulamentação e simplificação das barreiras administrativas das empresas – o que passa necessariamente pela avaliação sistemática dos efeitos da legislação comunitária sobre a economia.
2. Reorientar os recursos orçamentais, incluindo os fundos estruturais de ajuda aos países mais desfavorecidos, para a inovação e investigação científica, vocacionada para o apoio ao desenvolvimento e aumento da competitividade das pequenas e médias empresas, e na aposta em áreas com maior potencial de crescimento como seja a saúde, o turismo e a educação. Neste quadro, impõe-se a maior eficácia dos fundos estruturais e de coesão por forma a garantir impactes directos e quantificáveis no crescimento e emprego da U.E..

Dado **o peso que os Fundos Estruturais** têm desempenhado nos investimentos realizados no nosso País, importa abordar os resultados alcançados com a avaliação intercalar do III QCA e os desafios que se colocam, ao País e à região do Algarve em particular, para o próximo período de programação financeira comunitária.

Os resultados da **avaliação intercalar do PORAlgarve** apontam para níveis de adequação da estratégia satisfatórios perante uma maioria significativa dos problemas e tendências evolutivas da região. Apesar de **não abranger todos os domínios da realidade regional**, sem qualquer dimensão específica em torno das questões de desenvolvimento social, nomeadamente na área de inserção social, e sem vocações definidas ao nível das infra-estruturas e serviços de transporte aéreo, esta ausência é justificada pela necessidade de se articular o PORAlgarve com outros instrumentos de políticas nacionais e regionais.

De uma forma geral, as **orientações mais expressivas do programa** adaptam-se às problemáticas e às necessidades referentes à **qualificação urbana e territorial e**



### Diagnóstico Prospectivo do Concelho de Lagos e Proposta de Cenários Evolutivos

à **preservação e qualificação ambiental**, identificando-as como forças estruturantes no processo de desenvolvimento da região do Algarve.

Perante a **marcante tendência de densificação do litoral e das áreas intersticiais entre os principais centros urbanos**, a crescente necessidade infra-estrutural destas áreas e os problemas decorrentes das **situações de conflito entre uma ocupação intensiva, residencial e turística, do território e a preservação de áreas de sensibilidade ambiental**, o programa apoia a produção de estudos e planos de intervenção em matéria de ordenamento, assim como defende a intervenção adequada ao nível da infra-estruturação e serviços de saneamento básico, recolha e tratamento de resíduos sólidos na defesa de áreas de vulnerabilidade ambiental.

O **reforço dos equipamentos colectivos nas áreas de baixa densidade, como resposta ao processo de envelhecimento e abandono demográfico acentuados dos espaços rurais**, e a qualificação da rede de equipamentos nos domínios sectoriais, como a cultura, o desporto e a saúde, são outras orientações relevantes do programa para a resolução de constrangimentos ao nível da efectividade e qualidade dos serviços de apoio à população. Em matéria de valorização do património construído, **a estratégia é demonstrada pela promoção de novos produtos turísticos que se interliguem com o património cultural e com os recursos naturais**.

No que respeita à **promoção e fomento de novas actividades, preferencialmente nas áreas de baixa densidade, e a revitalização económica pela qualificação dos activos, estas áreas são direccionadas para uma articulação com outros programas, nomeadamente o POEFDS e o PRIME/POE**, e para os meios por eles disponibilizados, por forma a aproveitar as sinergias resultantes das medidas inseridas pelos diversos programas sectoriais. A articulação com o Programa POSI ou com a estratégia nacional para a evolução da região para a Sociedade de Informação é outra das estratégias defendidas pelo Programa Regional, no sentido de definir linhas orientadoras para o aumento do recurso das TIC quer ao nível das pessoas, quer das empresas e da administração pública.

**Se nestes domínios, o Programa Operacional da Região do Algarve demonstra uma estratégia adequada para inverter situações de conflito e de estrangulamento ao desenvolvimento da região, noutras áreas problemáticas,**



### Diagnóstico Prospectivo do Concelho de Lagos e Proposta de Cenários Evolutivos

onde as tendências não só regionais e nacionais mas também internacionais são ponderantes, **exige-se que a sua intervenção seja mais acentuada ou reforçada.**

Na verdade, **o programa pode ou deve orientar melhor a sua estratégia no reforço da competitividade territorial e da inovação**, promovendo instrumentos mais adequados à realidade regional, que compensem o desajustamento dos programas nacionais e os problemas estruturais regionais e nacionais no domínio da inovação.

A **debilidade do tecido económico das áreas de baixa densidade é um dos graves problemas que afectam a região, e ao qual Lagos não é alheio.** A sua revitalização e dinamização obriga a **adequar a estratégia às especificidades locais**, onde os apoios criados no domínio da formação e de incentivos específicos para a criação de novas actividades devam estar adaptados às condições organizativas e aos recursos humanos instalados localmente.

**A articulação entre o tecido económico e empresarial da região e os sistemas científicos e tecnológicos nacionais e regionais é essencial para o aumento da produtividade e de inovação de processos e produtos.**

Os desafios colocados em matéria de exploração dos recursos endógenos ou de novas áreas de investimento ainda se encontram muito distantes das empresas de Know-How e de modernização tecnológica. Neste sentido, **o reforço deverá ser no sentido de integrar e reverter para a região oportunidades de parcerias entre unidades científicas e tecnológicas e empresas.**

Em matéria de acessibilidades e transporte o problema prende-se com a necessidade de melhorar as ligações locais e os sistemas de transportes públicos urbanos e interurbanos.

O reforço neste domínio, a ser considerado **na estratégia do programa regional**, coloca-se não só ao nível dos investimentos estruturantes de acessibilidade ao exterior, mas também ao **nível da intermodalidade e articulação entre modos de transporte**, bem como no reforço da oferta de transportes urbanos e interurbanos, nomeadamente entre o Barrocal e o litoral, em resposta à intensificação das deslocações pendulares (questão que se coloca de forma evidente no concelho de Lagos). Associado a este domínio, faz sentido reforçar a estratégia dos



### Diagnóstico Prospectivo do Concelho de Lagos e Proposta de Cenários Evolutivos

**investimentos na área da logística**, associado à distribuição de produtos, e a adequação das infra-estruturas portuárias para o turismo e desportos náuticos.

A intervenção nos problemas sociais, uma área em falta no programa, pode ser equacionada no reforço a dar aos instrumentos disponíveis no quadro do programa nacional POEFDS, incidindo nos problemas associados à pobreza e à exclusão social identificados, na maioria, entre as comunidades piscatórias e nas áreas rurais.

**Uma das grandes áreas de intervenção centra-se no desenvolvimento do cluster do turismo e lazer, como um dos motores decisivos da estratégia de desenvolvimento regional.** A actuação proposta pelo programa abrange as principais dinâmicas de qualificação e de organização do território regional – espaços urbanos, espaços naturais, diversificação e qualificação da rede de equipamentos estruturantes e serviços (cultura e desporto), afirmação da identidade regional, resolução de problemas de pobreza e exclusão, boas acessibilidades internas e externas e bons serviços de transporte público – que contribuem para a afirmação da região como destino turístico, com maior ou menor capacidade de concorrer no mercado turístico nacional e internacional. O reforço da estratégia neste domínio deverá ser orientada para:

- a consolidação do quadro organizativo do sector do turismo,
- a implementação da estratégia de marketing e promoção turística regional, como reacção à competitividade do mercado,
- a exploração de outros segmentos turísticos mais interessantes no que respeita, essencialmente, à sustentabilidade da região.

Estes desafios ou necessidades de direccionar e reforçar as estratégias do PORAlgarve demonstram que, apesar de existirem linhas orientadoras de desenvolvimento económico e social da região, estando a menos de dois anos do fim do QCA III, as metas que se pressupõem alcançar, ao nível nacional e internacional, ainda continuam bastantes distantes e o risco de nos distanciarmos do resto da Europa é cada vez maior.

O **próximo orçamento comunitário** reveste-se assim de um conjunto de novas perspectivas financeiras decorrentes da realidade nacional face aos desafios da nova configuração de U.E., em resultado do quinto alargamento.



### Diagnóstico Prospectivo do Concelho de Lagos e Proposta de Cenários Evolutivos

Esta Europa a 25 (que passará a contar com mais dois Estados-membros a partir de 1 de Janeiro de 2007 : Bulgária e Roménia) traduz-se num aumento de 28% da sua população e de 34% da área territorial, espaço que se reveste de desequilíbrios territoriais: o nível médio de rendimentos dos novos Estados-membros representa apenas 39% da média comunitária. Este facto produz um efeito estatístico de redução do nível médio do PIB por habitante do espaço comunitário e de aumento da respectiva dispersão regional e nacional.

Como consequência, o actual nível de 75% da média do PIB comunitário considerado como tecto de elegibilidade, corresponde, na realidade, a 82,6% no contexto da U.E. 25, facto que se reflecte na exclusão, por efeito estatístico, de determinadas regiões da U.E. 15, encontrando-se nesta situação o Algarve. Assim, para o próximo período de programação financeira comunitária o Algarve encontra-se num regime transitório de região de phasing-out do Objectivo de Convergência, sendo que a Comissão propõe que estas regiões passem a receber uma ajuda financeira equivalente a 66% do valor que receberiam enquanto regiões de convergência.

**A diminuição prevista dos Fundos estruturais para a Região do Algarve constitui uma ameaça efectiva à coesão regional sobretudo se se atender às disparidades intra-regionais existentes.**



### 3. DIAGNÓSTICO

O aprofundamento do exercício de caracterização e prévio diagnóstico efectuado na 1ª fase dos trabalhos de definição do PEL permite identificar os principais factores de suporte ao processo de desenvolvimento de Lagos, que se pretende integrado e sustentável nas dimensões social, económica e ambiental, considerando o actual contexto nacional e internacional e respectivas tendências de evolução.

Os pontos subsequentes apresentam o diagnóstico aprofundado para cada uma das áreas nucleares ao trabalho do PEL, destacando-se, no final de cada sub-ponto, os pontos fortes, pontos fracos, ameaças e oportunidades que lhes estão associados.

#### 3.1. AMBIENTE

As questões ambientais e de conservação da natureza apresentam-se cada vez mais na ordem do dia, tanto mais se se atender às situações de conflito geradas na Região e, conseqüentemente, no concelho de Lagos, pela ocupação intensiva, residencial e turística do território versus a necessidade de preservar áreas de sensibilidade ambiental.

O Algarve é detentor de um conjunto significativo de espécies e de habitats únicos, quer à escala nacional quer à escala internacional, algumas das quais ameaçadas, dependendo a sua preservação da eficácia dos instrumentos de gestão e conservação da natureza na Região.

A biodiversidade regional é espelhada nas características biofísicas reinantes no município de Lagos que determinam que a sua área geográfica apresente uma diversidade notável de paisagens e habitats. Lagos é um município que possui cerca de 25% da área do seu território inserida em áreas classificadas, do ponto de vista da conservação da natureza.

*Diversidade notável de paisagens e habitats*

A expansão de áreas urbanas destinadas ao aproveitamento turístico (fenómeno que atinge de forma idêntica todos os concelhos litorais do Algarve), constitui uma ameaça potencial para as áreas naturais existentes no município, o que justifica a premência de avaliar a sua

*Expansão desordenada das áreas urbanas destinadas ao aproveitamento turístico*



condição ecológica e respectivas tendências, de modo a implementar medidas correctoras e/ou preventivas relativamente à sua destruição. Tal só pode ser possível com a adopção de um modelo de ordenamento do território municipal que conjugue objectivos de desenvolvimento económico e turístico com objectivos de conservação da natureza, no sentido de promover o desenvolvimento sustentável do concelho. Esta ameaça ao processo de desenvolvimento sustentado e sustentável é sobretudo evidente na degradação ambiental de algumas áreas da zona costeira, fruto da crescente e desregrada pressão imobiliária/turística nestas zonas balneares que se configuram de extrema sensibilidade ecológica e natura.

Contudo, e em termos regionais, o concelho preserva ainda uma **diversidade notável de paisagens naturais**, em grande medida fruto da menor influência dos fenómenos de massificação turística ocorridos em outros concelhos da região algarvia. Lagos caracteriza-se e diferencia-se pela **presença de valores naturais de interesse conservacionista**. Efectivamente, foi possível inventariar de forma preliminar uma notável diversidade de Zonas Naturais de Interesse para o Município de Lagos (ZNIML), que apresentam um valor faunístico e florístico que justificaram a sua caracterização no sentido de assegurar a sua preservação.

*ZNIML - Zonas  
Naturais de  
Interesse para o  
Município de Lagos*

A sua identificação, sustentada na análise dos valores ecológicos<sup>4</sup>, permitiu definir os seguintes tipo de zonas:

- ⇒ Tipo I – Zonas de elevado valor ecológico que mantêm um carácter totalmente natural (ou muito pouco intervencionadas) e que, para a sua manutenção, apenas necessitam de uma gestão passiva ou de acções localizadas. Este tipo de áreas deve ser preservado;
- ⇒ Tipo II – Zonas de elevado valor ecológico que actualmente já sofrem algum grau de pressão, ou que estão sujeitas a potenciais impactes negativos num futuro próximo. Deverão ser melhoradas de modo a reconvertê-las em zonas tipo I. Neste tipo de zonas integram-se também as produções florestais constituídas por

<sup>4</sup> Considerando a informação bibliográfica e cartográfica existente associada a trabalho de campo para identificação e confirmação in-loco, bem como o estabelecimento de um conjunto de critérios que se encontram devidamente explicitados em Anexo



### Diagnóstico Prospectivo do Concelho de Lagos e Proposta de Cenários Evolutivos

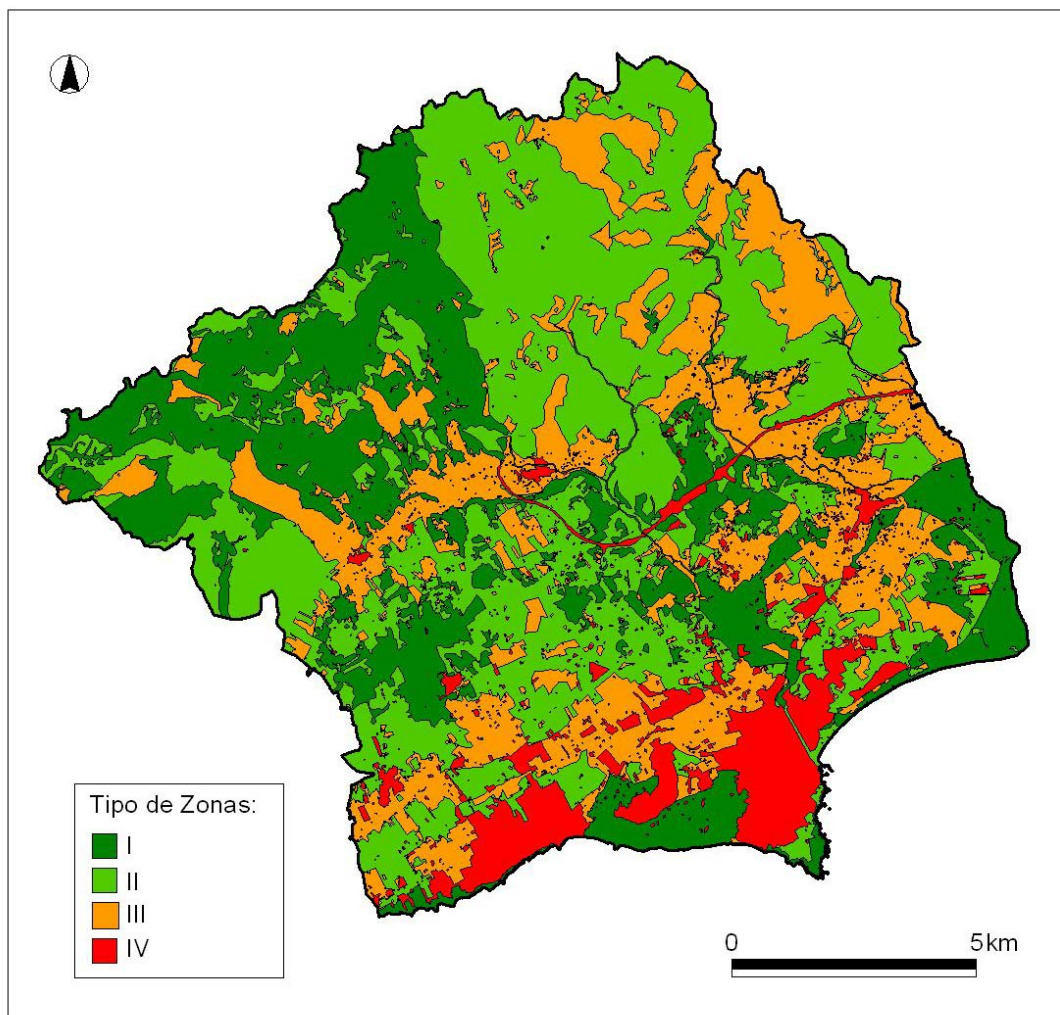
pinheiro-manso e pinheiro-bravo, as quais poderão também ser reconvertidas em floresta autóctone ou mantidas para exploração;

- ⇒ Tipo III – Zonas de elevado valor ecológico que actualmente já estão bastante degradadas devido à acção Humana (directa, indirecta ou accidental). Deverá ser efectuada uma análise caso a caso, no sentido de verificar se deverão ser reconvertidas em zonas tipo II e I ou, em alternativas, deixá-las avançar para zonas tipo IV. Integram-se aqui as áreas agrícolas;
- ⇒ Tipo IV – Zonas de reduzido valor ecológico, fortemente humanizadas, nas quais não haverá quaisquer problemas de desenvolver e implantar actividades ou estruturas de desenvolvimento económico menos compatíveis com o ambiente.

Como resultado (ainda que com um carácter provisório), obtém-se a carta de tipos de zonas naturais para o Concelho de Lagos, representada na figura seguinte:



Figura 1 – Carta das Zonas Naturais do Concelho de Lagos.



Relativamente à área ocupada, por cada um dos tipos de zonas definidos, verifica-se o seguinte:

- ⇒ Tipo I (zonas com habitats que possuem um elevado carácter natural) – 5.597 ha;
- ⇒ Tipo II (zonas que possuem habitats naturais com algum tipo de intervenção – inclui florestas de pinheiro-manso e pinheiro-bravo) – 8.653 ha;
- ⇒ Tipo III (zonas já com um grau de perturbação significativo – inclui áreas agrícolas) – 5.324 ha;
- ⇒ Tipo IV (zonas fortemente humanizadas) – 1.730 ha.



Da análise desta figura chama-se a atenção para 3 situações:

- ⇒ Verifica-se uma grande ocupação humana na zona litoral em franca expansão para a zona de barrocal e para o extremo Oeste do Concelho;
- ⇒ No quadrante Nordeste do Concelho praticamente não existem Zonas tipo I, algo que se deve aos incêndios florestais dos últimos anos, especialmente em 2003. Como tal as Zonas que dominam são as de tipo II ou III, caso se tratem, respectivamente, de zonas de grande valor natural que deverão ser reflorestadas (preferencialmente com floresta autóctone – sobreiros) ou áreas cujo destino poderá ter outros fins;
- ⇒ Apesar do carácter humanizado do Concelho e da sua ocupação desde há milhares de anos, verifica-se a existência de um património natural bastante significativo, tanto no Litoral, como no Barrocal e na Serra.

Este património ambiental revela um conjunto de oportunidades de desenvolvimento harmonioso e ambientalmente sustentável do concelho de Lagos. Considerando que o desenvolvimento do sector turístico sustentado na potenciação dos recursos e valores, e consequente diversificação dos produtos com o objectivo de contrariar a tendência monofuncional do sector em torno do produto sol-praia constitui um dos pilares de suporte à dinamização da base económica local, o aproveitamento turístico dos espaços naturais de Lagos surge como uma das vertentes a explorar neste domínio. Contudo, o modelo de exploração turística das áreas naturais deverá ser necessariamente enquadrado por uma lógica de valorização dos espaços naturais, sustentada por mecanismos e formas de rentabilização dos recursos em que estes sejam à partida comprometidos.

*Aproveitamento  
turístico dos  
espaços naturais  
de Lagos*

Do conjunto de mecanismos e formas de rentabilização dos espaços naturais com interesse faunístico, florístico e paisagístico identificados e classificados, destaca-se a necessidade de criar e delimitar estes espaços, assegurando a instituição de estatutos próprios no sentido de garantir a sua conservação/preservação. A operacionalização efectiva das ZNIML terá necessariamente de ser acompanhada da definição de Planos de Gestão aplicados (entre as quais a floresta, cuja gestão actual é deficiente), instrumentos estes que permitirão assegurar uma



Diagnóstico Prospectivo do Concelho de Lagos e Proposta de Cenários Evolutivos

postura de salvaguarda e preservação destas áreas, com vista à sustentabilidade das mesmas.

Ainda neste domínio, a criação de um **sistema de indicadores de desenvolvimento sustentável**<sup>5</sup> que diagnostique o estado do concelho, identifique as áreas prioritárias de acção com vista à obtenção de melhores desempenhos, e promova a melhoria da qualidade de vida das populações e avalie a qualidade do ambiente, constitui um instrumento fundamental ao processo de desenvolvimento sustentado e sustentável que se pretende imprimir ao concelho.

*Criação efectiva das ZNIML: estatutos, Planos de gestão aplicados, sistemas de indicadores de desenvolvimento sustentável*

Associa-se à preservação e conservação da qualidade ambiental do concelho, o esforço que a Autarquia tem efectuado na dotação do território concelhio com sistemas de saneamento básico aparentemente eficazes, apesar das dificuldades inerentes à sua gestão sobretudo devido à sazonalidade das actividades turísticas.

*Existência de sistemas de saneamento eficazes*

*Dificuldades de gestão da rede de infraestruturas como consequência da sazonalidade das actividades ligadas ao turismo*

Do ponto de vista institucional, a Câmara Municipal de Lagos (a título individual ou em parceria) tem desempenhado um papel relevante na promoção de iniciativas de inventariação, classificação e promoção da salvaguarda dos valores naturais do concelho. A constituição da Comissão Municipal do Ambiente e o trabalho que desenvolve comprova o posicionamento e a atitude pró-activa da Câmara Municipal de Lagos. Contudo, e porque as questões ambientais não se confinam aos limites político-administrativos definidos, Lagos, decidiu criar, em conjugação com Portimão, a Associação de Municípios da Ria de Alvor (Lagos/Portimão), revelando-se assim a assumpção da necessidade de coordenar esforços em prol da preservação, gestão e valorização de uma área natural única, cuja singularidade impõe medidas de conservação e utilização racional.

*Papel dinamizador e promotor da Câmara municipal do Ambiente em prol da preservação e conservação da natureza*

<sup>5</sup> Ver Anexo



### 3.1.1. DIAGNÓSTICO

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"><li>⇒ Presença de valores naturais de interesse conservacionista.</li><li>⇒ Presença de diversidade notável de paisagens.</li><li>⇒ Qualidade das águas costeiras na maioria das áreas balneares designadas.</li><li>⇒ Presença de sistemas de saneamento básico aparentemente eficazes (abastecimento de água, recolha e tratamento de águas residuais, sistema de gestão de resíduos).</li><li>⇒ Dinamismo da Câmara Municipal na promoção de iniciativas conducentes à conservação ambiental.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>⇒ Deficiente qualidade das águas superficiais.</li><li>⇒ Má qualidade da água de algumas das praias do concelho.</li><li>⇒ Dificuldade de gestão da rede de infra-estruturas como consequência da sazonalidade das actividades ligadas ao turismo.</li><li>⇒ Degradação ambiental de algumas zonas costeiras como resultado de um crescimento turístico desordenado.</li><li>⇒ Deficiente gestão da floresta.</li></ul>
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"><li>⇒ Criação e delimitação de ZNIML.</li><li>⇒ Estabelecimento de Planos de Gestão aplicados às ZNIML.</li><li>⇒ Aproveitamento turístico sustentado das ZNIML.</li><li>⇒ Desenvolvimento de um sistema de indicadores de desenvolvimento sustentável.</li><li>⇒ Inibição do crescimento desordenado dos aglomerados populacionais e empreendimentos turísticos.</li><li>⇒ Promoção e salvaguarda da qualidade das zonas balneares.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>⇒ Aumento da pressão sobre as zonas naturais de interesse conservacionista.</li><li>⇒ Deterioração dos recursos naturais, paisagísticos e balneares por potencial intensificação da sua utilização.</li><li>⇒ Disseminação de empreendimentos turísticos em resultado de maior procura resultante da criação de novas fontes de atracção.</li><li>⇒ Excessiva pressão construtiva – colapso das infra-estruturas e/ou aniquilação de valores naturais e paisagísticos.</li><li>⇒ Inibição ao crescimento e desenvolvimento da região caso sejam instaurados processos que dificultem de forma generalizada a concretização de novos projectos.</li><li>⇒ Incremento de fogos florestais por deficiente gestão ou inoperacionalidade de meios.</li><li>⇒ Dificuldade de assegurar a operacionalidade dos sistemas de infra-estruturas caso haja um crescimento acentuado da população sazonal.</li></ul>



### 3.2. ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA ESPACIAL

O actual sistema urbano do Algarve denota uma clara influência da especialização da região no binómio “sol-praia”, apresentando uma concentração do povoamento (e das actividades económicas e infra-estruturas estruturantes) na faixa litoral das áreas central e oriental do território regional, revelando assim um modelo de ocupação do território desequilibrado.

Daí que as orientações estratégicas, de carácter europeu, nacional e regional, apontam para a necessidades de desenvolver as “áreas deprimidas” do Algarve, designadamente do Baixo Guadiana, da Serra e da Costa Vicentina. Com esta aposta pretende-se promover a atenuação das assimetrias regionais e o incremento da coesão sócio-territorial e contribuir para o objectivo de diversificação da base económica regional, actualmente excessivamente “agarrada” ao produto turístico “sol-praia”.

Cabem aqui questões como a criação de condições para a fixação da população e para o aumento (controlado) da procura turística, através da infra-estruturação das referidas “áreas deprimidas”, da criação de emprego e da melhoria do acesso a bens e serviços (mais ou menos essenciais), utilizando o turismo (rural, cultural, cinegético, de natureza, etc.) como catalizador de vários vectores da economia.

Todavia, e apesar daquelas orientações estratégicas, tem-se assistido no Algarve a uma concentração de atenções e investimentos nas áreas de maior concentração urbana (como atesta o volume dos investimentos (co)suportados pelo III QCA e pelos diversos Programas Operacionais de âmbito regional, votando ao esquecimento as áreas de menor peso demográfico.

Do ponto de vista urbanístico o concelho de Lagos tem pautado o seu crescimento pela contenção da ocupação litoral, revelando a preocupação de evitar os erros cometidos nas zonas central e oriental do Algarve, e pela contenção da expansão urbana, privilegiando um

*Persistência dos desvios face à orientação estratégica de aposta no desenvolvimento das áreas deprimidas do Algarve.*

*Contenção da ocupação litoral e urbana*



melhor aproveitamento das áreas urbanas, ainda não consolidadas, mas já infra-estruturadas.

Para este facto contribui a iniciativa da Câmara Municipal de Lagos em **elaborar um conjunto significativo de instrumentos regulamentares de uso e ocupação do solo, procurando dar resposta às dinâmicas urbanísticas e, simultaneamente, promover acções de renovação ou requalificação urbana e reforçar as relações de urbanidade com a cidade de Lagos.**

*Número significativo de Planos em elaboração*

A importância da definição de Planos de Urbanização e Planos de Pormenor é ainda reforçada pela **ausência de PDM eficaz**, condicionando a concretização de projectos estruturantes e a atracção de investidores privados ao município.

*Inexistência de PDM eficaz*

Contudo, a dinâmica de elaboração de instrumentos de gestão territorial com incidência no território do município de Lagos apresenta aspectos positivos e aspectos negativos.

Praticamente todos os PMOT's em curso encontram-se já numa fase avançada da sua elaboração, sendo já possível identificar dezenas de acções e projectos propostos. Muitas destas propostas revestem-se de uma importância extrema para o desenvolvimento do município de Lagos, envolvendo desde a regulamentação do uso e da edificabilidade do solo, até à construção de infra-estruturas e equipamentos estruturantes.

Porém, as **dificuldades associadas à morosidade do processo de aprovação e entrada em vigor dos PMOT's em curso**, num contexto de forte competitividade territorial, poderá constituir um forte obstáculo ao desenvolvimento do município de Lagos, sobretudo se se atender às prioridades do investimento privado, que se rege por princípios de "oportunidade" e "rendibilidade" e, por inerência, susceptível a grande volatilidade geográfica/territorial. Entre essas dificuldades identificam-se aspectos de natureza juridico-administrativa (associados a todo o processo de consultas e emissão de pareceres por parte das múltiplas entidades, públicas e privadas, com força jurídica para condicionar a

*Rigidez do processo de aprovação dos PMOTs face às dinâmicas e oportunidades de desenvolvimento*



aprovação dos PMOT's) e de natureza financeira (na implementação/materialização) dos PMOT's, associadas ao desbloqueamento de verbas para financiamento de projectos estruturantes (sobretudo de carácter infra-estrutural).

Este facto é tanto mais relevante se se considerar o aumento tendencial da pressão urbanística sobre a faixa litoral do território municipal, no quadro da especialização económica do Algarve no turismo de “sol-paia”, facto que poderá configurar-se como uma ameaça à sustentabilidade territorial de Lagos, sobretudo decorrente do recente aumento dos níveis de acessibilidade ao Lagos.

*Aumento da pressão sobre a faixa litoral do concelho*

Efectivamente, as deficientes condições de acessibilidade (em especial rodoviária) entre as principais portas de entrada de turistas no Algarve – o Aeroporto Internacional de Faro, o IC1 e, mais recentemente, a auto-estrada A2 (Algarve-Lisboa) e o Barlavento Algarvio constituíram-se, até aos anos 90 do século XX, como um factor dissuasor aos fenómenos de pressão urbanística no concelho de Lagos.

A chegada da A22 ao território concelhio, deixa antever um aumento da pressão urbanística no município, sobretudo se se tiver em conta a qualidade ambiental e paisagística que ainda hoje caracteriza o município de Lagos e, nomeadamente, o potencial imobiliário-turístico da sua faixa litoral.

Ora, a concepção e efectivação dos PMOT's em curso, numa época de crescente competitividade territorial, constitui uma oportunidade ímpar para se equacionar, de forma sistémica, o futuro do município de Lagos.

Assim, importa, em primeiro lugar, equacionar a estratégia definida no PROTAL para a região do Algarve e, em particular, para o Barlavento algarvio.

Os PMOT's (e, designadamente, o PDM de Lagos) deverão dar expressão territorial aquela estratégia, contribuindo cada um deles para que sejam alcançados os objectivos de desenvolvimento traçados para o município. À sua escala de intervenção, cada Plano tem oportunidade



de condicionar, de forma positiva ou negativa, o futuro do município de Lagos. Daí ser fundamental a articulação entre todos os PMOT's em elaboração (e destes com o PROTAL), de modo a que as propostas que apresentam, contribuam, no seu conjunto, para um objectivo central de desenvolvimento (sustentado e sustentável) do município de Lagos e, por outro lado, de modo a obviar o surgimento de incompatibilidades ou contradições, de âmbito estratégico ou regulamentar. O facto de estarem a ser equacionados, em simultâneo, a estratégia de desenvolvimento (sócio-económico e territorial) do Algarve e do município de Lagos e, à escala micro, de desenvolvimento urbanístico dos principais aglomerados urbanos presentes no espaço territorial do concelho, potencia sinergias, nomeadamente ao nível da articulação de acções e programas de intervenção, constituindo o PEL um instrumento privilegiado de congregação e sistematização dessas propostas, potenciando os impactes positivos da sua concretização.

*Aproveitamento de sinergias associadas à elaboração simultânea de vários Instrumentos de Gestão Territorial.*

Neste quadro, o desenvolvimento sustentado e sustentável do município afigura-se como uma oportunidade de afirmação de Lagos, enquanto local privilegiado para residir ou visitar. De facto, a criação de condições para promoção do desenvolvimento económico do município, respeitando o ambiente e proporcionando melhores condições de vida à população é a ambição natural dos lacobrigenses e o grande desafio que se coloca à Autarquia.

*Desenvolvimento sustentado e sustentável*

Para a concretização desses objectivos, é fundamental que a Câmara Municipal de Lagos mantenha a sua aposta na promoção de uma estratégia de desenvolvimento que seja sustentada e sustentável, isto é, que, perspectivando um conjunto de objectivos estratégicos de desenvolvimento (sustentável) a atingir, consiga mobilizar e congregar os interesses da sociedade civil e das forças-vivas do concelho, bem como reunir os meios financeiros (públicos e privados) necessários à sua concretização.

A implementação das propostas que vierem a resultar do Plano Estratégico do Município de Lagos terá nesta matéria um papel determinante, mas terá, necessariamente, de ser acompanhada de um forte empenhamento da Autarquia e da sociedade em geral, no sentido



da criação de condições para o investimento e para a dinamização económica do município (através da aposta na dinamização de novas áreas de actividade e no reforço da importância das actividades já existentes e, em particular, daquelas que atravessam períodos de maior austeridade (agricultura, pescas, etc.), apostando em soluções inovadoras e/ou com características que as destaquem no mercado regional, nacional e mesmo internacional, o aumento da coesão social e a melhoria da qualidade de vida da população (generalizando o acesso a bens e serviços, diminuindo o desemprego e, conseqüentemente, permitindo o aumento do rendimento *per capita*) e a preservação do património ambiental e paisagístico (através de um correcto ordenamento do território e de um rigoroso controle da ocupação desregrada do solo).

No contexto actual de planeamento do município de Lagos, o concelho configura uma oportunidade ímpar para impulsionar, de forma decisiva, o seu desenvolvimento, num período em que o Algarve (e o país em geral) enfrenta importantes desafios ao nível da dinamização e diversificação do seu modelo económico, mas também de reforço da coesão territorial e de preservação do património ambiental e cultural.

O fenómeno da globalização, caracterizado pelo acelerado desenvolvimento e difusão das novas tecnologias de comunicação e informação, da liberalização (cada vez mais ampla) dos mercados e da melhoria e democratização dos meios de transporte, resultou numa crescente interligação e interdependência entre nações e povos. À escala regional/local, assiste-se também ao aumento da intensidade das relações funcionais entre aglomerados urbanos e, por outro lado, a uma crescente competitividade pela atracção de investimento e pela localização de actividades económicas, geradoras de emprego e, em geral, de melhoria do nível de vida da população.

O sucesso dessa afirmação no mercado global que hoje em dia impera, depende da conjugação de factores diversos, que passam, pela estabilidade política, económica e social, pela disponibilidade de mão-de-obra qualificada, pela oferta de bens e serviços de nível superior,



### Diagnóstico Prospectivo do Concelho de Lagos e Proposta de Cenários Evolutivos

pela dotação de uma boa rede de infra-estruturas e equipamentos e pela preservação da boa qualidade ambiental e paisagística do meio.

Lagos tem condições para se afirmar, no panorama nacional e internacional, como um município onde é agradável residir (pela qualidade de vida que propicia), ou que se deve visitar (pela qualidade e diversidade das “atrações” que tem para oferecer). Para tal, é fundamental que, para além de preservar o património ambiental e paisagístico endógeno, sejam materializados os projectos estruturantes definidos nos PMOT’s que abrangem o território concelhio (quer sejam de cariz infra-estrutural ou de construção de equipamentos de utilização colectiva, quer de desenvolvimento de pólos turísticos ou mesmo de oferta de habitação de promoção camarária).

A concretização destes projectos tem o duplo objectivo: reforçar a centralidade da cidade de Lagos no contexto sub-regional (atenuando a dependência face a concelhos vizinhos no acesso a bens e serviços) e fortalecer a coesão territorial no município (através da minimização dos desequilíbrios ao nível da ocupação humana, da localização de equipamentos de utilização colectiva e do acesso a bens e serviços, e da localização de empresas e outros funções – delegações de organismos do Estado, estabelecimentos de ensino, etc. – geradoras de emprego).

*Reforço da centralidade da cidade de Lagos e da coesão territorial do território municipal.*

Num quadro de afirmação do concelho de Lagos no contexto regional, nacional e internacional, o espaço rural, apesar de ser alvo de menor ocupação populacional (sendo inclusive alvo da proliferação da habitação dispersa), oferece um conjunto de potencialidades que poderão constituir alternativas económica e ambientalmente viáveis. Neste contexto, colocam-se a Lagos dois desafios: combater o crescimento da edificação dispersa e aproveitar as potencialidades que a vivência em espaço rural oferece.

A edificação dispersa é um fenómeno que tem vindo a acentuar-se no município de Lagos. Este fenómeno está relacionado com o aumento da procura de habitação no interior do território concelhio, sobretudo por

*Persistência dos fenómenos de edificação dispersa no espaço rural.*



reformados oriundos de países do Norte da Europa (Grã-Bretanha, Alemanha, Holanda, etc.), que buscam a tranquilidade do espaço rural.

A proliferação deste fenómeno representa um forte ónus para as finanças do município, uma vez que faz aumentar (exponencialmente) os gastos com a infra-estruturação do território concelhio, penalizando as contas públicas e condicionando a alocação de verbas a outras necessidades de investimento camarário

Contudo, o interior do concelho (essencialmente rural) é ainda fortemente caracterizado pelo despovoamento e envelhecimento populacional. A tendência para a concentração da população na faixa litoral do território não é um fenómeno exclusivo de Lagos, antes extensível a todo o país, resultante da procura de melhores condições de vida pela população residente nestas áreas (de cariz rural). Frequentemente, a falta de emprego e a dificuldade de acesso a bens e serviços são as principais razões que motivam a migração da população rural (e, sobretudo, dos jovens e adultos em idade activa) para os aglomerados urbanos do litoral.

A este fenómeno estão associadas várias consequências negativas (pressão urbanística sobre o litoral, congestionamentos rodoviários, concentração de equipamentos e pólos de emprego, etc.), resultantes da assimetria dos padrões de uso e ocupação do solo e da falta de coesão sócio-territorial inerente.

Parte muito significativa do território concelhio apresenta uma escassa ocupação humana, preservando vastas áreas agrícolas, agro-florestais e naturais. Estas áreas, que se encontram presentes sobretudo no interior do concelho e nas freguesias rurais de Barão São João, Bensafrim e Odiáxere, apresentam características ambientais, paisagísticas e de tranquilidade, que as tornam especialmente atractivas.

O aproveitamento das potencialidades do espaço rural (sem pôr em causa a qualidade ambiental que o caracteriza), para o desenvolvimento do turismo rural, cultural e de natureza, mas também para a

*Aproveitamento das potencialidades do espaço rural*



**Diagnóstico Prospectivo do Concelho de Lagos e Proposta de Cenários Evolutivos**

diversificação da base económica do município (apostando na agricultura, na agro-indústria, na produção de artesanato, etc., mas também no fortalecimento da rede de estabelecimentos comerciais, equipamentos e serviços de apoio à população, beneficiando de um crescente dinamismo da economia residencial) constitui uma oportunidade para atenuar as assimetrias da rede urbana e os desequilíbrios resultantes da especialização no turismo de “sol-praia”.



### 3.2.1. DIAGNÓSTICO

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"><li>⇒ Elaboração de um número significativo de instrumentos regulamentares de uso e ocupação do solo.</li><li>⇒ Crescimento urbanístico pautado pela contenção da ocupação litoral.</li><li>⇒ Aumento significativo do parque habitacional e consequente melhoria generalizada das condições de habitabilidade no concelho.</li><li>⇒ Dimensão supra-concelhia e supra-regional da atractividade exercida por Lagos no acesso a funções especializadas.</li><li>⇒ Baixos índices de pressão urbanística.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>⇒ Inexistência de PDM eficaz.</li><li>⇒ Assimetrias intra-concelhias na ocupação e desenvolvimento do território - designadamente entre as áreas rurais (interior) e urbanas (litoral).</li><li>⇒ Expansão de fenómenos de edificação dispersa, no interior do território concelhio.</li><li>⇒ Existência de áreas (urbanas) degradadas.</li><li>⇒ Elevada dependência intra-concelhia face à sede de concelho.</li><li>⇒ Fraca capacidade de Lagos para atrair população exterior ao próprio centro urbano no acesso a funções muito especializadas.</li><li>⇒ Elevado peso de alojamentos de residência sazonal (2ª habitação) no universo dos alojamentos familiares clássicos.</li></ul>
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"><li>⇒ Aposta num modelo de desenvolvimento sustentado e sustentável.</li><li>⇒ Aproveitamento de sinergias associadas à elaboração simultânea de vários Instrumentos de Gestão Territorial.</li><li>⇒ Reforço da centralidade da cidade de Lagos e da coesão territorial do território municipal</li><li>⇒ Aproveitamento das potencialidades do espaço rural.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>⇒ Aumento tendencial da pressão urbanística sobre a faixa litoral do território municipal.</li><li>⇒ Persistência dos fenómenos de edificação dispersa no espaço rural.</li><li>⇒ Rigidez do processo de aprovação dos PMOT's face às dinâmicas e oportunidades de desenvolvimento.</li><li>⇒ Persistência dos desvios face à orientação estratégica de aposta no desenvolvimento das áreas deprimidas do Algarve.</li></ul>



### 3.3. ACESSIBILIDADES E TRANSPORTES

A Região do Algarve tem vindo a registar importantes melhorias dos níveis de acessibilidade regional e inter-regional (particularmente a Lisboa), tanto por modo rodoviário como ferroviário.

*Melhoria dos níveis de acessibilidade regional e inter-regional e nacional*

Lagos dispõe de uma boa acessibilidade rodoviária a nível regional e nacional decorrente da chegada da VLA a Lagos, que assegura a sua ligação aos principais aglomerados algarvios a Sotavento, e à, entretanto concluída, A2, que veio estabelecer a ligação por auto-estrada a Lisboa.

Assim, ainda que a introdução (prevista) de portagens na VLA, actualmente em regime SCUT, deva incidir apenas sobre o tráfego de entrada na Região do Algarve, excluindo o tráfego intra-regional, aquela virá condicionar as acessibilidades entre o concelho de Lagos e o exterior da Região, o que assume especial relevância em função do volume de visitantes provenientes do resto do País.

*Introdução de portagens na A22*

A ligação ferroviária Lisboa-Algarve foi também objecto de importantes melhorias, com o fim do transbordo fluvial Lisboa-Barreiro, a modernização e electrificação da via, e a resolução das limitações de velocidade.

Todavia, verifica-se a manutenção de fortes restrições no troço Tunes-Lagos da linha do Algarve, dado a infra-estrutura ferroviária não ser electrificada e apresentar troços de via única, condicionando fortemente a qualidade dos serviços regionais.

*Manutenção de fortes restrições na linha do Algarve no troço Tunes-Lagos*

Lagos apresenta assim uma excessiva dependência face às acessibilidades rodoviárias, tanto no transporte de passageiros, como de mercadorias, considerando a fraca representatividade do transporte ferroviário.

*Excessiva dependência do concelho de Lagos em relação a acessibilidades rodoviárias*

Este grau de dependência é ainda mais evidente face ao **aumento da pressão e dos níveis de congestionamento viário, durante a época alta**, associando-se a utilização preferencial do transporte individual.



Diagnóstico Prospectivo do Concelho de Lagos e Proposta de Cenários Evolutivos

O automóvel é o principal modo de transporte (50%) utilizado nas deslocações pendulares com origem ou destino no concelho de Lagos, contrastando com a fraca representatividade do transporte público (função das limitações ao nível da intermodalidade, cobertura territorial e níveis de serviço).

*Aumento das deslocações em transporte individual com efeitos negativos*

Durante a época alta, o aumento exponencial da população presente traduz-se no aumento da pressão sobre a rede viária, especialmente nas vias de acesso às praias, resultando em níveis de congestionamento muito elevados na cidade de Lagos e no agravamento do problema de estacionamento no seu interior (não obstante a aposta da CML na criação de cinco parques de estacionamento grátis no exterior das muralhas, procurando afastar a circulação automóvel do centro da cidade).

Acresce-se o facto de a cidade de Lagos constituir o nó de acesso/distribuição à VLA das povoações do sudoeste algarvio, devendo, assim, contribuir para a sobrecarga do sistema viário que serve essas ligações:

*Sobrecarga do sistema viário – A22*

- ⇒ EN 125 que assegura a ligação de Lagos, e da VLA, a Vila do Bispo e serve directamente os aglomerados de Espiche, Chinicato, Odiáxere e Almádena.
- ⇒ EN 120 que assegura a ligação a Aljezur e serve directamente os aglomerados de Bensafrim e Portelas.
- ⇒ EM 535-1 e EM 535.

Verifica-se que, no âmbito dos PMOT's em execução, é proposta a resolução das situações de atravessamento dos aglomerados por vias de elevado tráfego, através da criação de circulares internas.

*Criação de circulares externas de atravessamento dos aglomerados*

Por outro lado, entende-se que a **criação de uma alternativa à EN 125 com a abertura da VLA**, antes condicionada pelos elevados níveis de congestionamento e sinistralidade da respectiva EN, virá promover a melhoria dos níveis de acessibilidade e mobilidade entre Lagos e Portimão, Faro e outros centros urbanos principais.



Diagnóstico Prospectivo do Concelho de Lagos e Proposta de Cenários Evolutivos

Ainda assim, a nível intra-concelhio verifica-se a manutenção das **deficientes ligações rodoviárias ao interior Norte do concelho e a Monchique** (dependentes do CM 1142), em contraste com a melhoria das acessibilidades ao litoral.

No que diz respeito às ligações de serviço de transporte público de passageiros, Lagos apresenta um bom nível nas ligações regulares de longo curso, especialmente na ligação a Lisboa, em termos de qualidade e frequência, incluindo a existência de reforços na época alta.

*Boas ligações de transporte público rodoviário regular de passageiros de longo curso*

No entanto, as ligações ao aeroporto de Faro acusam já menores níveis de eficiência – com elevados tempos de percurso em transporte público na ligação Lagos-Faro (cerca de 2h tanto por modo rodoviário como ferroviário) e inexistência de ligações directas ao aeroporto.

*Insuficiência e ineficiência das acessibilidades ao aeroporto de Faro*

Apesar de o aeroporto de Faro se assumir como a principal porta de entrada dos turistas internacionais (nomeadamente com destino a Lagos), ressalva-se que o tipo de transporte utilizado à chegada/partida encontra-se, na sua maioria, já incluído nos pacotes turísticos, nomeadamente através da solução *rent-a-car* ou de *shuttle bus* de ligação directa aos hotéis/empreendimentos turísticos.

As **principais limitações ao nível do transporte público rodoviário de passageiros verificam-se nas ligações intra-concelhias**, com efeitos negativos sobre a qualidade de vida das populações sobretudo se se atender aos padrões dominantes de mobilidade pendular do concelho.

*Importância das deslocações intra-concelhias nos padrões de mobilidade*

As actuais condições de acolhimento dos passageiros de transporte público, ferroviário e rodoviário, no concelho de Lagos apresentam também grandes limitações em termos dos espaços de espera e serviços de apoio aos passageiros. Acresce-se o afastamento da estação ferroviária de Lagos à central de camionagem da EVA, que serve as ligações rodoviárias do Grupo Barraqueiro, enquanto os serviços da RENEX, que não dispõem de infra-estruturas de



acolhimento próprias, efectua as paragens das suas circulações frente à bomba da Shell.

Assim, verifica-se um conjunto de deficiências ao nível da intermodalidade e articulação entre os serviços de transporte público, em função do afastamento e limitações nas condições de acolhimento e serviços de apoio da Estação de Lagos e do Terminal de camionagem no Rossio de São João, assim como da fraca representatividade do transporte ferroviário, da falta de articulação de horários.

*Deficiências ao nível da intermodalidade e articulação entre os serviços de transporte público*

A criação de um interface multimodal de transportes, ou pelo menos de uma nova central de camionagem, viria contribuir para uma grande melhoria das condições de acolhimento dos utentes de transporte público, favorecendo também a promoção do transporte público no concelho de Lagos.

*Criação de um interface multimodal de transportes*

Ainda no âmbito das oportunidades, destaca-se a possibilidade de Lagos vir a desenvolver um sistema ferroviário ligeiro, que afigura-se especialmente relevante na ligação de Lagos às praias, a Portimão e a Faro (e ao Aeroporto de Faro), ligações consideradas estratégicas para o desenvolvimento do concelho, devendo também vir a potenciar a intermodalidade ferro-rodoviária na ligação a Faro. A ideia de introdução de um sistema ferroviário ligeiro na Linha do Algarve encontra uma certa abertura por parte do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, nomeadamente num modelo de exploração em parceria público-privada.

*Potencial sistema ferroviário ligeiro Lagos-Faro*

Por fim, acrescenta-se a intenção de criar um aeródromo intermunicipal de Lagos e Portimão com características para receber aviação comercial em voos charter e táxis aéreos, que poderá solucionar os constrangimentos de desenvolvimento e expansão do actual aeródromo de Lagos e consequentemente constituir-se como um elemento facilitador da entrada de visitantes no município.

*Desenvolvimento de um aeródromo intermunicipal Lagos-Portimão*



### 3.3.1. DIAGNÓSTICO

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"><li>⇒ Criação de uma alternativa à EN 125 com a abertura da VLA.</li><li>⇒ Resolução das situações de atravessamento dos aglomerados por vias de elevado tráfego, através da criação de circulares externas.</li><li>⇒ Boas ligações de transporte público rodoviário regular de passageiros de longo curso.</li><li>⇒ Importância das deslocações intra-concelhias nos padrões de mobilidade.</li><li>⇒ Boa acessibilidade rodoviária a nível regional e nacional.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>⇒ Aumento da pressão e dos níveis de congestionamento viário, durante a época alta.</li><li>⇒ Deficientes ligações rodoviárias ao interior Norte do concelho e a Monchique.</li><li>⇒ Manutenção de fortes restrições na linha do Algarve no troço Tunes-Lagos.</li><li>⇒ Deficiências ao nível da intermodalidade e articulação entre os serviços de transporte público.</li><li>⇒ Excessiva dependência do concelho de Lagos em relação a acessibilidades rodoviárias.</li><li>⇒ Limitações do transporte público rodoviário de passageiros nas ligações intra-concelhias.</li><li>⇒ Insuficiência e ineficiência das ligações rodoviárias dos serviços de transporte público e das acessibilidades em geral ao aeroporto de Faro.</li><li>⇒ Falta de organização no transporte de mercadorias.</li></ul>
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"><li>⇒ Melhoria dos níveis de acessibilidade regional e inter-regional.</li><li>⇒ Potencial desenvolvimento de um sistema ferroviário ligeiro na ligação entre Lagos e Faro.</li><li>⇒ Perspectiva de desenvolvimento de um aeródromo intermunicipal de Lagos – Portimão.</li><li>⇒ Criação de um interface multimodal de transportes e melhoria das condições de acolhimento dos passageiros.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>⇒ Sobrecarga do sistema viário do concelho de Lagos de acesso/distribuição à A22.</li><li>⇒ Introdução de portagens na A22.</li><li>⇒ Aumento das deslocações em transporte individual com consequências a nível do congestionamento e utilização da via pública da cidade de Lagos.</li></ul>



### 3.2. SOCIEDADE

Dentro desta área nuclear encontram-se abrangidos temas como a saúde, a educação e qualificação profissional, assim como questões ligadas com a acção social.

Tratam-se de domínios de intervenção que em termos de política nacional e em matéria de aplicação de fundos estruturais no âmbito do QCA III são encarados como uma prioridade, integrando um dos Eixos de intervenção: *Eixo I- Elevar o Nível de Qualificação dos Portugueses, Promover o Emprego e a Coesão Social*, no âmbito do qual os recursos humanos são entendidos como um elemento determinante do crescimento económico, da competitividade e do emprego.

As intervenções incluídas neste eixo prioritário, para o cumprimento do seu objectivo, encontram-se definidas pelos Programas operacionais da Educação, Emprego, Formação e Desenvolvimento Social, Ciência, Tecnologia e Inovação, Sociedade da Informação, Saúde, Cultura e Administração Pública (agora autonomizado por sugestão resultante da avaliação intercalar). A articulação destes programas e a prossecução dos seus objectivos estratégicos visam o desenvolvimento de objectivos de qualificação, de coesão social e de desenvolvimento da sociedade de conhecimento.

Ora, apesar da definição de um quadro de programático de intervenção direccionado para o desenvolvimento dos domínios sociais, a sua dispersão face aos Programas Operacionais de natureza regional revela, passados três anos de execução do QCA III, a desarticulação de estratégias (sectoriais versus regionais). Este facto é evidente nas conclusões do processo de avaliação intercalar e nas recomendações daí decorrentes e aplicáveis ao período de reprogramação do III QCA para os próximos anos.

No domínio da Saúde, o cumprimento dos objectivos intercalares ficou aquém do previsto, pecando pela quantidade e qualidade da oferta de serviços de saúde. O diagnóstico do município de Lagos em matéria de saúde corrobora esta conclusão. De facto Lagos, apresenta uma boa cobertura da rede de cuidados primários de saúde, demonstrada pela

*Boa cobertura da rede de cuidados primários de saúde*



existência de extensões de centros de saúde em todas as freguesias do concelho, asseguradas por um Centro de Saúde localizado na cidade. Contudo as **carências efectivas encontram-se ao nível dos cuidados diferenciados**.

Actualmente, encontra-se em curso uma reforma do Sistema Nacional de Saúde, atendendo a intervenções desconcentradas (cinco regiões de saúde no Continente) e às especificidades locais. A estratégia de intervenção no sector da Saúde, para além das medidas contidas no Programa Operacional, deve passar pelo estabelecimento dos sistemas locais de saúde e uma intervenção dos programas regionais, como forma de garantir o acesso à saúde a todos os cidadãos, uma vez que se evolui da actual “cultura hospitalar” para uma visão integrada entre centros de saúde e hospitais. Contudo esta desconcentração tem implicações no reforço dos centros de saúde, não só no número dos equipamentos e aumento de consultas especializadas, mas também na fixação de médicos.

Ora a realidade do município de Lagos está longe de responder ao objectivo final consignado no PO da Saúde - *assegurar a todos o acesso a cuidados de Saúde de qualidade, através da prevenção das doenças mais críticas, da melhoria da qualidade dos cuidados de saúde e da promoção de novas parcerias com os sectores privado e social*.

O processo de desinvestimento de que tem sido alvo o Hospital Distrital de Lagos e que determinou a degradação do funcionamento dos seus serviços e uma desactivação gradual das suas valências, perdendo, em termos práticos, todo o sentido de uma unidade hospitalar e disso exemplo.

*Processo de desinvestimento no Hospital Distrital de Lagos*

As consequências deste processo tem sido fortemente sentidas pelos residentes do concelho de Lagos, assim como de Aljezur e Vila do Bispo, uma vez que ficaram privados de aceder aos serviços médicos especializados e de ter uma assistência hospitalar satisfatória na sua unidade hospitalar de referência. O encerramento do Bloco Operatório do H.D.L., por decisão do Ministério da Saúde face a anomalias

*Encerramento do Bloco Operatório do HDL*



detectadas, veio apressar o processo de alteração do funcionamento do Hospital de Lagos no âmbito da prestação de serviços de saúde e, conseqüentemente, diminuir a qualidade de vida desejada pelos habitantes do município.

Na perspectiva de aumentar a operacionalidade e a rentabilidade dos serviços de saúde, através de uma melhor coordenação dos recursos, foi criado o **Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, S.A. (CHBA)**, oficializado pelo decreto-lei nº214/2004 de 23 de Agosto que aprova os seus estatutos.

O CHBA resulta, assim, da fusão de duas instituições diferentes: o Hospital do Barlavento Algarvio, S.A. (em Portimão) e o Hospital Distrital de Lagos, que perdem todos os seus efeitos legais formando uma entidade jurídica única, embora se mantenham como unidades hospitalares de natureza distinta.

A entrada em vigor desta nova estrutura na rede hospitalar teve como finalidade otimizar os cuidados de saúde à população do Barlavento, aproveitando as sinergias das duas unidades, actualmente unidas. Contudo, um dos objectivos desta fusão seria, também, procurar estimular o funcionamento do hospital lacobrigense, atingido por um processo de desinvestimento e de desactivação, com a sua actual articulação e dependência do Hospital de Portimão.

Contudo, esta alteração administrativa tem-se revelado, na prática, pouco eficiente e produz efeitos negativos na qualidade de vida da população dos concelhos de Lagos, Aljezur e Vila do Bispo. A indefinição que paira ainda sobre os tipos de serviços médicos que o Hospital de Lagos deve prestar, e com que meios o poderá fazer, fomenta o descontentamento dos munícipes dos concelhos das “Terras do Infante”, uma vez que a actual situação de funcionamento da rede hospitalar em nada os favorece. Com o encerramento do bloco operatório do Hospital Distrital de Lagos e a desactivação de grande parte das suas valências, o Hospital do Barlavento Algarvio passou a ser a única referência hospitalar, o que se traduziu não só em constantes deslocações a Portimão para qualquer serviço hospitalar, mas também num aumento considerável das listas de espera para

*Modelo organizacional para a gestão da rede hospitalar do Barlavento Algarvio não satisfaz a população de Lagos*



intervenções cirúrgicas e para outros tipos de serviços especializados. As queixas estendem-se à forma como são articulados os serviços entre as unidades de saúde da região, evidenciando-se o facto de os casos de urgência terem de passar pelo Hospital de Lagos antes de serem canalizados para o Hospital de Portimão, uma vez que só encontram resposta nesta unidade. Assim como, os doentes, em fase pós-operatória, a requererem de cuidados especializados, são deslocados do Hospital de Portimão para as enfermarias do Hospital de Lagos.

Na verdade, esta actual articulação e subordinação do Hospital Distrital de Lagos com o Hospital do Barlavento Algarvio, S.A. veio agravar a dependência do concelho de Lagos em relação a Portimão, quando se pretende recorrer a serviços médicos especializados. Uma situação que em nada favorece o município de Lagos e os seus habitantes, reforçando ainda mais o eixo Portimão-Faro-Loulé no contexto regional, em detrimento dos restantes concelhos do Algarve.

Apesar da indefinição que paira sobre o funcionamento dos serviços do Hospital Distrital de Lagos, a Comissão Municipal de Saúde defende que esta situação não se deve à falta de recursos humanos/ pessoal técnico nesta unidade. O HDL dispõe de técnicos especializados e de equipamento avançado (mesa operatória, carro de anestesia, etc), recentemente adquirido, para garantir o funcionamento do seu Bloco Operatório, actualmente encerrado. Neste contexto, a decisão de tornar a operacionalizar os serviços da unidade hospitalar de Lagos coloca-se apenas ao nível político-administrativo, (através de posição a tomar pelo Ministério da Saúde, através da Administração Regional do Algarve e do Conselho de Administração do Hospital do Barlavento Algarvio).

A redefinição das valências a afectar ao Hospital Distrital de Lagos é essencial para determinar o papel desta unidade na rede regional de estabelecimentos com serviços especializados. O HDL tem como área de influência os concelhos de Lagos, Vila de Bispo e Aljezur e por isso funciona como unidade hospitalar de referência para os Centros de Saúde que cobrem estas localidades, no recurso a especialidades como a cirurgia, medicina interna, ortopedia, fisioterapia, cardiologia e pneumologia.

*Aumento da dependência de Lagos no acesso a cuidados médicos diferenciados face a Portimão*

*Existência de recursos técnicos que garantam o funcionamento regular do HDL*

*Potencial reaproveitamento do HDL através da redefinição das suas principais valências*



Diagnóstico Prospectivo do Concelho de Lagos e Proposta de Cenários Evolutivos

Perante a sua área de influência e a vasta tipologia de valências que está preparado para assegurar, o HDL desempenhou e poderá voltar a desempenhar, se forem resolvidas as questões que levaram à sua gradual desactivação, um importante papel na melhoria da qualidade de vida do Lacobrigenses, pela proximidade deste tipo de serviços, assim como no combate às listas de espera e na suavização do impacto sazonal que a procura dos serviços médicos têm na região do Algarve.

É necessário encontrar rapidamente uma definição para a situação do Hospital de Lagos ao nível das suas valências, no sentido de se equacionar o tipo de função que esta unidade poderá vir a ter num futuro próximo ou encontrar uma solução menos discriminatória para os doentes de Lagos e de toda a área geográfica das Terras do Infante.

Ainda ao nível dos cuidados diferenciados, é evidente a fraca capacidade de resposta das instituições que se dedicam aos serviços de geriatria, quer a nível de cobertura quer ao nível da qualidade oferecida. O crescente envelhecimento da população e o aumento das necessidades em relação aos serviços de proximidade que garantam a qualidade de vida das populações é uma situação constrangedora para o município.

*Fraca capacidade de resposta (quantitativa e qualitativa) das instituições dedicadas aos cuidados geriaticos*

A atenção recai igualmente para o trabalho que pode ser desenvolvido no apoio dos doentes físicos, ao nível da fisioterapia, e no acompanhamento e integração social de pessoas com doenças específicas. Nesta área, surge a oportunidade de aproveitar os equipamentos desportivos no apoio a estes serviços médicos especializados. Grande parte dos equipamentos desportivos do concelho de Lagos encontram-se sub-utilizados, com uma percentagem de utilizadores ainda muito baixa, colocando-se aqui a possibilidade de rentabilizar estes equipamentos pela diversificação das actividades ou serviços podem prestar à sociedade, dirigindo-os em especial para aumentar o tipo de oferta e a qualidade dos serviços de saúde.

*Aproveitamento dos equipamentos desportivos para prestação de serviços médicos especializados.*

No domínio da educação é reconhecido o quadro deficitário nacional no que se refere aos níveis de qualificação e habilitações da população portuguesa. Neste contexto, o PO da Educação assume um papel



### Diagnóstico Prospectivo do Concelho de Lagos e Proposta de Cenários Evolutivos

determinante no alcance do objectivo do Eixo I. A necessidade de aumentar os níveis de eficácia e eficiência da política educativa, face à elevada despesa pública associada a esta política e os fracos resultados obtidos - insucesso escolar, inadequação do ensino às necessidades da economia, fraca preparação e qualificação profissional dos jovens que saem do sistema de ensino, reduzidas habilitações da população activa - leva a que o Programa, numa fase de reprogramação intercalar, recentre os seus objectivos, essencialmente, no ensino não superior, embora as suas novas orientações afectem medidas no ensino básico e secundário.

A actuação do Programa Operacional da Educação assenta em quatro objectivos:

- ⇒ Melhorar a qualidade do Ensino Básico, intensificando o esforço de aproximar as taxas de pré-escolarização registadas em Portugal com as da União Europeia, de forma a garantir maior igualdade de oportunidades no acesso ao ensino básico.
- ⇒ Expandir e diversificar a formação inicial dos jovens, privilegiando o reforço do ensino secundário de carácter profissionalizante, com vista a qualificar e elevar a empregabilidade das novas gerações.
- ⇒ Promover a formação ao longo da vida com a diversificação e a inovação da oferta educativa das escolas para novos públicos e outros grupos etários (regresso de jovens e adultos à escola e certificação por esta dos conhecimentos adquiridos fora do sistema de ensino) e a especialização/actualização profissional (nas universidades) de acordo com as necessidades do mercado de emprego, melhorando a empregabilidade da população activa.
- ⇒ Promover o desenvolvimento da sociedade de informação e conhecimento, intervindo na formação de docentes, como “orientadores e catalizadores” de vontades na aprendizagem e na procura de novos conhecimentos.

No cumprimento destes objectivos prevê-se a intervenção do FEDER, ao nível das infra-estruturas, e do FSE ao âmbito da formação de docentes e outros agentes.



A estratégia a seguir para o alcance destes objectivos assenta, antes de mais, no princípio da complementaridade entre os recursos comunitários e os nacionais, com diferentes domínios de intervenção. O fundos comunitários são prioritários para as áreas de inovação, que neste caso se restringem a subsistemas de ensino (escolas profissionais) e a outros domínios como a formação contínua de professores, onde a avaliação de impactes é mais facilitada. A desconcentração da gestão dos programas de apoio (FSE e FEDER) e uma política de acompanhamento e avaliação, preocupada em aferir a eficácia dos instrumentos utilizados são também princípios a seguir.

O insucesso do esforço da educação, levantado pela avaliação intercalar, não se imputa apenas ao PRODEP III, envolvendo dinâmicas multissetoriais. Desta forma, é importante reforçar ainda mais a aposta na qualificação, mas promovendo a articulação do PRODEP III com outros programas (economia e inovação) afim de se afirmar eficaz na componente dos factores de produtividade em falta.

À escala do concelho de Lagos, registam-se lacunas na rede de equipamentos ao nível do pré-primário e 1º ciclo do ensino básico, cuja cobertura ainda não satisfaz completamente as necessidades do concelho.

*Lacunas na rede de equipamentos com pré-primário e ATL*

As lacunas no 1º ciclo do ensino básico são verificadas nas freguesias de Barão de São João e Santa Maria (Lagos), onde a capacidade dos equipamentos é inferior à população em idade de frequentar este nível de ensino (6 a 9 anos). Quanto aos estabelecimentos com nível pré-primário, estes apenas garantem uma cobertura de 100% na freguesia de Bensafrim, destacando-se o caso de Barão de São João que não possui nenhum equipamento a este nível, factor que contribui para a incapacidade de fixação de população jovem na freguesia.

No sentido de colmatar esta situação e assegurar a todos o acesso ao ensino básico obrigatório, a Câmara Municipal de Lagos demonstra a intenção de **umentar o número de salas de aula do ensino pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico público**, onde se inclui a



construção de novos equipamentos, atendendo às áreas geográficas de carência.

Na programação de novos equipamentos, a Carta Educativa constitui um elemento importante de apoio ao planeamento e à gestão do município. De acordo com o decreto-lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro, que transfere competências aos conselhos municipais de educação e regula o processo de elaboração e aprovação da carta educativa, esta última é definida como “o instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e sócio-económico de cada município”.

A elaboração da carta educativa para o município de Lagos tem como objectivo assegurar que a rede de estabelecimentos de educação (pré-escolar, ensino básico e secundário) corresponda às necessidades municipais, manifestada em cada um dos níveis de ensino, tendo em consideração a racionalização, a complementaridade e o desenvolvimento qualitativo da oferta. Este instrumento, além de considerar as necessidades efectivas do município, deve resultar de uma análise prospectiva, fixando objectivos de concretização a médio e a longo prazo, e garantir a coerência da rede educativa com a política urbana adoptada para o município.

*Elaboração da  
Carta Educativa  
Municipal*

Considerando a escola como lugar privilegiado de aprendizagem, contribuindo para a formação integral do indivíduo, implica que esta seja também um espaço onde a temática ambiental esteja presente, na consciencialização do indivíduo para os problemas ambientais.

De acordo com esta posição, a Câmara Municipal de Lagos pretende que haja uma maior participação das escolas do município na formação ecológica dos alunos e na sua sensibilização para as questões ambientais. Para que tal aconteça, estão a ser programadas acções, que abordem os temas ambiente e conservação da natureza, junto das escolas do ensino básico e secundário, de forma a abranger todos os alunos que frequentam estes níveis escolares. A educação ambiental

*Realização de  
acções de educação  
ambiental dirigidas  
para as escolas.*



deve ser encarada de uma forma transversal, presente em todos os conteúdos disciplinares e percorrendo todos os currículos.

Se por um lado são reconhecidos os esforços para colmatar as carências ao nível dos equipamentos do ensino básico, que estruturam as bases de “*uma sociedade do conhecimento*”, por outro, a aposta nas áreas de formação, aprendizagem ao longo da vida e qualificação profissional encontra-se bastante limitada no concelho de Lagos, assim como em toda a região do Algarve.

*Aumento da capacidade dos equipamentos escolares*

Esta situação deve ser enquadrada num contexto socio-económico. A debilidade das condições de empregabilidade na região do Algarve, com base numa forte procura sazonal de mão-de-obra pouco qualificada para trabalhar em actividades de baixa produtividade, não induz a uma significativa aposta, por parte dos empresários, na componente de formação e qualificação profissional dos recursos humanos. Por outro lado, há uma **insuficiência de actividades ligadas à formação e à valorização dos recursos humanos**, que permitam a requalificação de jovens com níveis pouco elevados de escolaridade e a reconversão profissional, de acordo com as orientações do mercado de emprego, ou que promovam a formação contínua (ao longo da vida) da população activa como um factor de qualificação de competências para um maior potencial de inovação das empresas.

Esta limitação, fortemente relacionada com a estrutura social e económica que caracteriza o concelho de Lagos, provoca uma estagnação das competências técnico-profissionais da mão-de-obra e, por consequência, ameaça a competitividade e o crescimento económico sustentado do município, contrariando o grande desígnio da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Social de “*fazer de Portugal um dos países mais competitivos da E.U.*”.

*Cristalização das competências técnico-profissionais da mão-de-obra.*

A meta definida pela Comissão Europeia de ver reforçada a economia e a competitividade da União Europeia, a nível mundial, compreende que a estratégia a seguir para alcançar tal objectivo seja baseada numa reorientação de recursos para o desenvolvimento das áreas ligadas à inovação e à investigação científica, com principal incidência nos países mais desfavorecidos. Esta estratégia determina que os países da U.E.



orientem as suas políticas económicas e sociais, ao nível do investimento a realizar, para uma aposta mais forte em áreas como a educação, a formação e qualificação profissional e no reforço de competências e da capacidade de inovação nas áreas científicas e tecnológicas.

Descendo na escala geográfica de actuação, o município de Lagos dispõe da oportunidade de aproveitar um forte recurso natural, o mar, para apostar no desenvolvimento de áreas importantes como a formação e a investigação. O desenvolvimento de projectos que visem um aprofundamento do conhecimento oceanográfico, nos domínios da exploração, gestão e conservação dos recursos haliêuticos, de carácter formativo ou relacionados com a investigação, e a promoção do desenvolvimento tecnológico das actividades económicas correlacionadas, poderão contribuir para o desenvolvimento económico sustentado do município com base numa especialização em actividades do conhecimento e inovação.

*Aposta no desenvolvimento das áreas de formação e investigação associadas ao Mar.*

Modernizar a sociedade e criar condições que tornem a economia mais competitiva não são os únicos processos a determinar o desenvolvimento do município de Lagos. O desenvolvimento municipal está, identicamente, dependente da correcção de desequilíbrios sociais e de um vasto trabalho a empreender na área da inclusão social.

Neste domínio, a avaliação intercalar do Programa de Emprego, Formação e Desenvolvimento Social reconhece, não só, a emergência de progredir ao nível das qualificações dos recursos humanos, em especial da função pública, mas identifica desfasamentos entre a área da formação e os investimentos canalizados pelo POSI, sendo coerente articular futuramente as oportunidades oferecidas pelo modelo desconcentrado do QCA III. É igualmente reconhecida a necessidade de orientar os projectos integrados no POEFDS com a metodologia definida pelo PNAI, no combate à exclusão sócio-profissional dos grupos mais desfavorecidos.

A pobreza e a exclusão social são conceitos que permanecem ainda na realidade social do concelho de Lagos, resultantes do aumento das desigualdades sociais. Nos termos da Lei compete às autarquias locais



Diagnóstico Prospectivo do Concelho de Lagos e Proposta de Cenários Evolutivos

promover a resolução dos problemas que afectam as populações, nomeadamente através do apoio aos estratos sociais mais desfavorecidos, em função das necessidades e dos recursos disponíveis.

Tendo como objectivo a promoção do desenvolvimento social, através da atenuação de algumas formas de pobreza e a promoção da integração social, a Câmara Municipal de Lagos em conjunto com as juntas de freguesia, o Serviço Local de Segurança Social e outras entidades locais criou a Rede Social de Lagos.

*Criação da Rede Social de Lagos com vista à promoção do desenvolvimento social.*

Esta Rede Social pretende intervir de forma integrada e eficaz na resolução de problemas sociais existentes no concelho, desenvolvendo para tal uma parceria entre os vários agentes locais.

No contexto da inclusão social o direito e o acesso à habitação constitui, sem dúvida, um ponto crítico na vida das populações com poucos recursos e sem garantias de obtenção de crédito bancário, pelo menos em condições satisfatórias, ou sustentáveis. A população jovem, em início de vida activa, é o principal grupo social confrontado com esta situação.

O arrendamento surge como uma alternativa recorrente para os jovens que pretendem uma habitação, muito embora, esta opção ainda não apresente as condições mais favoráveis, face ao elevado valor das rendas actualmente aplicadas. No sentido de aumentar a atractividade do sistema de arrendamento, o Instituto Nacional de Habitação colocou à disposição da população jovem uma iniciativa que facilite o arrendamento de habitação – Incentivo ao Arrendamento Jovem. Esta iniciativa destina-se aos jovens com idade inferior a 30 anos e tem por base uma ajuda financeira aos arrendatários, que pode chegar até aos 75% do valor da renda, fixado de acordo com os rendimentos do agregado familiar.

*Promoção e apoio municipal a iniciativas de arrendamento jovem.*

A Câmara Municipal de Lagos tem demonstrado um grande interesse por este tipo de iniciativas, promovendo-o e divulgando-o junto da população jovem e proprietários de imóveis, considerando ser uma opção viável para aumentar o acesso à habitação no concelho.



**Diagnóstico Prospectivo do Concelho de Lagos e Proposta de Cenários Evolutivos**

A intervenção da Câmara Municipal de Lagos, na questão habitacional, tem-se traduzido num amplo conjunto de programas e acções, tentando explorar todas as suas possibilidades de intervenção, nomeadamente através da construção de fogos para venda/arrendamento a custos controlados, da infra-estruturação de terrenos destinados à auto-construção, de programas de reabilitação de fogos degradados e de um apoio activo às Cooperativas de Habitação Económica.

Para esta actuação, no âmbito da habitação social, a Câmara Municipal tem procurado desenvolver parcerias com outros promotores do mercado, quer sejam privados, públicos ou funcionem em regime de cooperativa, de forma a explorar novos modelos de intervir.

*Promoção municipal de parcerias para programas de habitação social..*

Da experiência da articulação entre a Câmara Municipal e as Cooperativas de Habitação Económica tem resultado a execução de projectos urbanísticos a custos controlados, respondendo às carências habitacionais do concelho. Um exemplo forte desta articulação é o caso da CHESGAL – Cooperativa de Habitação Social de São Gonçalo, fundada nos anos 80, que, apesar das dificuldades jurídicas com que se deparou e que interromperam o desenvolvimento do seu trabalho durante um longo período, vem agora retomar plena actividade, anunciando a construção de quase 250 fogos, em terrenos cedidos pela Câmara Municipal de Lagos.

A política de habitação que a Câmara Municipal tem vindo a assumir, apostando em diferentes frentes de intervenção, demonstra a importância estratégica deste sector no desenvolvimento do município.



### 3.2.1. DIAGNÓSTICO

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"><li>⇒ Cobertura global concelhia das redes de cuidados primários de saúde.</li><li>⇒ Taxa de analfabetismo abaixo da média regional.</li><li>⇒ Aumento do peso relativo da população residente que detém o 2º e o 3º ciclo do ensino básico e secundário.</li><li>⇒ Boa cobertura dos equipamentos escolares (1º, 2º e 3º ciclo).</li><li>⇒ Proximidade dos Pólos Universitários do Algarve, localizado em Portimão e Silves.</li><li>⇒ Aposta na formação profissional na área do turismo com a perspectiva de qualificar e desenvolver este sector, de forte influência na economia da região.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>⇒ Quadro de pessoal de saúde inferior à média regional, reflectindo um sub-dimensionamento do número de médicos e enfermeiros por Centro de Saúde face ao número de habitantes do concelho de Lagos.</li><li>⇒ Aumento da pressão sobre serviços de saúde, situação que se agrava durante a época balnear.</li><li>⇒ Carências efectivas nos cuidados médicos diferenciados disponíveis no concelho.</li><li>⇒ Fraca capacidade de resposta (quantitativa e qualitativa) das instituições dedicadas aos cuidados geriátricos.</li><li>⇒ Lacunas na rede concelhia de equipamentos ao nível do pré-primário e ATL.</li><li>⇒ Ausência de unidades de formação profissional e ensino superior especializado.</li><li>⇒ Mão-de-obra na maioria pouco qualificada.</li><li>⇒ Mercado de emprego baseado na procura sazonal da mão-de-obra de baixa remuneração, pouco existente na experiência e qualificação profissional.</li></ul>



Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"><li>⇒ Aproveitamento dos equipamentos desportivos para prestação de serviços médicos especializados.</li><li>⇒ Existência de recursos humanos/pessoal técnico e de equipamento avançado, que se encontra actualmente parado e que pode garantir o regular funcionamento do Hospital Distrital de Lagos.</li><li>⇒ Reaproveitamento do HDL através da redefinição das suas principais valências.</li><li>⇒ Aumento do número e capacidade dos equipamentos escolares destinados ao ensino pré-escolar e 1º ciclo.</li><li>⇒ Realização de acções de educação ambiental dirigidas em especial para as escolas, como espaços privilegiados do indivíduo para os problemas ambientais.</li><li>⇒ Elaboração da Carta Educativa para o município de Lagos.</li><li>⇒ Aposta no desenvolvimento das áreas de formação e investigação associada ao mar.</li><li>⇒ Criação da Rede Social de Lagos com vista ao combate da pobreza e exclusão.</li><li>⇒ Promoção e apoio municipal a iniciativas de arrendamento jovem.</li><li>⇒ Promoção municipal de parcerias para estabelecer programas de habitação social.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>⇒ Processo de desinvestimento no Hospital Distrital de Lagos.</li><li>⇒ Modelo organizacional adoptado para a gestão da rede hospitalar do Algarve.</li><li>⇒ Aumento da dependência de Lagos no acesso a cuidados médicos diferenciados em relação a Portimão.</li><li>⇒ Cristalização das competências técnico-profissionais da mão-de-obra.</li></ul>



### 3.3. ECONOMIA

As dinâmicas económicas da região algarvia são dominadas pela especialização nas actividades turísticas, à qual se associa o aumento da importância do sector de construção civil e imobiliário, com efeitos evidentes na pressão urbanística do litoral do Algarve, em grande medida, fruto da aposta turística no binómio “sol-praia”. O processo de crescimento e desenvolvimento da base económica regional, reflectiu-se também no abandono das áreas rurais e no respectivo declínio das actividades produtivas.

Lagos segue a tendência regional (especialização no turismo, forte presença das actividades associadas à construção civil e mercado imobiliário), apresentando, contudo, algumas especificidades que devidamente potenciadas poderão jogar um papel determinante na diversificação e consolidação da base económica local.

Neste quadro surge a floresta. O facto do espaço rural estar cada vez mais dissociado do espaço urbano faz com que seja imprescindível apostar em actividades que promovam a integração de ambos os espaços. O desenvolvimento da actividade agrícola, através da exploração da floresta, poderá constituir uma das oportunidades de diversificar esta actividade. Já no domínio da diversificação das actividades turísticas, as áreas florestais oferecem potencialidades ao desenvolvimento de vertentes de turismo rural e de outras actividades subsidiárias, entre elas, programas educativos de preservação do recurso e os percursos pedestres. Esta oportunidade terá um papel importante na promoção da fixação da população nas zonas rurais do concelho.

*Exploração sustentada da floresta com efeitos nas actividades agrícola e turística.*

No quadro da diversificação da base económica, Lagos é detentor de características geológicas únicas no Barlavento Algarvio, com capacidade produtiva e economicamente viáveis. É em Lagos que se localiza a única pedreira de granito existente no Barlavento. A exploração desta pedreira está vocacionada para o fornecimento de matéria prima para a construção da rede viária e infra-estruturas, e dado o reflexo nos custos de produção da região (com efeitos na alteração dos preços), coloca-se a necessidade de aumentar a capacidade de

*Aproveitamento das potencialidades geológica do concelho.*



extracção. Neste sentido, o aproveitamento deste recurso irá necessariamente condicionar a ampliação da pedreira, promovendo um maior equilíbrio entre a quantidade oferecida e a quantidade procurada. Este processo deve, contudo, ser equacionado num quadro de protecção dos inerentes impactes ambientais. Importa ainda referir a importância do desenvolvimento desta actividade extractiva enquanto factor de afirmação regional da base económica local.

Ao posicionamento litoral do concelho de Lagos, associou-se ao longo dos tempos o desenvolvimento da actividade piscatória, conferida pela diversidade de recursos marinhos aproveitados pelas comunidades locais. À **tradição piscatória do concelho**, acresce a **existência de infra-estruturas de apoio à actividade piscatória** que qualificam o concelho em matéria de equipamentos.

Actualmente a exploração dos recursos marinhos apresenta diversas aplicações, nomeadamente na alimentação e na produção de medicamentos ou matérias-primas. Contudo, dada a potencial ameaça que a actividade humana exerce sobre a sustentabilidade dos ecossistemas, torna-se necessário proceder a uma gestão integrada dos recursos marinhos. Neste sentido, o potencial marinho de Lagos deverá ser equacionado também enquanto factor de sustentabilidade da actividade piscatória através do desenvolvimento de actividades de investigação que promovam, acima de tudo, a preservação das espécies. Acresce a oportunidade que se oferece à instalação no concelho de unidades de investigação orientadas para os recursos marinhos e empresas que explorem os produtos marítimos.

Dada a considerável concentração da base económica local nas actividades turísticas e similares, e uma estrutura empresarial caracterizada por empresas de pequena e muito pequena dimensão, torna-se imprescindível apostar na diversificação do tecido económico de Lagos. A criação de condições à atracção de investimentos decorrentes de novas actividades poderá ser criada com o desenvolvimento do projecto Algarve Tecnopolis. Neste contexto, equaciona-se a criação de uma zona por excelência, dotada de infra-estruturas, onde se conjuga o ambiente urbano qualificado com o

*Aposta no desenvolvimento de actividades ligadas à exploração dos recursos marinhos*

*Fraca representatividade das empresas de maior dimensão*



Diagnóstico Prospectivo do Concelho de Lagos e Proposta de Cenários Evolutivos

ambiente empresarial, associado a uma forte componente de ensino e investigação. Estarão assim criadas as condições necessárias ao desenvolvimento de actividades inovadoras e à implantação nomeadamente de unidades produtivas, de formação profissional, de serviços públicos e de investigação. Contudo, o desenvolvimento deste processo de dinamização do território, pressupõe a viabilização física e financeira deste projecto, criando as condições de desenvolvimento enquanto importante vector estratégico de Lagos.

*Criação de condições para a instalação de actividades de valor acrescentado*

A actual localização no Chinicato de uma infra-estrutura de apoio à actividade económica poderá constituir um pólo dinamizador do tecido empresarial local. Pretende-se que este Parque Industrial possa vir a ser requalificado e dinamizado, não só, enquanto espaço atractivo à instalação de unidades empresariais, mas também à instalação de serviços especializados de apoio à actividade económica do concelho de Lagos e Portimão, dando origem à criação de um Parque de Negócios. Este espaço apresenta condições (pela sua localização) para contemplar a vertente logística, enquanto importante factor para a redução de custos, operacionalizada num Centro de Transporte de Mercadorias. Neste sentido, serão integrados a infra-estrutura e os modos de transporte enquanto conceito de movimentação e distribuição de mercadorias. Este espaço irá reunir, assim, actividades relativas ao transporte, à logística e à distribuição de mercadorias, tanto para circulação interna (região do Algarve) como nacional/internacional.

*Criação de um parque de negócios de Portimão-Lagos, no Chinicato, com forte componente logística.*

O turismo constitui um dos mais importantes sectores da economia portuguesa, considerando os impactos no produto interno, bem como no emprego. Independentemente das actividades que se desenvolvam ou venham a ser desenvolvidas no concelho de Lagos, é indiscutível a importância do turismo na base económica local e regional, apesar da sua mono-especialização. As condições climatéricas e a beleza da costa marítima constituem factores chave à atracção turística desta região, à qual Lagos ainda se consegue destacar. Acrescem ainda factores como a cultura, o património histórico, as infra-estruturas, os desportos náuticos e radicais, bem como a hospitalidade. O desenvolvimento de actividades associadas ao sector, como a restauração, constitui uma das apostas de diversificação e qualificação

*Turismo como importante motor de desenvolvimento da base económica regional.*



da actividade, tendo em conta que contribuem, em grande medida, para a criação de emprego e, conseqüentemente, para a melhoria das condições sociais da população.

O desenvolvimento turístico no concelho de Lagos traduz-se com maior incidência em investimentos que promovem a utilização acentuada do território. A construção de equipamentos e infra-estruturas de recreio e lazer, das quais se destacam os campos de golfe, para além da proliferação do edificado de segunda residência (com utilização basicamente sazonal), constituem investimentos altamente consumidores do recurso solo. A adopção de um modelo de desenvolvimento turístico com base no recurso solo, para além de esgotar o espaço físico disponível, seja ele natural ou não, densificando as áreas construídas, sobrecarrega a utilização das infra-estruturas e redes técnicas. A alternativa poderá passar pelo aproveitamento equilibrado e racional das potencialidades naturais, como o mar e a Barragem da Bravura, para a prática de actividades de recreio, náuticas e desportivas.

*Modelo de desenvolvimento turístico baseado no consumo intensivo do solo.*

Considerando o produto sol/praias como um dos maiores atractivos da procura turística, é natural que seja um dos principais factores promocionais da oferta turística. Tendo em conta que este binómio constitui o principal produto na promoção turística de Lagos, dada a sua localização e condições climatéricas, é natural que se possa correr o risco de especialização excessiva na oferta de “sol-praias”. O desenvolvimento do turismo enquanto actividade integrada deverá ser equacionado na medida em que seja articulado com outro tipo de actividades que contrarie a tendência sazonal da procura turística em Lagos.

*Tendência para a especialização turística no binómio sol-praias.*

Actualmente a oferta turística do produto sol/praias é apresentada por uma série de concorrentes internacionais com uma relação preço-serviço bastante aliciante. Os destinos considerados mais exóticos associados a aspectos culturais diferenciados dos europeus, reúnem, por si só, um maior potencial atractivo. Neste contexto, o binómio “sol-praias”, apesar de ainda reunir as características preferidas pelos turistas, já não constitui, por si só, um factor determinante da escolha do

*Concorrência crescente de outros destinos turísticos à escala internacional sustentados no produto sol-praias.*



destino turístico. Há que apostar em factores que diferenciem a actividade, nomeadamente aqueles associados ao ambiente e à natureza (ecoturismo), mediante a oferta dos mais diversos eventos culturais, históricos e de recreio. O turismo não deverá ser unicamente contemplativo das potencialidades do concelho, deverá sim ser aliado a um conjunto de actividades de natureza cultural, histórica e patrimonial que dinamizem e enriqueçam esta actividade. Neste contexto, Lagos deverá procurar diferenciar-se pelas suas especificidades, apostando num turismo diferenciado e de qualidade.

Considerando o património natural e cultural de Lagos, a actividade turística tem potencialidades que vão além do vector sol/praias. A tradição marítima associada ao peso dos Descobrimentos, à qual acresce o potencial orográfico e climático, constituem fortes oportunidades exclusivas que poderão contribuir para a diversificação da actividade turística, destacando-a da restante região do Algarve. Neste quadro, surge a necessidade de potencializar estas características de forma integrada, contrariando a sazonalidade inerente ao turismo a qual condiciona a oferta turística no binómio “sol-praias”, característico de toda a região do Algarve. Equaciona-se o desenvolvimento de actividades que não estão necessariamente relacionadas com a praia, nomeadamente os eventos desportivos de maior projecção, aproveitando estruturas-âncora como os campos de golfe, a marina e o aeródromo. Dada a considerável dinâmica cultural da cidade de Lagos, acresce-se também a aposta na vertente cultural do turismo, nomeadamente através do desenvolvimento de projectos que possam integrar rotas associadas a património cultural, associados à crescente oferta de eventos culturais.

O peso histórico dos Descobrimentos em Lagos é uma herança muito forte, dado a sua história ter estado sempre intimamente ligada ao mar e às actividades marítimas, enquanto ponto de encontro de rotas internacionais, e, neste sentido, assume-se enquanto potencialidade com projecção regional, nacional e internacional a considerar na estratégia de desenvolvimento do concelho. A afirmação da cidade, como “Lagos dos descobrimentos” tem sido reflectida na realização de eventos como o “Festival dos Descobrimentos”, iniciativa de natureza

*Aproveitamento integrado das potencialidades naturais e culturais para a diversificação da actividade turística.*

*Potencialidade do produto “Descobrimentos”.*



cultural e turística. Existe ainda a possibilidade de considerar Lagos como a capital dos Descobrimentos Portugueses, plano que contempla a realização de inúmeros eventos e dinamização de equipamentos culturais e patrimoniais.

Lagos reúne condições favoráveis ao desenvolvimento do Turismo Desportivo, em particular da vertente dos estágios e grandes eventos. Dadas as condições existentes no concelho de Lagos ao desenvolvimento das actividades desportivas e de recreio ligadas ao mar, a integração do desporto na componente turística de Lagos ganha expressividade. A aposta nas actividades desportivas e lúdicas assume, pela possibilidade de realização ao longo do ano, uma forte alternativa à oferta turística concelhia fortemente caracterizada pela sazonalidade e concentrada no produto “sol-praia”. A possibilidade de realização de eventos, nomeadamente associados às actividades náuticas (como a vela, o surf e o windsurf), articulada com o aproveitamento da existência de equipamentos estruturantes como os campos de golfe, a marina e o aeródromo, pode, pela sua projecção nacional e internacional, contrariar a tendência sazonal da procura turística do concelho. Pretende-se com a aposta na vertente desportiva do turismo promover o desenvolvimento e diversificação da base económica, uma vez que naturalmente irá desencadear o desenvolvimento, para além da hotelaria, de outras actividades de apoio ao turismo, como a restauração, bem como de empresas relacionadas com a organização e promoção de eventos.

*Desenvolvimento do Turismo Desportivo.*

Neste contexto de desenvolvimento turístico, a qualidade da oferta hoteleira constitui uma das mais importantes condicionantes da escolha e da permanência dos turistas num território. Uma vez que um dos *handycaps* da actividade turística de Lagos se reflecte na reduzida e desqualificada oferta hoteleira, torna-se fundamental a aposta na sua requalificação e capacitação. Caso não se proceda a uma intervenção no sentido de dinamizar e qualificar a oferta hoteleira no concelho, no que se refere aos equipamentos, serviços e população empregada, Lagos corre o sério risco de perder turistas e visitantes para os outros concelhos da região, ou inclusive para outros países, por não deter a capacidade e qualidade hoteleira adequada à procura.

*Manutenção da reduzida capacidade hoteleira no concelho.*



Diagnóstico Prospectivo do Concelho de Lagos e Proposta de Cenários Evolutivos

A proveniência dos turistas que visitam Lagos, tal como acontece na região do Algarve, é fortemente condicionada pelos mercados emissores inglês e alemão. A oferta de viagem e estadia a preços aliciantes, associada às favoráveis condições climatéricas, constituem os principais atractivos deste tipo de turistas. Contudo, condicionar a oferta turística à dependência de mercados e, neste caso, apenas de um mercado restrito não se apresenta estável, uma vez que a determinação da oferta turística não depende dos operadores locais. Lagos não tem autonomia para promover e condicionar qual o tipo de turista e produto que pretende oferecer. Torna-se assim essencial que Lagos assuma uma posição mais agressiva no mercado turístico, na qual os promotores devem desempenhar um papel fundamental, diversificando o produto de forma a atrair o mais diverso público.

*Dependência do concelho face aos promotores turísticos estrangeiros.*



### 3.3.1. DIAGNÓSTICO

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<p>⇒ Acentuado aumento do número de empresas, superior à média regional.</p>	<p>⇒ Base produtiva local muito polarizada no binómio “sol-praia”.</p>
<p>⇒ Extensa área de superfície agrícola utilizada (SAL) no concelho de Lagos.</p>	<p>⇒ Baixo valor acrescentado das actividades terciárias.</p>
<p>⇒ A tradição piscatória do concelho e existência de infra-estruturas de apoio.</p>	<p>⇒ Fraca representatividade das empresas de maior dimensão na estrutura empresarial.</p>
<p>⇒ Dinamismo do sector da construção civil, associado à dinâmica habitacional do concelho.</p>	<p>⇒ Fragilidade do tecido industrial local.</p>
<p>⇒ Aposta na formação profissional na área do turismo, considerando o peso do turismo na base económica de Lagos.</p>	<p>⇒ Escassa e pouco qualificada oferta hoteleira e serviços complementares.</p>
<p>⇒ Dimensionamento de infra-estruturas de saneamento adequado à população (flutuante) muito superior à residente.</p>	<p>⇒ Excessiva dependência dos mercados turísticos emissores alemão e inglês.</p>
<p>⇒ Existência de importantes infra-estruturas âncora ao desenvolvimento turístico (Campos de golfe, Marina e o Aeródromo).</p>	<p>⇒ Fenómenos de especulação imobiliária.</p>
	<p>⇒ Grande sazonalidade da procura turística e excessiva especialização no produto “sol-praia”, condicionando a utilização das estruturas concelhias.</p>
	<p>⇒ Ausência de uma estratégia de promoção dos produtos tradicionais.</p>
	<p>⇒ Deficiente aproveitamento do património histórico e cultural de Lagos nomeadamente ligado ao mar e aos Descobrimentos.</p>



Diagnóstico Prospectivo do Concelho de Lagos e Proposta de Cenários Evolutivos

Oportunidades	Ameaças
<p>⇒ Exploração sustentada da floresta com efeitos na actividade agrícola e turística ao nível do seu desenvolvimento, através da diversificação da base económica local.</p> <p>⇒ Aproveitamento das potencialidades geológicas do concelho, com o aumento da exploração da pedra de granito, a única na região do barlavento algarvio.</p> <p>⇒ Aposta no desenvolvimento de actividades ligadas à exploração dos recursos marinhos.</p> <p>⇒ Potencial localizacional do Chincato para criação de um parque de negócios de Portimão-Lagos com forte componente logística.</p> <p>⇒ Criação de condições para a instalação actividades com valor acrescentado - projecto Algarve Tecnopolis poderá representar um papel importante na captação de investimento decorrentes de novas actividades.</p> <p>⇒ Aproveitamento integrado das potencialidades naturais e culturais do concelho para a diversificação da actividade turística.</p> <p>⇒ Turismo enquanto importante motor de desenvolvimento da base económica regional e local.</p> <p>⇒ Potencialidade do produto “Descobrimentos” para Lagos se projectar regional, nacional e internacionalmente.</p> <p>⇒ Desenvolvimento do Turismo Desportivo, em particular da vertente dos estágios e grandes eventos.</p>	<p>⇒ Manutenção da reduzida capacidade hoteleira no concelho.</p> <p>⇒ Dependência do concelho face aos promotores turísticos estrangeiros.</p> <p>⇒ Modelo de desenvolvimento turístico baseado no consumo intensivo de solo, associado à forte especulação imobiliária.</p> <p>⇒ Concorrência crescente de outros destinos turísticos à escala internacional sustentados na oferta do binómio “sol-praia”.</p> <p>⇒ Tendência para a especialização turística no binómio “sol-praia”, tornando o sector turístico cada vez mais dependente deste tipo de produto e da sua sobrecarga sazonal.</p>



### 3.4. MERCADO DE TRABALHO

A taxa de actividade constitui um importante indicador na análise da força produtiva de um determinado território. A diferenciação de Lagos no contexto regional pelo peso da população activa na população residente, confere-lhe a possibilidade do reforço da capacidade produtiva concelhia. Acresce o facto de se ter verificado nos últimos 10 anos um acentuado movimento de entrada das mulheres no mercado de trabalho. Esta alteração da situação do sexo feminino perante o mercado de trabalho, apesar das mulheres ocuparem de forma significativa os serviços de cariz social, poderá constituir um factor impulsionador da capacidade de geração de riqueza de Lagos.

*Potencial capacidade produtiva do concelho sustentada na taxa de actividade local*

Apesar deste potencial reforço da capacidade produtiva, a forte sazonalidade da base económica do concelho de Lagos, associada à actividade turística, promove a debilidade das condições de empregabilidade, assentes numa estrutura económica sobre-especializada em ramos com produtividade bastante baixa e fraca composição qualitativa de mão-de-obra. Situações de assalariamento em condições precárias e/ou de inserção profissional em empresas geridas numa lógica familiar são casos facilmente identificados na região, sem oferecer expectativas de carreira profissional, onde a construção civil e a restauração constituem actividades representativas dessas condições de trabalho. Nesta lógica de inserção empresarial e com este tipo de especialização produtiva, a diversificação profissional e as possibilidades de progressão/valorização da carreira profissional encontram-se bastante reduzidas.

*Elevada precariedade do emprego associada à sazonalidade*

O emprego precário pode ainda ser equacionado enquanto factor de fragilidade social, na medida em que condiciona o acesso da população a bens, serviços e equipamentos sociais, promovendo a degradação dos indicadores de qualidade de vida. O combate à precariedade do emprego passa neste sentido não só pela diversificação da base produtiva, para que deixe de ser mono especializada, mas também por um esforço de melhoria dos níveis de escolarização e qualificação profissional da população concelhia.



Num quadro de implantação e desenvolvimento de novas actividades no concelho de Lagos, para além do aumento da capacidade produtiva, são importantes os reflexos na criação de emprego da população. Neste contexto equaciona-se o desenvolvimento e diversificação da base económica local, com a introdução de unidades produtivas, para o qual o Projecto “Algarve Tecnopolis” terá um importante impacto, enquanto projecto integrado de desenvolvimento de actividades inovadoras e qualificadas e conseqüente geração de emprego. Ainda neste quadro, a aposta na qualificação e diversificação das potencialidades relacionadas com a exploração dos recursos naturais (associada aos recursos marinhos e florestais), dos recursos patrimoniais e históricos (associado ao peso dos descobrimentos) e a qualificação das actividades turísticas na óptica desportiva, poderão desencadear o aumento do emprego qualificado no concelho.

*Potencial aumento da capacidade empregadora fruto do desenvolvimento de novas actividades*

Com o desenvolvimento da base económica e conseqüente aumento do emprego, irão necessariamente aumentar as necessidades de recorrer a serviços de proximidade. Este tipo de serviço constitui, por sua vez, um importante indicador do nível de vida das populações. Actualmente as actividades de interesse social assumem uma crescente importância, associadas a actividades dotadas de uma grande capacidade de resposta às cada vez maiores necessidades da população, mas também pela capacidade destes serviços gerarem emprego. Considera-se ainda importante referir a importância destes serviços na promoção da inserção profissional de desempregados e na integração das mulheres no mercado de trabalho. Esta situação ganha expressividade, num contexto de heterogeneidade da base demográfica local, tendo em consideração as diferenças demográficas intra-concelhias e num concelho em que o emprego feminino apresenta já um considerável peso nos serviços de natureza social.

*Condições para o aumento do emprego em serviços de proximidade.*



### 3.4.1. DIAGNÓSTICO

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"><li>⇒ Variação positiva da taxa de actividade, com maior incidência da população feminina.</li><li>⇒ Taxa de desemprego concelhia inferior à registada a nível regional e nacional.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>⇒ Considerável peso da população inactiva no concelho.</li><li>⇒ Reduzido peso do emprego concelhio nos serviços relacionados com a actividade económica.</li><li>⇒ Taxas de desemprego mais elevadas no sexo feminino.</li></ul>
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"><li>⇒ Potencial capacidade produtiva do concelho sustentada na taxa de actividade local.</li><li>⇒ Potencial aumento da capacidade empregadora fruto do desenvolvimento de novas actividades.</li><li>⇒ Condições para o aumento do emprego em serviços de proximidade.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>⇒ Menor capacidade de atracção de investimentos do concelho com consequências ao nível do emprego, condicionando importantes repercussões económicas mas também sociais.</li><li>⇒ Elevada precariedade do emprego associada à sazonalidade.</li></ul>



### 3.5. CULTURA, DESPORTO E LAZER

A Cultura, o Desporto e o Lazer enquanto vertentes do processo de desenvolvimento económico e social do concelho de Lagos, encerram um conjunto de oportunidades de desenvolvimento cujo aproveitamento poderá jogar um papel relevante, se não determinante, na diferenciação e afirmação de Lagos no contexto regional e nacional, contribuindo também para contrariar a dependência social e económica das actividades desenvolvidas em torno da exploração do binómio sol-praia.

O concelho de Lagos é detentor de um património histórico e cultural singular que o distingue no contexto regional e nacional. Se é verdade que Lagos se associa de imediato a epopeia dos Descobrimentos<sup>6</sup>, a História e os numerosos achados arqueológicos revelam o papel que a cidade desempenhou enquanto local privilegiado de trocas comerciais e de entreposto para empresas marítimas em épocas que recuam à passagem dos povos fenício, cartaginês e romano pelo território nacional. Efectivamente, este conjunto de valores patrimoniais, históricos e culturais confundem-se com a essência da cidade e do concelho e oferecem a Lagos uma oportunidade de diferenciação no contexto regional e nacional.

*Riqueza histórica, patrimonial e cultural enquanto elemento diferenciador*

Neste sentido foram já tomadas algumas medidas, entre as quais a iniciativa da Câmara Municipal em criar um logo promocional de Lagos associado aos Descobrimentos, como uma das formas de valorizar a componente histórico-cultural do concelho, e constituindo, simultaneamente, mote para a realização de um conjunto de iniciativas e eventos culturais e recreativos em Lagos.



*Existência de um logo promocional de Lagos*

Neste quadro, configura-se como oportunidade à afirmação nacional de Lagos como Capital dos Descobrimentos, sustentada na associação da riqueza histórica, patrimonial e cultural do concelho à dinamização de iniciativas culturais e recreativas temáticas que corroborem a identidade de Lagos no espaço regional e nacional. Esta trata-se de uma aposta

*Lagos: Cidade-capital dos Descobrimentos – uma oportunidade de afirmação*

<sup>6</sup> A criação da escola de Sagres pelo Infante D. Henrique sustentada nas condições únicas de fundeamento da Baía de Lagos tornaram a cidade a base da Empresa das Descobertas.



abraçada pela Comissão Municipal dos Descobrimentos que faz deste tema um projecto municipal a potenciar e desenvolver através de iniciativas de divulgação do passado histórico do concelho, de encontros do apoio à investigação referente ao período henriquino, da realização de mestrados em história dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa, e projecto de criação do um Museu dos Descobrimentos.

Uma outra iniciativa relevante que também se enquadra nesta ideia de força para Lagos é a organização anual do Festival dos Descobrimentos, que serve os objectivos de dinamização cultural, sem se limitar ao interesse científico, incluindo várias exposições, um desfile e feira quinhentista, e até um roteiro gastronómico.

Deste modo, a continuidade e diversificação dos eventos e iniciativas ligadas aos Descobrimentos deverão contribuir para a aproximação de Lagos à sua tradição marítima, e para a valorização desta tradição na afirmação da identidade cultural de Lagos.

A vertente cultural e a valorização histórica e patrimonial de Lagos poderá também ser potenciada através da intervenção da Associação Intermunicipal Terras do Infante. Constituída pelos municípios de Aljezur, Lagos e Vila do Bispo, esta associação tem como objecto a promoção coordenada do desenvolvimento destes municípios, actuando em diferentes áreas, entre as quais a dinamização cultural. De facto, esta associação desempenhou um importante papel na Candidatura de Sagres a Património Mundial da Humanidade, que deve contribuir para a promoção de toda a região do sudoeste algarvio, incluindo Lagos, sobretudo se se atender ao ênfase que a candidatura dá à herança histórica da época dos Descobrimentos.

Para além das actividades directamente associadas à exploração do “produto” Descobrimentos, a Câmara Municipal de Lagos (enquanto principal agentes de dinamização cultural) tem vindo a promover uma

*Papel  
dinizador da  
Associação  
Intermunicipal  
Terras do Infante*

*Diversidade de  
eventos  
recreativos e  
culturais*



diversidade significativa de eventos, que complementam o painel de iniciativas culturais e recreativas com lugar no concelho<sup>7</sup>.

Contudo, a actual programação cultural e recreativa (quer em termos de calendarização, quer em termos de localização) encontra-se ainda condicionada pela sazonalidade da principal actividade do concelho: o turismo sustentado no binómio “sol-praia”, e pela disponibilidade de equipamentos adequados à natureza dos eventos.

Efectivamente, é durante os meses de Verão que se realiza o maior número de eventos culturais e recreativos (período durante o qual a procura potencial aumenta de forma exponencial), em detrimento da oferta continuada ao longo do ano. Por outro lado, a concentração de equipamentos culturais qualificados na cidade de Lagos conduz necessariamente à concentração dos eventos na sede de concelho, facto que se revela como factor inibidor ao acesso das populações rurais a estas iniciativas.

*Sazonalidade dos eventos e concentração na cidade de Lagos*

Como forma de promover as actividades culturais nas freguesias rurais e para além da aposta na itinerância dos eventos realizados na cidade de Lagos (quando as especificidades destes eventos o permitirem), existe um manancial cultural e de saberes populares<sup>8</sup> que importa preservar e promover. Actualmente, o esforço de recolha e divulgação desta riqueza cultural é assumido pelas associações e juntas de freguesia, sendo contudo limitado pela inexistência de um centro de investigação e documentação dedicado à recolha, tratamento e divulgação das tradições de Lagos, assistindo-se, assim, ao seu progressivo desaparecimento. Neste quadro, importará desenvolver esforços de preservação efectiva do património local e consequente dinamização de actividades de divulgação do saber popular do concelho.

*Progressivo desaparecimento das tradições rurais e populares do concelho de Lagos*

<sup>7</sup> Nestas incluem-se exposições, teatro, oficinas de expressão plástica e de escrita, conferências, concertos, mostras de cinema, festivais gastronómicos, etc..

<sup>8</sup> Literatura popular (incluindo os vocábulos, os cantares e linquinhas) e das tradições e festividades barrocais.



Diagnóstico Prospectivo do Concelho de Lagos e Proposta de Cenários Evolutivos

Apostar na procura de factores diferenciadores que reforcem a singularidade dos eventos culturais e promovam a sua realização ao longo de todo o ano, combatendo assim a sazonalidade, assume-se também como um contributo para contrariar a tendência para a reprodução de um modelo de festival temático, contrariando, assim, o risco da eventual perda de identidade pela massificação dos eventos culturais e recreativos. De facto, o esforço que as Câmaras Municipais da região aplicam na promoção de grandes eventos de animação, procurando constituir-se como “âncora” da oferta turística (ainda que cumprindo, simultaneamente, uma função social ao contribuir para a oferta recreativa e cultural colocada ao dispor da população local), quando não acompanhado de uma estratégia de aposta na identidade local e no combate à sazonalidade, poderá conduzir à disseminação dos potenciais visitantes

*Risco de perda de identidade e massificação dos eventos*

Se é verdade que Lagos se distingue pela história, pelo património e pela cultura, o concelho é também detentor de condições naturais favoráveis ao desenvolvimento de iniciativas desportivas ao longo de todo o ano.

*Condições naturais (clima e espaços naturais) favoráveis e infra-estruturas de apoio à prática desportiva*

As temperaturas amenas, os ventos favoráveis à prática de vela e windsurf, o enquadramento da Baía de Lagos e da extensa linha de costa para a prática de desportos aquáticos, os espaços naturais no interior, como a Mata Nacional de Barão de São João e a Barragem da Bravura, constituem-se como um potencial a explorar no contexto da prática desportiva.

No que se refere ao litoral, as condições naturais do concelho associadas à existência da Marina de Lagos, cuja qualidade é reconhecida, são factores de **desenvolvimento de actividades desportivas associadas ao mar** que justificam a pretensão de inclusão de Lagos no calendário nacional, e mesmo internacional, de realização de regatas. Para tal, contribui também a dinâmica e experiência do Clube de Vela de Lagos no apoio à realização de provas, destacando-se o Campeonato do Mundo da Classe Dart 18. Acresce-se ainda o interesse na construção de um Centro Náutico de Estágios, em função



da atracção regular de praticantes e do papel que viria a desempenhar na dinamização da modalidade em Lagos.

Hoje em dia a extensa linha de costa e de praias é já objecto da realização de eventos desportivos ao longo do ano, e de animação desportiva em particular durante os meses de Verão.

Torna-se assim evidente a capacidade de atracção que o litoral lacobrigense exerce sobre a população e os visitantes e o potencial que encerra enquanto factor de afirmação do concelho de Lagos no contexto regional, nacional e internacional.

As **potencialidades naturais de Lagos** não se esgotam no mar, no clima e no litoral. Os **espaços naturais do interior do concelho** são recursos a aproveitar racionalmente no capítulo da dinamização cultural, desportiva e recreativa do concelho.

A Mata de Barão de São João ou a Albufeira da Barragem da Bravura, devidamente dotadas de infra-estruturas de apoio à sua utilização, e incluídas em programas de promoção desportiva, de recreio e lazer e desportiva, constituem-se como alternativas claras ao litoral. A Albufeira da Barragem da Bravura, especificamente, poderá suportar, com as devidas restrições definidas pelo Regulamento do Plano de Ordenamento da Albufeira da Bravura (aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 71/2004 de 12 de Junho), actividades de pesca, banhos e natação, navegação recreativa com embarcações a remo, à vela, do tipo «gaiivota» e com motor eléctrico, e competições desportivas.

A **realização de eventos desportivos, recreativos e culturais com notoriedade nacional, e mesmo internacional**, poderá constituir um contributo para um afluxo significativo de visitantes ao concelho, redutor dos efeitos da sazonalidade, quando realizados fora da época alta, e servir de plataforma de divulgação do concelho de Lagos.

Neste quadro surge como oportunidade a aposta no desenvolvimento do turismo desportivo no Algarve, enquadrado no combate à

*Turismo  
Desportivo:  
oportunidade a  
explorar*



sazonalidade da procura turística, que tem vindo a consubstanciar-se nas estratégias de intervenção das entidades regionais. Em termos regionais, a Região de Turismo do Algarve, no âmbito da Associação Algarve Desportos e do Plano Estratégico de Marketing Turístico-Desportivo do Algarve, promove o turismo desportivo, concedendo prioridade inicial à vertente dos estágios desportivos. Para tal, impõe-se a dotação de infra-estruturas e de serviços de apoio, na recepção de estágios desportivos, assim como na realização de provas de alta competição.

Contudo, a criação de condições para a promoção de eventos desportivos de grande dimensão no concelho de Lagos encontra-se ameaçada pelas dificuldades na concretização, atempada, de investimentos visando a qualificação/modernização, ampliação e diversificação da oferta de instalações desportivas no concelho. A presença de equipamentos desportivos estruturantes constitui um elemento fundamental na concorrência, a nível regional e supra-regional, pela organização de eventos desportivos, e é, por outro lado, condicionada pela também concorrência na atracção de investimentos para a sua construção.

A excessiva concorrência e a falta de coordenação das entidades/agentes responsáveis pelos investimentos e pela promoção de grandes eventos, poderão determinar o insucesso da afirmação de Lagos como destino de eleição para o Turismo Desportivo.

No domínio dos equipamentos e infra-estruturas desportivas, Lagos é detentor de um conjunto apreciável, embora, na sua maioria, sejam estruturas privadas ligadas a empreendimentos turísticos, (principalmente as piscinas, os campos de ténis e também os ginásios). Este facto, porque limita o acesso público, revela a **falta de instalações públicas para a prática de desporto**. A falta de equipamentos desportivos públicos, associada à desadequação da oferta face à procura (modalidades e horários de funcionamentos) contribuem para o baixo número de praticantes no concelho, inferior à média nacional<sup>9</sup>.

*Concorrência regional na atracção de investimentos na construção de equipamentos desportivos estruturantes.*

*Reduzido número de praticantes de desportivos*

<sup>9</sup> 19% do total de habitantes, situando-se abaixo dos 23% de praticantes a nível nacional.



### Diagnóstico Prospectivo do Concelho de Lagos e Proposta de Cenários Evolutivos

De facto, o carácter privado da maioria das infra-estruturas desportivas constitui um factor dissuasor da prática desportiva por parte da população lacobrigense. As características socio-económicas da população, seja por limitações de tempo e financeiras, seja pela falta de adequabilidade ou difícil acessibilidade da oferta desportiva existente, são fortes condicionantes à mudança de atitude face à prática de uma modalidade desportiva. Urge por isso, a necessidade de dotação e divulgação das infra-estruturas desportivas municipais (face à carência de equipamento desportivos de acesso público), acompanhado pela promoção de animação desportiva direccionada às necessidades das populações locais, de que são já exemplo os Projectos de Expressão e Educação Físico-Motora, “Crescer em Movimento”, “Viver o Verão” e “Saúde em Movimento”.

Em termos institucionais, a promoção, divulgação e dinamização cultural, desportiva e de iniciativas de lazer é assegurada pela Câmara Municipal de Lagos e pelas associações recreativas e desportivas do concelho.

A intervenção municipal na promoção e desenvolvimento desportivo do concelho traduz-se na realização de vários projectos de promoção da actividade desportiva, no apoio à realização de eventos desportivos, e na implementação de um Programa de Gestão de Equipamentos Desportivos, apostando ainda na implementação de Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo. Contudo, a “complexidade” organizacional dos serviços municipais em matéria de desenvolvimento cultural e desportivo poderá constituir-se como elemento de dispersão das actividades pela abrangência de áreas de intervenção que lhes compete.<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> O desenvolvimento cultural e desportivo é assegurado, respectivamente, pela Divisão da Cultura e Promoção Turística e pela Divisão da Educação, Desporto e Acção Social (compondo, em conjunto com a Divisão da Informação e Relações Públicas, o Departamento de Educação, Cultura e Informação), apresentando aquelas Divisões uma grande abrangência e diversidade de serviços.



Diagnóstico Prospectivo do Concelho de Lagos e Proposta de Cenários Evolutivos

O número significativo de associações recreativas e desportivas no concelho de Lagos poderá constituir-se como factor de suporte à dinamização destas vertentes do processo de desenvolvimento de Lagos.

*Número significativo de associações desportivas e recreativas no concelho*

Actualmente as associações existentes asseguram a representação de várias modalidades desportivas (equitação, ténis, basquetebol, futebol, vela, golfe, andebol e caça). Porém a capacidade de intervenção é francamente limitada, quer por motivos organizacionais quer por factores de ordem técnica e financeira. De facto, a maioria das associações está vocacionada para a prática desportiva, apresentando grandes debilidades financeiras e operativas, o que denota a fragilidade do associativismo de carácter cultural, recreativo e desportivo.

*Fragilidade do associativismo de carácter cultural, recreativo e desportivo*

Contudo, o papel das associações na descentralização das actividades culturais, recreativas e desportivas às freguesias rurais do concelho deve ser potenciado através do estreitamento das relações de coordenação/articulação das actividades com a Câmara Municipal e na divulgação dos eventos e iniciativas



### 3.5.1. DIAGNÓSTICO

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"><li>⇒ Existência de património histórico edificado de elevada riqueza, particularmente ligado à época dos Descobrimentos.</li><li>⇒ Diversidade de eventos recreativos e culturais.</li><li>⇒ Condições naturais favoráveis à prática desportiva.</li><li>⇒ Existência de infraestruturas de apoio à prática desportiva.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>⇒ Reduzida acessibilidade das populações rurais aos eventos culturais.</li><li>⇒ Carência de equipamentos desportivos de acesso público.</li><li>⇒ Baixa percentagem de praticantes de actividades desportivas no município.</li><li>⇒ Fragilidade do associativismo de carácter cultural, recreativo e desportivo.</li><li>⇒ “Complexidade” organizacional dos serviços municipais em matéria de desenvolvimento cultural e desportivo.</li><li>⇒ Baixa taxa de utilização das infraestruturas e equipamentos desportivos.</li><li>⇒ Sazonalidade da programação cultural e recreativa.</li></ul>
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"><li>⇒ Potencialidade do produto “Descobrimentos” e aproveitamento da tradição marítima.</li><li>⇒ Crescente reconhecimento das potencialidades desportivas da Baía de Lagos.</li><li>⇒ Potencialidade de realização de eventos desportivos, recreativos e culturais com notoriedade nacional e internacional.</li><li>⇒ Papel dinamizador da Associação Intermunicipal Terras do Infante.</li><li>⇒ Desenvolvimento do turismo desportivo, em particular da vertente dos estágios e grandes eventos.</li><li>⇒ Exploração das potencialidades naturais do território concelhio, nomeadamente nas freguesias rurais</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>⇒ Eventual perda de identidade pela massificação dos eventos culturais e recreativos.</li><li>⇒ Progressivo desaparecimento das tradições rurais e populares do concelho de Lagos.</li><li>⇒ Afastamento dos habitantes do concelho da prática desportiva, com os inerentes problemas sociais.</li><li>⇒ Forte competitividade regional e supra-regional, pela atracção de investimentos na construção de equipamentos desportivos estruturantes, e pela organização de grandes eventos desportivos.</li></ul>



### 3.6. **MATRIZ SWOT**

Neste ponto do presente relatório apresenta-se sob a forma de matriz os principais pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças ao processo de desenvolvimento do concelho de Lagos.



Diagnóstico Prospectivo do Concelho de Lagos e Proposta de Cenários Evolutivos

Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"><li>↗ Presença de valores naturais de interesse conservacionista.</li><li>↗ Presença de diversidade notável de paisagens.</li><li>↗ Qualidade das águas costeiras na maioria das áreas balneares designadas.</li><li>↗ Presença de sistemas de saneamento básico aparentemente eficazes (abastecimento de água, recolha e tratamento de águas residuais, sistema de gestão de resíduos).</li><li>↗ Dinamismo da Câmara Municipal na promoção de iniciativas conducentes à conservação ambiental.</li><li>↗ Elaboração de um número significativo de instrumentos regulamentares de uso e ocupação do solo.</li><li>↗ Crescimento urbanístico pautado pela contenção da ocupação litoral.</li><li>↗ Aumento significativo do parque habitacional e conseqüente melhoria generalizada das condições de habitabilidade no concelho.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>↘ Deficiente qualidade das águas superficiais.</li><li>↘ Má qualidade da água de algumas das praias do concelho.</li><li>↘ Dificuldade de gestão da rede de infra-estruturas como consequência da sazonalidade das actividades ligadas ao turismo.</li><li>↘ Degradação ambiental de algumas zonas costeiras como resultado de um crescimento turístico desordenado.</li><li>↘ Deficiente gestão da floresta.</li><li>↘ Inexistência de PDM eficaz.</li><li>↘ Assimetrias intra-concelhias na ocupação e desenvolvimento do território - designadamente entre as áreas rurais (interior) e urbanas (litoral).</li><li>↘ Expansão de fenómenos de edificação dispersa, no interior do território concelhio.</li><li>↘ Existência de áreas (urbanas) degradadas.</li><li>↘ Elevada dependência intra-concelhia face à sede de concelho.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>↗ Criação e delimitação de ZNIML.</li><li>↗ Estabelecimento de Planos de Gestão aplicados às ZNIML.</li><li>↗ Aproveitamento turístico sustentado das ZNIML.</li><li>↗ Desenvolvimento de um sistema de indicadores de desenvolvimento sustentável.</li><li>↗ Inibição do crescimento desordenado dos aglomerados populacionais e empreendimentos turísticos.</li><li>↗ Promoção e salvaguarda da qualidade das zonas balneares.</li><li>↗ Aposta num modelo de desenvolvimento sustentado e sustentável.</li><li>↗ Aproveitamento de sinergias associadas à elaboração simultânea de vários Instrumentos de Gestão Territorial.</li><li>↗ Reforço da centralidade da cidade de Lagos e da coesão territorial do território municipal.</li><li>↗ Aproveitamento das potencialidades do espaço rural.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>↘ Aumento da pressão sobre as zonas naturais de interesse conservacionista.</li><li>↘ Deterioração dos recursos naturais, paisagísticos e balneares por potencial intensificação da sua utilização.</li><li>↘ Disseminação de empreendimentos turísticos em resultado de maior procura resultante da criação de novas fontes de atracção.</li><li>↘ Excessiva pressão construtiva – colapso das infra-estruturas e/ou aniquilação de valores naturais e paisagísticos.</li><li>↘ Inibição ao crescimento e desenvolvimento da região caso sejam instaurados processos que dificultem de forma generalizada a concretização de novos projectos.</li><li>↘ Incremento de fogos florestais por deficiente gestão ou inoperacionalidade de meios.</li><li>↘ Dificuldade de assegurar a operacionalidade dos sistemas de infra-estruturas caso haja um crescimento acentuado da população sazonal.</li></ul>



Diagnóstico Prospectivo do Concelho de Lagos e Proposta de Cenários Evolutivos

Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>↗ Dimensão supra-concelhia e supra-regional da atractividade exercida por Lagos no acesso a funções especializadas.</li> <li>↗ Baixos índices de pressão urbanística.</li> <li>↗ Criação de uma alternativa à EN 125 com a abertura da VLA.</li> <li>↗ Resolução das situações de atravessamento dos aglomerados por vias de elevado tráfego, através da criação de circulares externas.</li> <li>↗ Boas ligações de transporte público rodoviário regular de passageiros de longo curso.</li> <li>↗ Importância das deslocações intra-concelhias nos padrões de mobilidade</li> <li>↗ Boa acessibilidade rodoviária a nível regional e nacional.</li> <li>↗ Cobertura global concelhia das redes de cuidados primários de saúde.</li> <li>↗ Taxa de analfabetismo abaixo da média regional.</li> <li>↗ Aumento do peso relativo da população residente que detém o 2º e o 3º ciclo do ensino básico e secundário.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>↘ Fraca capacidade de Lagos para atrair população exterior ao próprio centro urbano no acesso a funções muito especializadas.</li> <li>↘ Elevado peso de alojamentos de residência sazonal (2ª habitação) no universo dos alojamentos familiares clássicos.</li> <li>↘ Aumento da pressão e dos níveis de congestionamento viário, durante a época alta.</li> <li>↘ Deficientes ligações rodoviárias ao interior Norte do concelho e a Monchique.</li> <li>↘ Manutenção de fortes restrições na linha do Algarve no troço Tunes-Lagos.</li> <li>↘ Deficiências ao nível da intermodalidade e articulação entre os serviços de transporte público.</li> <li>↘ Excessiva dependência do concelho de Lagos em relação a acessibilidades rodoviárias.</li> <li>↘ Limitações do transporte público rodoviário de passageiros nas ligações intra-concelhias.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>↑ Melhoria dos níveis de acessibilidade regional e inter-regional.</li> <li>↑ Potencial desenvolvimento de um sistema ferroviário ligeiro na ligação entre Lagos e Faro.</li> <li>↑ Perspectiva de desenvolvimento de um aeródromo intermunicipal de Lagos–Portimão.</li> <li>↑ Criação de um interface multimodal de transportes e melhoria das condições de acolhimento dos passageiros.</li> <li>↑ Aproveitamento dos equipamentos desportivos para prestação de serviços médicos especializados.</li> <li>↑ Existência de recursos humanos/pessoal técnico e de equipamento avançado, que se encontra actualmente parado e que pode garantir o regular funcionamento do Hospital Distrital de Lagos.</li> <li>↑ Reaproveitamento do HDL através da redefinição das suas principais valências.</li> <li>↑ Aumento do número e capacidade dos equipamentos escolares destinados ao ensino pré-escolar e 1º ciclo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>↓ Aumento tendencial da pressão urbanística sobre a faixa litoral do território municipal.</li> <li>↓ Persistência dos fenómenos de edificação dispersa no espaço rural.</li> <li>↓ Rigidez do processo de aprovação dos PMOT's face às dinâmicas e oportunidades de desenvolvimento.</li> <li>↓ Persistência dos desvios face à orientação estratégica de aposta no desenvolvimento das áreas deprimidas do Algarve.</li> <li>↓ Sobrecarga do sistema viário do concelho de Lagos de acesso/distribuição à A22.</li> <li>↓ Introdução de portagens na A22.</li> <li>↓ Aumento das deslocações em transporte individual com consequências a nível do congestionamento e utilização da via pública da cidade de Lagos.</li> <li>↓ Processo de desinvestimento no Hospital Distrital de Lagos.</li> <li>↓ Modelo organizacional adoptado para a gestão da rede hospitalar do Algarve.</li> </ul>



Diagnóstico Prospectivo do Concelho de Lagos e Proposta de Cenários Evolutivos

Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>↗ Boa cobertura dos equipamentos escolares (1º, 2º e 3º ciclo).</li> <li>↗ Proximidade dos Pólos Universitários do Algarve, localizado em Portimão e Silves.</li> <li>↗ Aposta na formação profissional na área do turismo com a perspectiva de qualificar e desenvolver este sector, de forte influência na economia da região.</li> <li>↗ Acentuado aumento do número de empresas, superior à média regional.</li> <li>↗ Extensa área de superfície agrícola utilizada (SAL) no concelho de Lagos.</li> <li>↗ A tradição piscatória do concelho e existência de infra-estruturas de apoio.</li> <li>↗ Dinamismo do sector da construção civil, associado à dinâmica habitacional do concelho.</li> <li>↗ Aposta na formação profissional na área do turismo, considerando o peso do turismo na base económica de Lagos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>↘ Insuficiência e ineficiência das ligações rodoviárias dos serviços de transporte público e das acessibilidades em geral ao aeroporto de Faro.</li> <li>↘ Falta de organização no transporte de mercadorias.</li> <li>↘ Quadro de pessoal de saúde inferior à média regional, reflectindo um sub-dimensionamento do número de médicos e enfermeiros por Centro de Saúde face ao número de habitantes do concelho de Lagos.</li> <li>↘ Aumento da pressão sobre serviços de saúde, situação que se agrava durante a época balnear.</li> <li>↘ Carências efectivas nos cuidados médicos diferenciados disponíveis no concelho.</li> <li>↘ Fraca capacidade de resposta (quantitativa e qualitativa) das instituições dedicadas aos cuidados geriátricos.</li> <li>↘ Lacunas na rede concelhia de equipamentos ao nível do pré-primário e ATL.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>↗ Realização de acções de educação ambiental dirigidas em especial para as escolas, como espaços privilegiados do indivíduo para os problemas ambientais.</li> <li>↗ Elaboração da Carta Educativa para o município de Lagos.</li> <li>↗ Aposta no desenvolvimento das áreas de formação e investigação associada ao mar.</li> <li>↗ Criação da Rede Social de Lagos com vista ao combate da pobreza e exclusão.</li> <li>↗ Promoção e apoio municipal a iniciativas de arrendamento jovem.</li> <li>↗ Promoção municipal de parcerias para estabelecer programas de habitação social.</li> <li>↗ Exploração sustentada da floresta com efeitos na actividade agrícola e turística ao nível do seu desenvolvimento, através da diversificação da base económica local.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>↘ Aumento da dependência de Lagos no acesso a cuidados médicos diferenciados em relação a Portimão.</li> <li>↘ Cristalização das competências técnico-profissionais da mão-de-obra.</li> <li>↘ Manutenção da reduzida capacidade hoteleira no concelho.</li> <li>↘ Dependência do concelho face aos promotores turísticos estrangeiros.</li> <li>↘ Modelo de desenvolvimento turístico baseado no consumo intensivo de solo, associado à forte especulação imobiliária.</li> <li>↘ Concorrência crescente de outros destinos turísticos à escala internacional sustentados na oferta do binómio sol e praia.</li> <li>↘ Tendência para a especialização turística no binómio sol-praia, tornando o sector turístico cada vez mais dependente deste tipo de produto e da sua sobrecarga sazonal.</li> <li>↘ Menor capacidade de atracção de investimentos do concelho com consequências ao nível do emprego, condicionando importantes repercussões económicas mas também sociais.</li> </ul>



Diagnóstico Prospectivo do Concelho de Lagos e Proposta de Cenários Evolutivos

Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>↗ Dimensionamento de infra-estruturas de saneamento adequado à população (flutuante) muito superior à residente.</li> <li>↗ Existência de importantes infra-estruturas âncora ao desenvolvimento turístico (Campos de golfe, Marina e o Aeródromo).</li> <li>↗ Variação positiva da taxa de actividade, com maior incidência da população feminina.</li> <li>↗ Taxa de desemprego concelhia inferior à registada a nível regional e nacional.</li> <li>↗ Existência de património histórico edificado de elevada riqueza, particularmente ligado à época dos Descobrimentos.</li> <li>↗ Diversidade de eventos recreativos e culturais.</li> <li>↗ Condições naturais favoráveis à prática desportiva.</li> <li>↗ Existência de infra-estruturas de apoio à prática desportiva.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>↘ Ausência de unidades de formação profissional e ensino superior especializado.</li> <li>↘ Mão-de-obra na maioria pouco qualificada.</li> <li>↘ Mercado de emprego baseado na procura sazonal da mão-de-obra de baixa remuneração, pouco existente na experiência e qualificação profissional.</li> <li>↘ Base produtiva local muito polarizada no binómio sol-praia.</li> <li>↘ Baixo valor acrescentado das actividades terciárias.</li> <li>↘ Fraca representatividade das empresas de maior dimensão na estrutura empresarial.</li> <li>↘ Fragilidade do tecido industrial local.</li> <li>↘ Escassa e pouco qualificada oferta hoteleira e serviços complementares.</li> <li>↘ Excessiva dependência dos mercados turísticos emissores alemão e inglês.</li> <li>↘ Fenómenos de especulação imobiliária.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>↑ Aproveitamento das potencialidades geológicas do concelho, com o aumento da exploração da pedra de granito, a única na região do barlavento algarvio.</li> <li>↑ Aposta no desenvolvimento de actividades ligadas à exploração dos recursos marinhos.</li> <li>↑ Potencial localizacional do Chinicato para criação de um parque de negócios de Portimão-Lagos com forte componente logística.</li> <li>↑ Criação de condições para a instalação actividades com valor acrescentado - projecto Algarve Tecnopolis poderá representar um papel importante na captação de investimento decorrentes de novas actividades.</li> <li>↑ Aproveitamento integrado das potencialidades naturais e culturais do concelho para a diversificação da actividade turística.</li> <li>↑ Turismo enquanto importante motor de desenvolvimento da base económica regional e local.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>↓ Elevada precariedade do emprego associada à sazonalidade.</li> <li>↓ Eventual perda de identidade pela massificação dos eventos culturais e recreativos.</li> <li>↓ Progressivo desaparecimento das tradições rurais e populares do concelho de Lagos.</li> <li>↓ Afastamento dos habitantes do concelho da prática desportiva, com os inerentes problemas sociais.</li> <li>↓ Forte competitividade regional e supra-regional, pela atracção de investimentos na construção de equipamentos desportivos estruturantes, e pela organização de grandes eventos desportivos.</li> </ul>



Diagnóstico Prospectivo do Concelho de Lagos e Proposta de Cenários Evolutivos

Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças
	<ul style="list-style-type: none"><li>✎ Grande sazonalidade da procura turística e excessiva especialização no produto “Sol e Praia, condicionando a utilização das estruturas concelhias.</li><li>✎ Ausência de uma estratégia de promoção dos produtos tradicionais.</li><li>✎ Deficiente aproveitamento do património histórico e cultural de Lagos nomeadamente ligada ao mar e aos Descobrimentos.</li><li>✎ Considerável peso da população inactiva no concelho.</li><li>✎ Reduzido peso do emprego concelhio nos serviços relacionados com a actividade económica.</li><li>✎ Taxas de desemprego mais elevadas no sexo feminino.</li><li>✎ Reduzida acessibilidade das populações rurais aos eventos culturais Carência de equipamentos desportivos de acesso público.</li><li>✎ Baixa percentagem de praticantes de actividades desportivas no município.</li><li>✎ Fragilidade do associativismo de carácter cultural, recreativo e desportivo.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>↑ Potencialidade do produto “Descobrimentos” para Lagos se projectar regional, nacional e internacionalmente.</li><li>↑ Desenvolvimento do Turismo Desportivo, em particular da vertente dos estágios e grandes eventos.</li><li>↑ Potencial capacidade produtiva do concelho sustentada na taxa de actividade local.</li><li>↑ Potencial aumento da capacidade empregadora fruto do desenvolvimento de novas actividades.</li><li>↑ Condições para o aumento do emprego em serviços de proximidade.</li><li>↑ Potencialidade do produto “Descobrimentos” e aproveitamento da tradição marítima.</li><li>↑ Crescente reconhecimento das potencialidades desportivas da Baía de Lagos.</li><li>↑ Potencialidade de realização de eventos desportivos, recreativos e culturais com notoriedade nacional e internacional.</li></ul>	



Diagnóstico Prospectivo do Concelho de Lagos e Proposta de Cenários Evolutivos

Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças
	<ul style="list-style-type: none"><li>✎ “Complexidade” organizacional dos serviços municipais em matéria de desenvolvimento cultural e desportivo.</li><li>✎ Baixa taxa de utilização das infraestruturas e equipamentos desportivos.</li><li>✎ Sazonalidade da programação cultural e recreativa.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>↑ Papel dinamizador da Associação Intermunicipal Terras do Infante.</li><li>↑ Desenvolvimento do turismo desportivo, em particular da vertente dos estágios e grandes eventos.</li><li>↑ Exploração das potencialidades naturais do território concelhio, nomeadamente nas freguesias rurais.</li></ul>	



## 4. PROPOSTA DE CENÁRIOS EVOLUTIVOS

A definição de uma estratégia robusta para o concelho de Lagos pressupõe, em articulação com a análise SWOT, a construção de cenários de evolução do contexto nacional, internacional e regional, de forma a avaliar, com maior consistência, as perspectivas estratégicas de desenvolvimento de Lagos, bem como as respectivas condicionantes e ameaças a médio-longo prazo.

### 4.1. CONTEXTO INTERNACIONAL

Em termos estratégicos, o contexto internacional do nosso País (e, consequentemente, da região do Algarve e do concelho de Lagos), apresenta 4 hipóteses ou eventualidades de evolução, no horizonte de 10-20 anos:

→ **Hipótese tendencial: “Europa alargada a 25 e mais países”**

No caso de, durante os próximos anos, não haver alterações de fundo na política europeia, a Europa do alargamento continuará a ser um “gigante” económico e um “anão” político, com grandes problemas de governabilidade.

→ **Hipótese optimista : “Regresso de uma fase euro-optimista à Jacques Delors”**

Ao longo da próxima década, poderá ressurgir uma nova fase “euro-optimista”, marcada pelo crescimento mais acelerado do Mercado Único europeu e por avanços importantes na integração política dos países europeus no seio da União Europeia, enquanto novo tipo de confederação de Estados supranacional. O alargamento do mercado interno da UE cria condições favoráveis, não obstante faltarem, para o efeito, todos os outros ingredientes estratégicos.

→ **Hipótese pessimista: “A Europa começa a desmembrar-se em vários blocos de países”**

A Europa, abandonada pelos EUA, que se viram para o Pacífico (China, Japão e “tigres asiáticos”), entra em profunda crise económica e começa a desmembrar-se em vários blocos de países, recuperando as divisões históricas anteriores às duas Grandes Guerras.

A **hipótese tendencial** tenderá a prolongar-se por mais algum tempo, se bem que a adesão da Turquia à União Europeia, se não se antecipar outro motivo, vai



**Diagnóstico Prospectivo do Concelho de Lagos e Proposta de Cenários Evolutivos**

obrigar a que a situação da União sofra um salto qualitativo, tendendo a assumir uma configuração do tipo da hipótese pessimista ou, eventualmente, embora com menor probabilidade, do tipo da hipótese optimista.

A **hipótese optimista** é, obviamente, a hipótese mais favorável ao nosso País e às aspirações legítimas do Algarve e de Lagos a um desenvolvimento rápido e pacífico. No entanto, a probabilidade de ocorrência não se apresenta muito elevada, mau grado os esforços de muitos políticos e, designadamente, do actual Presidente da Comissão que ambiciona poder vir a imitar os anos venturosos do tempo de Jacques Delors.

Entretanto, essa possibilidade não depende deste ou daquele responsável político mas de uma conjugação de factores que ainda parece estar longe de poder vir a repetir-se. A saber:

- o alargamento a 25 países criou uma nova oportunidade para a melhoria das taxas do crescimento económico europeu, por via do alargamento do Mercado Único aos novos países aderentes (tal como aconteceu nos anos 80, na fase da adesão de Portugal, Espanha e Grécia);
- no entanto, a evolução da situação económica internacional não tem sido favorável a um “disparar” do crescimento interno europeu, até porque os EUA continuam a apostar numa política de super-endividamento interno e externo e de constantes desvalorizações do dólar face ao euro;
- além disso, verifica-se um défice claro de liderança política ao nível dos principais países europeus.

Em suma, apesar da eventualidade de se voltar a verificar uma fase euro-optimista semelhante à dos tempos de Jacques Delors nos próximos anos, esta não se vislumbra a muito curto prazo. O mais provável, no curto-médio prazo, será a evolução da hipótese tendencial para a hipótese pessimista.



## 4.2. CONTEXTO NACIONAL

→ **Hipótese tendencial: “Portugal bloqueado e em perda numa Europa alargada”**

O alargamento da Europa a mais 10 países vem condicionar o posicionamento de Portugal na concorrência pela obtenção de Fundos Comunitários, sem que o mesmo disponha já do dinamismo económico e social necessário para não se deixar descolar do “pelotão da frente”. Por isso, o risco de despromoção do País é uma realidade, vindo a enfrentar dificuldades crescentes na configuração de um equilíbrio em termos de competitividade e de índices de progresso social.

→ **Hipótese optimista: “Regresso aos anos bons”**

O conjunto de actos eleitorais que vão ter lugar até 2006 poderá dar origem a uma situação estratégica em que o País volta a encontrar um dinamismo económico e social semelhante ao dos anos 1985-91 e 1995-2000. Essa possibilidade poderá ser fomentada caso coincida com a realização da hipótese optimista a nível europeu.

→ **Hipótese pessimista: “Um longo período de resultados medíocres a todos os níveis”**

A hipótese de a próxima “vaga eleitoral” não se traduzir na ultrapassagem da situação de bloqueio estratégico actual, é também uma forte eventualidade. Em termos estratégicos, isso significará que o País se deixará deslizar para o “pelotão dos mais pobres” da Europa, degradando-se ainda mais os seus índices económicos e sociais e a qualidade da nossa democracia.



### 4.3. CONTEXTO REGIONAL

As perspectivas de desenvolvimento e modernização da região do Algarve serão diferentes consoante as hipóteses ou eventualidades estratégicas que vierem a verificar-se, a nível nacional, as quais dependem também da sua articulação no contexto internacional.

→ **Hipótese tendencial: Algarve – região turística e balnear de nível internacional”**

Não havendo alterações de fundo na política que tem sido seguida até aqui para o desenvolvimento da região algarvia, o paradigma estratégico dominante continuará a ser “Algarve – região turística e balnear de nível internacional”. Isto significa que o desenvolvimento da região continuará a estar polarizado, excessivamente, na tentativa de atrair os grandes fluxos turísticos europeus, designadamente aqueles que privilegiam o turismo de “sol-praia”.

As principais consequências de uma orientação estratégica deste tipo podem resumir-se no seguinte:

- continuar-se-á a privilegiar o desenvolvimento turístico da zona central do Algarve (Faro, Loulé e Portimão), com uma maior capacidade de acolhimento para o turismo internacional de “sol-praia”, em detrimento das zonas mais descentradas de Tavira-Vila Real de Santo António e de Lagos-Sagres;
- o facto de se recomendar a diversificação dos produtos turísticos algarvios pode atenuar a sazonalidade dos fluxos turísticos mas não altera a tendência para o “afunilamento” excessivo das actividades económicas do Algarve no turismo de “sol-praia”;
- aliás, com a redução do custo das viagens de avião e a generalização da política de “pacotes turísticos” por parte dos grandes operadores internacionais, os grandes fluxos turísticos europeus estão virar-se para as praias das Caraíbas e outros destinos paradisíacos do Índico e do Pacífico; a manutenção da procura no Algarve e noutras regiões mais quentes do Sul da Europa e do Mediterrâneo, assenta, cada vez mais, em sítios com actividades de lazer e cultura e onde haja bons serviços de apoio (serviços de saúde, supermercados, marinas, clínicas de ténis e golfe, acesso às telecomunicações, etc.), conduzindo, mesmo, à compra de casa e permanência durante uma parte do ano.



Em suma, a estratégia de desenvolvimento do Algarve que tem sido seguida até aqui, encontra-se ultrapassada, mesmo do ponto de vista estritamente turístico. O Algarve necessita de uma nova estratégia de desenvolvimento, que pressupõe que:

- o Algarve tem que ser promovido como uma das regiões mais qualificadas do Sul da Europa, onde existem condições para acolher não só o turismo exigente em matéria de serviços de cultura e de lazer mas, também, actividades como: - alguns centros de excelência em I&D; - unidades de formação e de estágio das multinacionais; - muitas PME's e microempresas que vivem do comércio internacional; - centros de congressos e de lazer com grande qualidade; etc.;
- neste contexto, a posição estratégica de Lagos na região algarvia sai muito mais valorizada, na medida em que a cidade tem tradição histórica e cultural, tem uma malha urbana relativamente preservada do ponto de vista ambiental, tem bons serviços de apoio (incluindo alguns serviços de saúde muito recentes), tem uma bela marina, etc..

Com este seu Plano Estratégico, Lagos está a dar mostras de querer inverter o paradigma estratégico dominante, de não se resignar com uma posição periférica em relação ao “centro” formado por Faro, Loulé e Portimão, que vive do afunilamento das actividades da região no turismo de “sol-praia “. É claro que Lagos terá tanto mais êxito nesta sua luta quanto melhor for o clima político e económico do País, nos próximos anos.

#### → **Hipótese optimista**

O eventual regresso aos “anos bons”, em alguma fase da próxima década, poderá propiciar ao Algarve, a oportunidade de abandonar o paradigma da “zona turística internacional do “sol-praia” para passar a ser uma verdadeira “porta da Europa”, especializada em combinar a cultura e lazer com a formação, a I&D e o comércio internacional de produtos e serviços com valor acrescentado. Tendo lutado por esta aspiração, Lagos deixaria de ser uma cidade periférica no seio do Algarve para passar a ser, em conjunto com Tavira e outras cidades, um dos pólos urbanos mais avançados na concretização deste novo paradigma estratégico.



→ **Hipótese pessimista**

A manutenção da região algarvia na senda da “zona turística e balnear ” centrada nos fluxos turísticos europeus, resultará numa crescente vulnerabilidade do Algarve não só frente à evolução já referida das preferências dos fluxos turísticos europeus, mas também aos percalços que esses fluxos poderão vir a ter, em função de acontecimentos de impacto internacional como o “11 de Março”.

#### 4.4. CENÁRIOS DE EVOLUÇÃO PARA LAGOS

Procurando, por fim, articular os resultados da construção de cenários a nível internacional, nacional e regional, temos os 3 cenários de base que se colocam à evolução da situação estratégica de Lagos:

→ **Cenário tendencial: “Lagos – cidade turística e balnear”**

Trata-se da continuação do “status quo”, não só a nível da cidade de Lagos mas de toda a região do Algarve e a nível nacional. Se nada for feito para inverter esta situação estratégica, Lagos continuará a ser uma cidade de segunda importância no Algarve, relativamente ao “centro” formado por Faro-Loulé-Portimão.

O concelho de Lagos continuará, então, a enfermar das mesmas vulnerabilidades estratégicas que afectam esse “centro”, ou seja: - “afunilamento” das actividades económicas no turismo de “sol-praia”; - excessiva dependência dos fluxos turísticos europeus, quer da sua sazonalidade quer das suas mutações e percalços ; - ausência ou pouca expressão de outras actividades económicas com valor acrescentado a nível internacional; - pouca atractividade para a fixação de jovens qualificados e para a instalação de empresas baseadas na economia do conhecimento; - etc..

→ **Cenário pessimista: “Lagos – cidade periférica do Algarve”**

No limite, e caso não seja tomada uma iniciativa estratégica para contrariar este “status quo”, a nível de Lagos ou a nível nacional, a cidade tenderá para uma situação de perifericidade no seio do Algarve.

Em vez de atrair jovens qualificados, Lagos continuará a ter serviços com pouco valor acrescentado e muito ligados ao “sol-praia”. Em vez de atrair empresas de



### Diagnóstico Prospectivo do Concelho de Lagos e Proposta de Cenários Evolutivos

agro-alimentar ou de exploração dos recursos marinhos com tecnologias sofisticadas, Lagos continuará a viver à custa do turista de Verão. Em vez se transformar numa localização de excelência para a instalação de centros de I&D e de formação profissional avançada, clubes de golfe e de desportos náuticos com grande qualidade, etc., Lagos continuará a ser conhecida pelos seus cafés e lojas “simpáticas”.

#### → **Cenário optimista: “Lagos – cidade-porta da Europa”**

Naturalmente que a alternativa a este estado de coisas pode ter já começado, com o lançamento de um Plano Estratégico subordinado à consigna “Lagos - porta da Europa para o Século XXI”.

Todavia, para isso, é necessário que do PEL surja uma acção estratégica, conduzida pela Câmara Municipal e secundada por todas as “forças vivas” da cidade, com as seguintes características fundamentais:

- Diversificação das actividades económicas de Lagos para além do turismo, procurando atrair actividades baseadas na economia do conhecimento e com valor acrescentado a nível internacional;
- No campo do turismo, dar prioridade a outras actividades para além do turismo de “sol-praia”, tais como o turismo e a economia residencial, as actividades baseadas na marina, as clínicas de ténis, de golfe e de desportos náuticos, etc.;
- Estimular as actividades na área da cultura, da tradição histórica dos Descobrimientos, nos domínios da arte e do artesanato, etc.;
- Desenvolver relações económicas e culturais com países extra-Europa, em direcção aos PALOP’s, aos países do Atlântico Sul, aos EUA, etc.

Em suma, para já, o desenvolvimento desta estratégia aparecerá a contracorrente, não beneficiando do cenário mais favorável – o optimista – a nível regional e nacional. Mas, pode ser que a situação mude com a já referida “vaga eleitoral”, e que o paradigma estratégico “Lagos - porta da Europa” acabe por ganhar consistência e alguma irreversibilidade, não só em Lagos mas em toda a região algarvia.



4.4.1. SÍNTESE DOS CENÁRIOS

	INTERNACIONAL	NACIONAL	REGIONAL	LAGOS
HIPÓTESE OPTIMISTA	<ul style="list-style-type: none"><li>⇒ Fase euro-optimista;</li><li>⇒ Crescimento acelerado do Mercado Único europeu;</li><li>⇒ Integração política dos países europeus na EU.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>⇒ próximos actos, até 2006, eleitorais provocam o aumento do dinamismo económico e social.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>⇒ Abandono do paradigma “Zona turística internacional do sol- praia;</li><li>⇒ Algarve como “Porta da Europa” combinado cultura e lazer com formação, I&amp;D. E oferta de produtos e serviços com valor acrescentado.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>⇒ Lagos – “cidade- porta da Europa”;</li><li>⇒ Diversificação das actividades económicas;</li><li>⇒ Valorização histórica e cultural (Descobrimentos);</li><li>⇒ Intensificação das relações trans-atlânticas.</li></ul>
HIPÓTESE TENDENCIAL	<ul style="list-style-type: none"><li>⇒ Europa de 25 ou mais países, sem alterações políticas de fundo;</li><li>⇒ Surgimento de grandes problemas de governabilidade.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>⇒ Aumento da concorrência aos Fundos Comunitários ;</li><li>⇒ Risco de despromoção do País em termos de competitividade e progresso social.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>⇒ Algarve – “ região turística e balnear de nível internacional”</li><li>⇒ Favorecimento da zona central do Algarve, em detrimento de outras (periféricas);</li><li>⇒ Dificuldade em atenuar a sazonalidade;</li><li>⇒ Forte concorrência de mercados internacionais.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>⇒ Lagos – “cidade turística balnear;”</li><li>⇒ Importância secundária na rede de cidades da região;</li><li>⇒ Excessiva especialização no produto sol-praia;</li><li>⇒ Dependência de fluxos turísticos europeus.</li></ul>
HIPÓTESE PESSIMISTA	<ul style="list-style-type: none"><li>⇒ Intensificação das ligações dos EUA com a Ásia;</li><li>⇒ Profunda crise económica provoca o desmembramento da Europa em vários blocos de países.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>⇒ “Vaga eleitoral” não consegue ultrapassar a situação de bloqueio estratégico actual;</li><li>⇒ Portugal desliza para o “pelotão dos mais pobres da Europa”.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>⇒ Crescente vulnerabilidade do Algarve como “Zona turística balnear”</li><li>⇒ Dependência dos fluxos turísticos europeus e dos acontecimentos de impacto internacional.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>⇒ Lagos – “cidade periférica do Algarve”;</li><li>⇒ Serviços de baixo valor ligados ao produto sol-praia;</li><li>⇒ Perda de atractividade para a localização de centros de I&amp;D.</li></ul>



## 5. VOCAÇÕES ESTRATÉGICAS DE SUPORTE AO PARADIGMA “LAGOS-PORTA DA EUROPA NO SÉCULO XXI”

As hipóteses de cenarização avançadas permitem propor quatro áreas de aposta que se configuram como vocações estratégicas de suporte ao desenvolvimento de Lagos subordinado à ideia de força “ Lagos-Porta da Europa no século XXI”.

Com efeito este paradigma encerra um conjunto dimensões diversas, mas complementares das oportunidades de desenvolvimento que se colocam a Lagos:

- Lagos, município que se pretende “socialmente coeso, competitivo, atractivo, funcional e culto, com serviços de qualidade e um ambiente sustentável”.
- Porta da Europa - pretende-se que Lagos assuma um papel pró-activo nas relações de influência estratégica entre a Europa e o Mundo (África, mundo lusófono, Atlântico Sul);
- Século XXI – porque não só de história vive Lagos, importa saber quais são os Descobrimientos deste século e que papel poderá desempenhar Lagos, enquanto porta da Europa, num mundo cada vez mais global, globalização esta, que em ultima análise se iniciou em Lagos, com as Empresas de Descobrimientos.

É neste contexto que se propõem as seguintes áreas de suporte aos desafios que o paradigma estratégico para Lagos encerra:

- ⇒ O Turismo
- ⇒ O Mar
- ⇒ A Economia Residencial e o Espaço Rural
- ⇒ A Economia do Conhecimento e a Qualificação Urbana

### 5.1. O TURISMO

O turismo domina já, à semelhança do que se verifica no resto da região algarvia, a base económica do município de Lagos, todavia, também caracterizado por uma grande sazonalidade da procura turística e excessiva especialização no binómio Sol-Praia.

Tal não invalida a sua assumpção como vocação estratégica para o desenvolvimento do concelho, entendendo **o turismo como importante motor de desenvolvimento**



### Diagnóstico Prospectivo do Concelho de Lagos e Proposta de Cenários Evolutivos

**da base económica local**, e sendo-lhe associada a qualificação e diversificação do sector.

Lagos não pode ser promovido apenas como uma cidade balnear, devendo proceder-se ao aproveitamento integrado das potencialidades naturais e culturais do concelho para a diversificação e crescimento sustentado da actividade turística.

Nesta perspectiva, a diversificação e qualificação da actividade turística deve assentar essencialmente nos seguintes vectores:

#### → **Turismo cultural**

O concelho de Lagos dispõe de um valioso legado histórico e patrimonial, constituindo um elemento diferenciador do concelho num contexto regional de promoção turística “exclusivamente” ligada ao produto “sol-praia”.

A Intervenção Operacional da Cultura e o Programa Operacional da Região do Algarve destacam a importância da valorização do património histórico e cultural, nomeadamente a recuperação do património histórico edificado, associando-se à dinamização de circuitos turísticos.

O concelho de Lagos exhibe uma grande riqueza de vestígios históricos, particularmente ligado aos Descobrimentos e à época quinhentista, podendo vir a constituir um roteiro turístico temático.

A existência de importantes sinergias entre a Cultura e o Turismo é reconhecida nacionalmente através da criação de uma Comissão Interministerial para o desenvolvimento da relação entre a Cultura e o Turismo, interessando, pois, que Lagos, face às suas potencialidades histórico-culturais, se empenhe no desenvolvimento do Turismo Cultural, de modo a garantir o seu posicionamento, neste vector, a nível regional, nacional e internacional.

A **realização de actividades e eventos em torno da identidade histórica e cultural de Lagos** constitui já um elemento de promoção turística, de onde se destaca o Festival dos Descobrimentos pela afluência de visitantes ao concelho, evento este que pode ainda ser objecto de maior desenvolvimento e promoção.



### Diagnóstico Prospectivo do Concelho de Lagos e Proposta de Cenários Evolutivos

A escolha de Faro para “Capital da Cultura 2005” deverá focalizar as atenções de índole cultural no Algarve, podendo constituir uma mais valia para o desenvolvimento do Turismo Cultural em Lagos, desde que enquadrado por um reforço da sua programação cultural e recreativa, atendendo à sobreposição da realização de eventos e espectáculos (potencialmente de maior visibilidade) em Faro.

Segundo a Intervenção Operacional da Cultura, deve ser concedida “**prioridade à realização de eventos culturais de projecção internacional**, por forma a criar e valorizar interesses e motivações para visitantes, para o reforço da captação turística e para a potenciação dos valores patrimoniais das regiões”, o que pode aplicar-se ao concelho de Lagos.

#### → Turismo desportivo

O desporto e o turismo são também actividades complementares, conforme representado na realização do Euro 2004, que veio determinar um acréscimo da afluência de visitantes ao nosso País, dinamizando os sectores hoteleiro e de restauração, e contribuindo, simultaneamente para a criação de uma imagem turística internacional.

A promoção do turismo desportivo constitui uma aposta da Região do Turismo do Algarve, através da Associação Algarve Desportos e do Plano de Marketing Turístico-Desportivo do Algarve, visando dinamizar a actividade turística ao longo de todo o ano, e apostando, para tal, na vertente de estágios desportivos e na realização de grandes eventos e provas desportivas.

O concelho de Lagos goza da presença de **importantes infra-estruturas desportivas que funcionam já como âncora ao desenvolvimento turístico**, como é o caso dos campos de golfe da Boavista e de Palmares e da afirmação do produto golfe na promoção turística do concelho.

Da mesma forma, a presença da Marina e as óptimas condições naturais da Baía de Lagos enquadram o grande potencial do concelho para a prática de desportos náuticos, incluindo a realização de eventos desportivos de notoriedade nacional e internacional, de que é já exemplo o Campeonato do Mundo de Classe Dart 18.



### Diagnóstico Prospectivo do Concelho de Lagos e Proposta de Cenários Evolutivos

Não obstante, entende-se que o desenvolvimento daquela valência é ainda algo limitado, face às potencialidades existentes, impondo-se a **promoção de Lagos como centro de desportos náuticos de visibilidade regional e nacional, e local privilegiado para o turismo náutico.**

O concelho de Lagos deve, pois, reforçar e promover a realização/recepção de eventos desportivos, preferencialmente integrados nos calendários europeus e mundiais das grandes provas desportivas, criando um afluxo significativo de visitantes ao concelho e servindo de plataforma de divulgação do concelho de Lagos.

#### → Ecoturismo

O concelho de Lagos exhibe uma diversidade notável de paisagens e habitats, sendo abrangido em 25% do seu território por áreas classificadas de conservação da natureza, tendo ainda sido inventariadas no âmbito da primeira fase do PEL um conjunto de **Zonas Naturais de Interesse para o Município de Lagos**, em função do seu valor faunístico e florístico.

Lagos evidencia, pois, melhores condições de preservação dos habitats, relativamente a outros concelhos do Algarve, não obstante a grande expansão recente das áreas urbanas destinadas a fins turísticos e a ameaça potencial do turismo de massas para as áreas naturais existentes no município.

O ecoturismo encontra, pois, no concelho de Lagos, **condições favoráveis para o seu desenvolvimento, constituindo um tipo de turismo que se apoia nos recursos naturais de valor ecológico e cultural do concelho**, sem comprometer a sua conservação e renovação. O concelho de Lagos deve, pois, apostar na criação de centros de interpretação e de percursos de observação florística e florística, nomeadamente na ribeira do Alvor, Ponta da Piedade ou no Paul, entre Bensafrim e Lagos.

Em simultâneo com o desenvolvimento do ecoturismo, Lagos deve visar a preservação dos recursos que suportam esse tipo de turismo, através da implementação de um sistema eficaz e eficiente de ordenamento do território, que contemple a implementação de medidas de integração, minimização e prevenção do desenvolvimento turístico e urbanístico face aos objectivos de conservação da natureza.



Diagnóstico Prospectivo do Concelho de Lagos e Proposta de Cenários Evolutivos

→ **Turismo Científico**

O desenvolvimento do turismo científico em Lagos é especialmente apetecível, não só como um complemento à oferta turística, mas também como estímulo ao crescimento da actividade científica, contribuindo assim para a notoriedade do concelho neste domínio.

Em contrapartida, independentemente da área científica, o desenvolvimento de programas integrados de turismo científico pressupõe a afirmação da investigação no concelho de Lagos, nomeadamente com a criação e ligação a centros de investigação.

Preferencialmente deve verificar-se uma aposta em domínios científicos com que **Lagos estabeleça um maior vínculo, tais como a investigação ligada ao mar, ao ambiente ou ao património histórico**. Para tal, pode beneficiar da proximidade à Universidade do Algarve, onde se encontram representados estes domínios, nomeadamente na Faculdade de Ciências do Mar e do Ambiente, e no Centro de Investigação Histórica e Arqueológica Estácio da Veiga, sem invalidar o interesse da instalação de núcleos de investigação em Lagos.

No que diz respeito ao último domínio, destaca-se já o trabalho desenvolvido pela Comissão Municipal dos Descobrimentos, que apoia a investigação referente ao período henriquino, a realização de mestrados em História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa, e encontros de carácter científico, entre outros. Todavia, tal ainda não pode ser considerado suficiente para enquadrar a aspiração do desenvolvimento do turismo científico em Lagos, que depende da concretização e visibilidade de uma oferta científica reconhecida internacionalmente.

O desenvolvimento destes vectores turísticos constitui, assim, (potencialmente) um complemento à oferta turística “sol-praia”, contribuindo para o aumento do número de visitantes ao concelho, e contribuindo, dada a sua menor subordinação à época estival, para uma redução da sazonalidade.

Todavia, a identificação de novas potencialidades para o desenvolvimento turístico do concelho de Lagos não é condição única para a sua concretização, sendo fundamental um esforço adicional na transformação dessas



### Diagnóstico Prospectivo do Concelho de Lagos e Proposta de Cenários Evolutivos

potencialidades e recursos em produtos. **A criação e incremento de novos produtos turísticos virá reposicionar o concelho face ao resto do Algarve e a outros destinos concorrenciais**, que depende também, fundamentalmente, da capacidade de promoção desses produtos turísticos e do concelho de Lagos de forma integrada.

Destaca-se então, a importância da **realização de um plano de marketing forte**, incluindo a criação da marca Lagos, beneficiando já da existência de um logo promocional da imagem de Lagos associado aos Descobrimentos.

O concelho de Lagos, os seus eventos e produtos turísticos devem ser alvo de divulgação internacional, podendo aqui socorrer-se da representação pela Região de Turismo do Algarve, pela Associação Terras do Infante (no seio da qual a cidade de Lagos assume um papel polarizador e estruturante) ou representando-se individualmente, pressupondo, em qualquer dos casos, uma estratégia concertada envolvendo interesses públicos e privados.

A realização do vector estratégico do Turismo no concelho de Lagos deve atender às orientações anteriores, de modo a se precaverem e/ou combaterem as principais ameaças do sector. É o caso da persistência de uma orientação estratégica que reduz o Algarve à sua região central e ao binómio de “sol-praia”, no seio do qual a competitividade de Lagos é reduzida, face ao domínio do eixo Portimão-Faro-Loulé na oferta hoteleira e turística e na atracção de novos investimentos.

O concelho de Lagos exhibe, comparativamente, uma desqualificação dos equipamentos e serviços de apoio ao sector do turismo, com efeitos na perda de capacidade atractiva de Lagos. Destaca-se a reduzida capacidade hoteleira no concelho, especialmente em termos de unidades hoteleiras de categoria superior, enquanto suporte ao desenvolvimento aos vários segmentos turísticos propostos para o concelho.

O concelho de Lagos evidencia fortes debilidades estruturais ao nível da qualificação e formação profissional na área do turismo e hotelaria, que se estende ao resto da região algarvia e território nacional, de tal modo que, em Maio de 2004, foi apresentado o Plano Estratégico de Desenvolvimento dos Recursos Humanos do Turismo. Urge que o concelho de Lagos promova uma



estratégia eficaz de formação, qualificação e certificação dos trabalhadores no sector, valorizando simultaneamente a oferta turística do concelho.

**A qualidade, diferenciação e diversificação dos produtos turísticos do concelho de Lagos constituem elementos fundamentais para a sustentabilidade e desenvolvimento do sector**, num contexto de concorrência crescente dos mercados regional e internacional assentes na oferta do binómio sol e praia, e de maior controle da procura por parte dos operadores e promotores turísticos.

## 5.2. O MAR

O Oceano é, indubitavelmente, o mais **importante recurso natural** de Portugal. É igualmente o **componente decisivo na geografia do país**, elo que liga o Continente aos Arquipélagos dos Açores e da Madeira, fazendo de Portugal um **país quase arquipelágico**, tal é a dimensão e valor geo-estratégico da zona marítima sob sua jurisdição para a segurança marítima e atlântica.

A importância do Mar para Portugal, em geral, e para o Algarve em particular, é considerada desde o tempo do Infante D. Henrique, que, nas suas inúmeras deslocações ao Algarve, ter-se-á apercebido da **enorme importância do Mar** como **fonte de rendimentos**, ao tomar conhecimento dos enormes proveitos auferidos na Região com a **pesca do atum e da corvina**, com a **apanha do coral**, com as **trocas mercantis com os portos do Mediterrâneo**, com a **recolha de produtos de tinturaria** e sobretudo, com os **saques derivados das incursões piratas**. E no Algarve, o Infante vem encontrar todas essas actividades já organizadas de longa data, levando-o a solicitar para Região uma série de privilégios relacionados com a pesca, o comércio e o curso. Era assim “descoberta” a importância geográfica e económica do reino do Algarve.

Esta importância, nomeadamente a posição geográfica do Algarve, veio a revelar-se fundamental na conquista e defesa do Norte de África e na descoberta de novas terras, dando início à **Epopéia Portuguesa dos Descobrimentos**, na qual Lagos desempenhou um **papel fundamental**. Com efeito, este porto algarvio, desde os primeiros anos do século XV, esteve activamente envolvido nas viagens de descobrimento organizadas pelo Infante D. Henrique. Navios e navegadores de Lagos participaram nas primeiras viagens de exploração da costa ocidental de África



### Diagnóstico Prospectivo do Concelho de Lagos e Proposta de Cenários Evolutivos

e nos primeiros contactos com os arquipélagos atlânticos dos Açores e da Madeira. Foi de Lagos que partiu Gil Eanes, lacrobigenense, para ultrapassar o Cabo Bojador, que se afirmava ser o fim do mundo conhecido.

Os Descobrimentos Portugueses – abrindo novas rotas inovadoras através dos mares e desencadeando ininterruptos movimentos de homens, de mercadorias, de técnicas e de ideias – marcaram a abertura do **Mundo Moderno**, um mundo a caminho da progressiva **unificação** e da inevitável **globalização**. **E tudo terá passado por Lagos.**

Numa altura em que o País aposta numa valorização do Mar e de todas as suas potencialidades, e em que Portugal se confronta com a realidade internacional marcada, acima de tudo pela **globalização** e o **alargamento e aprofundamento da União Europeia**, assume-se a existência de dois desafios nacionais, na resposta aos quais Lagos poderá assumir um papel relevante.

O primeiro, relacionado com o reforço de uma **identidade nacional**. Assumindo-se que o paradigma cultural de Portugal como país marítimo, nação oceânica e terra de marinheiros, não é, hoje, mais que um reflexo de uma realidade de outrora, dever-se-á criar condições para a interiorização, pelos portugueses, e para a aceitação, pelos estrangeiros, de uma marca distintiva da identidade nacional. Ora, um dos **elementos forjadores da identidade nacional** é o **Mar**, enquanto substrato importante da realidade política, económica, social e cultural de Portugal. O reconhecimento e interiorização da maritimidade de Portugal implica um poderoso reposicionamento estratégico e psicológico que não deixará de causar impacto. Significa que em vez de permanecer obcecado pela distância geográfica que o separa do Centro da Europa e com a sua inerente perifericidade, o País deverá beneficiar do facto de ser um país fronteira da União Europeia e, assim, tirar partido da menor distância que o liga aos continentes africano e americano. O Mar **vive** na nossa **história**, na **literatura**, na **cultura** e nas **tradições**. É verdadeiramente a nossa **identidade**.

Esta identidade nacional e a sua projecção no estrangeiro deverão estar alicerçadas num substrato real, baseado na lógica da **especialização**, investindo-se num domínio de potencialidades inexploradas, no qual Portugal mantém ainda um certo *know-how* e que assente numa realidade geográfica que o coloca em posição privilegiada em relação a outros países europeus.



Assume-se assim, que a **eleição do Oceano, simultaneamente como área de especialização e como factor de reforço de identidade é, pois, praticamente um imperativo nacional**, considerando-se que “**Um Oceano saudável, sustentável e seguro é o principal activo físico e sócio-cultural de Portugal**”.

Ao analisar as características e vocações de Lagos e a sua história e ligação ao mar e às Descobertas, à luz da Visão que se pretende para Portugal e para o Oceano, poder-se-á afirmar sem reservas que o Mar constitui uma **Vocação Estratégica** do Município e da Cidade de Lagos, afirmando-se como um motor do desenvolvimento económico e social que se quer para o concelho.

Assim considera a Equipa Técnica do Plano Estratégico do Município de Lagos que a prossecução do objectivo de **Lagos – Porta de Europa do Século XXI** passa pela **potencialização do Mar e dos seus recursos (físicos e não físicos)**, numa óptima de aproveitamento integrado e sustentado do mesmo, fundado nos **Princípios** definidos na Estratégia Nacional para o Oceano e que constituem o alicerce da mesma, conferindo-lhe a indispensável coerência e unidade sistémica:

- Princípio da Gestão Integrada.
- Princípio da Precaução.
- Princípio do Desenvolvimento Sustentável.
- Princípio da Participação Efectiva.
- Princípio da Valorização das Actividade Económicas.

Será à luz destes princípios e tendo em consideração os Objectivos Estratégicos Nacionais definidos para o Oceano:

- Valorizar a Associação de Portugal ao Oceano como Factor de Identidade.
  - Assegurar o Conhecimento e a Protecção do Oceano.
  - Promover o Desenvolvimento Sustentável de Actividades Económicas.
  - Assumir uma Posição de Destaque e de Especialização em Assuntos do Oceano.
  - Construir uma Estrutura Institucional Moderno de Gestão do Oceano;
- que serão indicados “caminhos” e linhas de actuação que potenciem o concelho de Lagos na região e no país, e nas os quais o Mar e o aproveitamento dos seus recursos seja o elemento central, contribuindo, entre outras coisas, para a aproximação de Lagos à sua tradição marítima, e para a valorização desta tradição na afirmação da identidade cultural da Cidade e do Concelho.



**Diagnóstico Prospectivo do Concelho de Lagos e Proposta de Cenários Evolutivos**

Se a utilização do Mar como recurso natural foi o principal sustento e motor de desenvolvimento do país desde finais do século XIV até meados do século XX, tendo sido meio de transporte e ligação a outras regiões e territórios, foi área de comércio, foi veículo de culturas e religiões, foi fonte de riqueza e de alimento, foi espaço geo-estratégico, foi arena militar e foi veículo de incorporação e tecnologia para o país, hoje, a mesma, muito embora se encontre profundamente reflectida na nossa história, esteja enraizada na nossa cultura e continue a ser incontornável pela realidade geográfica que caracteriza Portugal, encontra-se subaproveitada e sub explorada, existindo ainda um mundo de oportunidades na ligação entre Portugal e o Oceano.

A questão que se coloca, e que interessa agora formular é como valorizar e projectar no futuro a ligação que existe entre Portugal em geral, e Lagos em particular e o Oceano? Como se pode retirar valor dessa associação e usá-la como factor de desenvolvimento económico e social e de reforço da identidade cultural e histórica de Lagos?

É a essas questões que se pretende responder nos pontos seguintes do presente relatório, indicando “caminhos” que levem ao desenvolvimento sustentado de Lagos centrado no seu elemento físico mais marcante: o **MAR**.

→ **O Mar enquanto Instrumento Educativo e Consciencializador**

Pretende a Estratégia Nacional para os Oceanos, que os portugueses se consciencializem da importância do Mar e da relação que Portugal mantém com o Oceano, já que, só assim será possível aos cidadãos nacionais compreenderem e aderirem genuinamente a um desígnio oceano de Portugal.

Pretende a Estratégia Nacional dos Oceanos:

- Promover a consciencialização da condição geográfica de Portugal.
- Promover a consciencialização da relação de Portugal com o Oceano.
- Promover uma ética ambiental e de conhecimento do Oceano.

Assim, propõe-se que Lagos contribua para o objectivo nacional de educar e consciencializar a população através da adopção de medidas e da implementação de acções que contribuam para a consciencialização da população lacrobicense em assuntos do Oceano, imbuindo-a de uma visão



### Diagnóstico Prospectivo do Concelho de Lagos e Proposta de Cenários Evolutivos

estratégica para Portugal, dando aos jovens e às novas gerações o sentido do posicionamento geo-estratégico de Portugal e do Algarve e fazendo-os compreender as oportunidades e desafios com que Lagos se depara, no contexto mais amplo da comunidade nacional e internacional de que faz parte.

A prossecução destes objectivos não se materializará sem a elaboração e implementação de um Plano de Acção Nacional, no entanto, poderá o município de Lagos adoptar desde já medidas que o coloquem na dianteira de uma série de projectos nacionais preconizados pela Estratégia Nacional do Oceano.

Assim, poderá a Câmara Municipal de Lagos, em conjunto com as direcções das escolas básicas e secundárias do município e com a Universidade do Algarve, promover a realização de **sessões de instrução e formação pedagógica nas escolas**, por forma a consciencializar as novas gerações para a preservação do meio marinho, alterando, através da percepção adquirida pelas crianças e jovens, a mentalidade dos progenitores e dos adultos em geral.

Estas sessões proporcionariam aos alunos experiências que favoreceriam a sua maturidade cívica, estimulando atitudes e hábitos positivos de cooperação e relação social, e contribuindo para a melhoria da qualidade científica e pedagógica de determinadas áreas curriculares.

Pode ainda a Câmara Municipal de Lagos **promover a realização de concursos municipais**, destinados a crianças e jovens, **baseados na ligação de Portugal aos Oceanos**, podendo estes ser alargados aos municípios vizinhos, em cooperação com as Autarquias respectivas.

Estas acções colocariam os Estabelecimentos Escolares de Lagos na linha da frente na obtenção da **certificação “Escolas Azuis”**, a outorgar aos estabelecimentos de ensino que se distingam na acção educativa dos Oceanos.

Pode a Câmara ainda, através da Comissão Municipal do Ambiente, e em cooperação com Organizações Não Governamentais da área do ambiente, organizar **campanhas municipais de educação ambiental e sensibilização** do público para as implicações de certas atitudes e actos de consumo do património natural costeiro e marítimo e para a conservação da natureza e da biodiversidade marinha.



→ **O Mar enquanto Recurso**

O Mar é ainda rico em diversos outros recursos cuja exploração sustentável poderiam trazer desenvolvimento económico e tecnológico a Lagos. É o caso de diversos **produtos biotecnológicos** extraídos de algas, ossos de peixe, de peixes e equinodermes, fungos e carapaças de crustáceos, e cujo aproveitamento se destina essencialmente à indústria farmacêutica, de cosmética e a suplementos nutricionais. A **criação de incentivos** para a fixação em Lagos de **indústrias biotecnológicas**, que aproveitem a existência de nichos de mercado onde Portugal pode aspirar a vir a ter algum destaque europeu, as boas condições naturais e a existência de programas e fundos europeus para a formação científica e tecnológica, poderá contribuir para a atracção de indústrias na área, o que contribuiria, não só para o desenvolvimento económico do município mas também para o aumento das qualificações profissionais da população e para a atracção de quadros superiores.

Lagos apresenta ainda condições para a instalação de **tecnologias oceânicas**, devendo desde já, posicionar-se na primeira linha de um modelo descentralizado, mas coordenado, de programas nacionais, como um observatório marítimo modular permanente, sistemas de intervenção submarina na zona costeira, sistema de vigilância de zona costeira por veículos autónomos e assistidos por operador, etc. Lagos poderá ainda insurgir-se como **local de formação especializada em tecnologias oceânicas**, nomeadamente de cursos profissionalizantes com carácter nacional para técnicos, suportados, quando adequado, por conceitos de e-learning, que os possam tornar acessíveis a outros países.

→ **O Mar enquanto Espaço Privilegiado de Turismo, Lazer e Desporto**

O município de Lagos possui uma linha de costa com cerca de 15 Km, distribuída por zonas portuárias, zonas balneares designadas e por zonas não balneares, constituindo-se como zona turística por excelência quando se considera o binómio de especialização “sol-praia” e a proximidade do Mar enquanto factores de atracção turística e de captação de investimentos em equipamentos e serviços relacionados directa ou indirectamente com o sector.



### Diagnóstico Prospectivo do Concelho de Lagos e Proposta de Cenários Evolutivos

Todavia, o desenvolvimento do Turismo através da utilização do recurso Mar pode e deve combater a dependência excessiva do binómio “sol-praia”, através da adopção do conceito (apresentado no Relatório da Comissão Estratégica dos Oceanos) de **Turismo Oceânico**.

Este conceito abrange uma série de actividades marítimas e de motivações turísticas, que directa ou indirectamente estejam relacionadas com o Mar, contribuindo assim, para a valorização do produto “sol-praia” e constituindo-se, também, como produto(s) autónomo(s).

No caso de Lagos, destacam-se, nomeadamente, a náutica de recreio, a marina de Lagos, a promoção de provas e eventos desportivos, incluindo regatas, o desenvolvimento das actividades marítimo-turísticas e dos passeios na costa e às grutas na Ponta da Piedade, e a prática de várias actividades desportivas como a vela, o windsurf, o kitesurf, mergulho, etc..

No seu conjunto, e enquanto produto integrado, estas actividades ligadas ao mar podem vir a fortalecer o potencial turístico, e respectiva viabilidade, de Lagos, num contexto de concorrência crescente, beneficiando da identidade marítima daquele território.

#### → **O Mar como Suporte à Investigação e Desenvolvimento Científico-Tecnológico**

Entende-se que o desenvolvimento do concelho de Lagos deve passar pelo estímulo ao crescimento da actividade científica e tecnológica, destacando-se, neste sentido, o potencial constituído pelo Mar, pela Baía de Lagos e pelos recursos marítimos do concelho de Lagos.

A riqueza e sensibilidade dos ecossistemas marítimos são sobejamente reconhecidas, ainda que o seu conhecimento esteja longe de se encontrar consolidado. A investigação ligada ao conhecimento e preservação do Mar enfrenta, pois, grandes desafios e constitui uma área com vastas potencialidades no domínio científico e tecnológico. Destacam-se, por exemplo, a protecção do meio marinho, a conservação, gestão e exploração sustentável de recursos, a monitorização ambiental, a sustentabilidade de actividades económicas ligadas ao oceano, etc..



### Diagnóstico Prospectivo do Concelho de Lagos e Proposta de Cenários Evolutivos

A aposta de Lagos na investigação e especialização tecnológica ligada ao Mar viria de encontro as orientações da Estratégia Nacional do Oceano e poderia colocar Lagos numa posição de destaque no seio da comunidade científica.

Tal aposta é condicionada pelo financiamento necessário para a dotação de infra-estruturas e para o desenvolvimento de programas, assim como o apoio e envolvimento da comunidade científica. Neste sentido, poderá beneficiar da proximidade à Universidade do Algarve, e mais especificamente à Faculdade de Ciências do Mar e do Ambiente.

Todavia, a investigação ligada ao Mar não tem de se restringir às ciências naturais e tecnológicas, evidenciando-se, a nível nacional, importantes lacunas no tratamento do Mar ao nível das ciências sociais e humanas.

A presença deste tipo de actividades de investigação poderá ser acompanhado por acções de divulgação e de formação (nomeadamente escolar), de modo a contribuir para a consciencialização e responsabilização pública da população de Lagos em relação à importância do Mar.

#### → O Mar enquanto Cultura

Do enquadramento geográfico-político de Portugal resulta uma cultura singular, que é, em boa verdade, um elemento essencial da afirmação de Portugal como charneira entre os sistemas atlântico e europeu, do Mediterrâneo Ocidental ao Atlântico Sul, e fora deste quadro, até onde a lusofonia chegar.

A importância do património marítimo-cultural é imensa e tanto maior quanto mais difícil é o desafio que se ergue a Portugal em geral e a Lagos em particular, enquanto sociedade contemporânea, na preservação da sua identidade, nomeadamente através da identificação do que é singular, do que distingue para unir, ou seja, a história, as tradições, as raízes e a espiritualidade.

Neste contexto, a defesa, desenvolvimento e mobilização do património marítimo-cultural (subaquático, arquitectónico e das comunidades piscatórias) existente no concelho de Lagos apresenta-se como um activo a não desperdiçar na busca do seu desenvolvimento socio-económico, podendo a sua promoção assumir-se como “rampa de lançamento” ou “alavanca” de áreas conexas, como o turismo de base cultural.



### Diagnóstico Prospectivo do Concelho de Lagos e Proposta de Cenários Evolutivos

Lagos contém elementos de património cultural altamente qualificadores que, quando recuperados, valorizados ou mesmo recriados, podem contribuir, em larga medida, para dar sentido às comunidades (nomeadamente a piscatória), para gerar bem estar, desenvolver novas sinergias no concelho e reforçar a coesão social em bases simultaneamente selectivas e simbólicas. Lagos deverá assim incentivar um processo incessante de recuperação do património marítimo, acautelando os riscos que a reconstituição patrimonial acarreta, nomeadamente o desenvolvimento anárquico, falta de autenticidade, artificialismos derivados do turismo e excessiva simplificação ditada por critérios de rentabilidade.

O sucesso da salvaguarda, recuperação e valorização do património marítimo-cultural de Lagos é uma tarefa de todos, sendo apenas possível com um esforço concertado e sustentado que envolva, para além da Câmara Municipal de Lagos, outras instituições públicas e privadas, associações cívicas e cidadãos interessados.

Assim, propõe-se a **inserção de Lagos na Rede de Cultura do Oceano**<sup>11</sup>, de forma a:

- Promover a cooperação e parcerias entre a Câmara Municipal de Lagos e outros municípios e entidades, de forma a desencadear sinergias conducentes a intervenções concertadas e eficientes.
- Dinamizar a acção das “forças vivas” do concelho na defesa e valorização do património marítimo.
- Contribuir para o inventário sistemático do património marítimo-cultural, de forma a criar um inventário nacional do mesmo.
- Promover o estudo e a divulgação da cultura do Oceano.
- Instituir uma estrutura de comunicação entre os municípios com património marítimo-cultural e as entidades nacionais e regionais com responsabilidades nesta matéria.

Lagos poderá assumir um **papel de relevo** na estrutura da Rede Nacional do Oceano, concentrando em si a aglutinação e coordenação de uma constelação de redes locais e regionais, em que municípios, museus do mar, aquários, oceanários, universidades e escolas, administrações portuárias, organizações

<sup>11</sup> Proposta em Maio de 2002 pela Rede de Museus do Mar.



**Diagnóstico Prospectivo do Concelho de Lagos e Proposta de Cenários Evolutivos**

económicas e sociais, empresas e órgãos de comunicação social, associações cívicas e de cidadãos que se organizam com um fim comum.

Propõe-se a criação de um **Portal do Oceano Municipal**, à semelhança do pensado a nível nacional, mas ainda não implementado, e que consiste num espaço multimédia para a *web*, integrante de um sistema de comunicações nacional constituído por um conjunto de espaços na internet, distribuído pelas comunidades locais. Este Portal seria um espaço privilegiado de **divulgação** do **património marítimo-cultural** (arquitectónico e sub-aquático) e da **realidade marítima** (condições naturais de excelência, importância geográfica, histórica, económica, social e ambiental, diversidade paisagística, biodiversidade, raízes multiculturais, áreas de recreio e lazer, comunidades piscatórias) de Lagos, assumindo não só um papel de divulgação do que Lagos tem de melhor, mas também de consciencialização cívica, de educação ambiental e acesso à cultura científica.

Lagos deverá ainda **explorar e inventariar o seu património cultural subaquático**, criando regras para a sua exploração e protecção, no âmbito da Convenção da UNESCO para a Protecção do Património Cultural Subaquático, que deverá ser ratificada por Portugal o quanto antes.

Também o **potencial do património marítimo-cultural arquitectónico** de Lagos deve ser **reforçado**, nomeadamente como **factor de atracção turística**, limitando os impactos negativos do desenvolvimento turístico e a degradação das paisagens envolventes, divulgando e valorizando turisticamente os referidos valores patrimoniais e permitindo, quando adequado, a adaptação e ajustamento daqueles monumentos a outros fins condignos, incluindo a sua utilização turística.

Neste quadro poderá equacionar-se a criação de um centro vocacionado para o ensino, a formação, a investigação e a divulgação das temáticas marítimas, nomeadamente as relacionadas com as actividades náuticas desportivas e de recreio, a navegação e as descobertas. A **Escola dos Descobrimentos** deverá possuir uma estrutura que lhe permita dinamizar uma série de acções diversificadas, ao longo de todo o ano, e direccionadas para públicos muito



diferentes como os residentes, os turistas e os visitantes e outros segmentos mais específicos como os desportistas náuticos, ou a comunidade científica.

As **comunidades piscatórias** do Município de Lagos e o seu saber tradicional constituem um **património social e humano** profundamente enraizado nas paisagens litorâneas, sendo elas os **mais fortes elos de ligação entre o Mar e a Terra**. Este facto justifica que quaisquer projectos de reafirmação identitária e patrimonial das comunidades piscatórias só faça sentido se integrados em acções mais amplas de desenvolvimento e viabilização das actividades da pesca e respectivas comunidades.

### 5.3. A ECONOMIA RESIDENCIAL E O ESPAÇO RURAL

O fenómeno da economia residencial começa a ganhar expressão em Portugal, com uma incidência particular na região do Algarve. Trata-se de **uma corrente turístico-imobiliária, protagonizada por estrangeiros**, oriundos do Norte da Europa, sobretudo reformados com bons níveis de vida, atraídos pelo clima, pela qualidade ambiental e pelo baixo custo de vida que encontram em Portugal, em especial no Algarve, e que **optam por adquirir uma residência (moradias, quintas) nesta região para estadias prolongadas**, correspondendo, por vezes, a períodos de vários meses consecutivos. A população em causa pode ser encarada como população habitante efectiva da região, embora não seja durante todo o ano, mas apenas por alguns meses (geralmente os meses de Inverno), no sentido em que existe um efectivo envolvimento desta população com o seu “segundo local de residência”, que atravessa vários domínios: económico, cultural, social, etc..

A economia residencial corre **o risco de ser confundida com a compra/construção de residências de 2ª habitação** ou de residências periódicas em regime de *timesharing*, no entanto são fenómenos bastante distintos. As residências de 2ª habitação, que marcaram os anos 80 pela sua grande proliferação no Algarve, consistem em imóveis (apartamentos/moradias) adquiridos por famílias portuguesas não residentes na região, de classe média/baixa, com a intenção de disporem de uma habitação, preferencialmente junto à praia, para passarem fins-de-semana e/ou para desfrutar a época balnear. Este tipo de ocupação, marcadamente sazonal, em pouco contribui para o crescimento económico da região, uma vez que se baseia em comportamentos familiares economicistas, associados a um poder de



### Diagnóstico Prospectivo do Concelho de Lagos e Proposta de Cenários Evolutivos

compra controlado e, portanto, com baixo consumo dos produtos turísticos, concentrado essencialmente no aproveitamento dos recursos “sol-praia”.

O desenvolvimento da segunda habitação ou do regime de *timesharing*, que pressupõe o direito de habitação periódica associado à actividade turística, envolve ainda um investimento considerável na infraestruturização e nos equipamentos de apoio social, dada a sua utilização irregular (sub-utilização) marcada pela sazonalidade. Acresce o facto destes fenómenos habitacionais não contribuírem de forma considerável para a criação de riqueza e de emprego, para além do gerado pelas actividades de apoio ao turismo (essencialmente a restauração), na medida em que não promove a fixação com carácter permanente da população no território.

A **economia residencial, por seu turno, pressupõe uma permanência de visitantes por longos períodos**, não se limitando à época de Verão ou ao produto “sol-praia”, e contribuindo, assim, para **uma maior participação na economia local, e uma maior participação na vida da sociedade receptora**, pelo interesse demonstrado na defesa de questões sociais, culturais e ambientais da região.

No município de Lagos, a economia residencial assume maior expressão nas freguesias da Luz e Barão de S. João, representada, na sua maioria, por residentes de origem alemã, holandesa e inglesa. Contudo, o fenómeno assume contornos diversos nestas duas localidades, cuja compreensão ajuda a caracterizar duas variantes de suporte a esta corrente turístico-imobiliária.

Por um lado, reconhece-se uma tendência para casais reformados procurarem este sistema de estadia, uma vez que têm uma grande disponibilidade de tempo e condições económicas (comparativamente com o nível de vida que dispõem e o que lhes é exigido em Portugal) para permanecerem longos períodos do ano na região do Algarve, neste caso Lagos.

Por outro, identificam-se casos, sobretudo **nas áreas rurais do interior do município** (Barão de São João), **de jovens casais estrangeiros** que ao visitarem esta região encontraram condições atractivas, do ponto de vista climático, paisagístico e ambiental, em relação ao seu país de origem, e **acabam por se instalarem e, em alguns casos, iniciarem uma actividade económica** baseada em conceitos ecologistas e de produção natural.



### Diagnóstico Prospectivo do Concelho de Lagos e Proposta de Cenários Evolutivos

Estes dois tipos de casos, acabam muitas vezes por estar relacionados, onde uma permanência prolongada acaba por dar origem a uma instalação definitiva e na atracção de outros casais ou famílias, pertencentes a grupos etários mais jovens.

É importante compreender como se processa este fenómeno de “imigração” temporária de estrangeiros do Norte da Europa, na região do Algarve. O turismo no Sul do País sempre esteve associado a uma visita massiva de estrangeiros europeus que procuram um clima agradável e boas praias, e apesar da estratégia de promoção turística se manter orientada para estes mercados, é actualmente complementada por outra variante: **fazer da região do Algarve um local convidativo a uma maior integração por parte dos seus visitantes e de possível investimento**, orientado para a aquisição de propriedades e imóveis.

**A promoção imobiliária**, para aquisição, **é um elemento que já se encontra presente nos diversos operadores turísticos do Algarve**, com a particularidade de se tratarem, em grande parte, de agentes localizados em países do Norte da Europa. A actuação dos operadores turísticos incide fortemente no uso da Internet, como meio para disponibilizar informação sobre as potencialidades da região e das oportunidades de investimento, o que acaba por permitir um grande controlo deste mercado por operadores estrangeiros.

A vocação da região do Algarve e em especial do município de Lagos (como território em análise), para o desenvolvimento da economia residencial como fenómeno de valorização territorial e introdução de mais valias pode ser abordada de acordo com as seguintes perspectivas:

- **A possível atracção e fixação de população estrangeira, jovem ou em idade activa, em áreas do interior**, é vista como uma oportunidade de dinamizar a estrutura demográfica do concelho, assim como de inverter o fenómeno de desertificação das áreas rurais e assumir uma postura diferente perante as suas potencialidades de diversificação e desenvolvimento económico.
- **A absorção pela população local de hábitos e valores**, já bastante enraizados nos países mais desenvolvidos da Europa, como uma mentalidade ecologista, preocupada com as questões ambientais, assim como visões sociais e culturais pautadas por uma maior abrangência e exigência.
- **A inovação decorrente dos projectos desenvolvidos pelos empresários estrangeiros** que podem funcionar como forte recurso para o desenvolvimento local. Este segmento de população estrangeira contribui também para a



**Diagnóstico Prospectivo do Concelho de Lagos e Proposta de Cenários Evolutivos**

manutenção de algumas tradições portuguesas que muitas vezes são desvalorizadas pela própria população local, por serem consideradas pouco lucrativas, pouco prestigiadas, antiquadas, etc., e que no entanto são apreciadas pelos estrangeiros que tentam inclusivamente impulsioná-las (ex. cerâmica).

- A **projectão da imagem do país no exterior** (*marketing* territorial efectuado de forma espontânea/ prescindindo de estratégia), como país que oferece uma boa qualidade de vida, apto a receber projectos/actividades inovadoras, ambientalmente sustentáveis, etc..

Porém considerar a economia residencial como um dos eixos de suporte para o futuro do município de Lagos, implica intervir em áreas como:

- **Contenção dos fenómenos de proliferação de habitações dispersas** - muito procuradas por estrangeiros, a dispersão das habitações em áreas rurais implica um esforço significativo de infra-estruturação do território concelhio
- **Implementação de um modelo de ordenamento do território sustentado** - entende-se que, antes de mais, a actuação do município de Lagos deve ser preventiva e não apenas correctiva. Neste quadro, a definição de áreas concretas vocacionadas para este tipo de habitação (ligada à economia residencial) proporcionando uma maior rentabilização das infra-estruturas básicas, assim como, uma melhor integração e aproveitamento dos equipamentos sociais a instalar constituem medidas a equacionar.
- **Reforço dos serviços de apoio à população** - na verdade, a economia residencial, apesar de se suportar na procura de uma qualidade de vida associada às boas condições climáticas e aos recursos naturais do concelho, é praticada, ainda na sua maioria, por grupos etários de elevada idade que não dispensam a garantia da existência de boas condições ao nível da oferta dos serviços de apoio, mais concretamente nos serviços de proximidade (principalmente associados aos idosos - apoio domiciliário, cuidados de saúde domiciliários, etc.), mas também no que se refere à oferta cultural, comércio, transportes, equipamentos desportivos e recreativos (golfe, ténis, recreio náutico), que satisfaçam quantitativa e qualitativamente a procura exigente destes grupos. A proximidade dos serviços é decisiva enquanto factor de atracção/repulsão da população e vai ao encontro de uma das prioridades estratégicas do PORA Algarve que aposta na dinamização dos serviços de proximidade (pessoais e colectivos).



**Diagnóstico Prospectivo do Concelho de Lagos e Proposta de Cenários Evolutivos**

**A aposta no incremento qualificativo da economia residencial no concelho de Lagos visa, antes de mais, definir uma estratégia de intervenção no espaço rural ao nível da sua ocupação e do seu desenvolvimento integrado.**

O interior do concelho, caracterizado por uma forte componente rural associada à persistência da agricultura como actividade dominante, enfrenta um acelerado processo de envelhecimento da população e estagnação económica, sem dar sinais de capacidade de rejuvenescimento demográfico e de diversificação das suas actividades. As distâncias encontradas nas localidades rurais em relação à educação, à saúde e ao mercado de emprego afastam ainda mais a vontade da população em idade activa em permanecer no interior do concelho, em função da proximidade oferecida pela cidade de Lagos ou por outras sedes de municípios vizinhos, como Portimão.

A desqualificação infra-estrutural e a perda de população nos aglomerados rurais em relação ao crescimento verificado na cidade de Lagos demonstra a necessidade de atenuar estes profundos desequilíbrios e de valorizar e promover as potencialidades das áreas rurais.

**A economia residencial poderá ter um papel importante na dinamização do espaço rural do concelho de Lagos**, enquanto área de preferência para a localização desta vertente “habitacional”, ao nível da dinâmica populacional e do mercado de trabalho, pela diversificação de actividades que pode suscitar. Num contexto turístico, estando a economia residencial associada a estadias de longa duração, que muitas vezes não correspondem à época balnear, esta poderá contribuir para atenuar a forte vertente sazonal da região.



#### 5.4. A ECONOMIA DO CONHECIMENTO E A QUALIFICAÇÃO URBANA

No âmbito das citadas Áreas de Aposta estratégica para “Lagos – Porta da Europa no Século XX”, surge o pressuposto da Qualidade Urbana como um dos factores estruturantes de actuação e factor crítico na formulação dos cenários de desenvolvimento estratégico para Lagos.

Este factor, como é óbvio, não pode ser entendido de forma descontextualizada, ou seja:

- Tem que ser enquadrado num modelo de ordenamento territorial concelhio adequado e sustentável – a expressar no PDM de Lagos;
- Tem que ser consentâneo com as apostas estratégicas de vocação e destino dos diferentes aglomerados do concelho, nos seus aspectos de acção e gestão do território – a expressar nos diferentes Planos (de Urbanização e de Pormenor), em curso de elaboração ou a implementar para os aglomerados do concelho.
- Tem de atender ao seu impacte na qualidade de vida e na promoção da imagem da cidade e do concelho de Lagos;
- Tem de atender à identidade e à identificação dos espaços urbanos que vão influenciar a própria vivência urbana.

Neste contexto, falar de **qualificação urbana** (e, obviamente, também de *requalificação*), significa essencialmente identificar os factores distintivos da qualidade de cada um dos aglomerados que constituem a malha urbana do concelho de Lagos e, também, dos factores e expressões concretas da ausência ou insuficiente qualidade dos mesmos, quer efectiva, quer potencial.

Assim, numa perspectiva estratégica, a aposta na qualidade urbana deverá ser concretizada pelos seguintes instrumentos e meios:

- **Dotar o Município de instrumentos específicos de gestão urbanística e territorial**, específicos das realidades urbanísticas mais importantes em cena (cidade de Lagos e aglomerados mais importantes, zonas de vocação turística dominante e zonas de ocupação urbana difusa, etc.) – Planos eficazes;
- **Potenciar a salvaguarda e reabilitação dos valores patrimoniais** existentes, nomeadamente pela sua identificação, classificação e afectação – património como factor distintivo e, tanto quanto possível, com uso compatível;



### Diagnóstico Prospectivo do Concelho de Lagos e Proposta de Cenários Evolutivos

- **Qualificar os espaços urbanos existentes**, designadamente os de maior significado social e patrimonial, pela integração das iniciativas existentes (projectos programados) e proposta de novas acções (requalificação de espaço público), nos domínios do seu tratamento paisagístico, infraestruturação e qualidade urbana de conjunto – os aglomerados como entidades identificáveis, e não como espaços indistintos e difusos;
- **Promover as adequadas localizações para as diferentes funções urbanas e socio-económicas necessárias**, atendendo às características físicas, urbanas e patrimoniais do território e zonas urbanas existentes e seu potencial, designadamente as de valor patrimonial (valor histórico, urbanístico, arquitectónico ou arqueológico), áreas urbanas consolidadas de valor de conjunto (centros históricos) e áreas predominantemente afectas à actividade turística – as diferentes actividades e serviços deverão potenciar e qualificar as áreas e espaços urbanos em que se inserem e não descaracterizá-los; atrair novas funções associadas a actividades que tragam valor acrescentado para o desenvolvimento e conseqüentemente para a qualidade urbana constitui uma das áreas de intervenção.
- **Enquadrar e inserir a dinâmica urbana e de promoção de actividades nos diferentes aglomerados**, designadamente de reforço das redes de serviços, de equipamentos e de infra-estruturas, com o demais contexto urbano e de ocupação edificada – as funções urbanas a criar/potenciar deverão corresponder aos requisitos de qualidade de vida e acesso a bens e serviços exigíveis numa sociedade que se pretende inserida no séc. XXI;
- **Identificar e propor as acções de melhoria do sistema de acessibilidades e infraestruturação dos aglomerados urbanos** e sua articulação com a demais estrutura de serviços de base – as redes de infra-estruturas deverão ser adequadas às novas solicitações de serviço, sem que tal signifique a afectação acrítica do território para a sua concretização ou a sua desqualificação.

Em síntese, será pela articulação e visão sistémica destes instrumentos e meios de actuação e intervenção que será possível potenciar a qualificação urbana dos diferentes aglomerados do concelho e, assim, apostar na qualidade dos espaços em causa, quer no domínio físico e patrimonial, quer de identidade social e vivência urbana.



**Diagnóstico Prospectivo do Concelho de Lagos e Proposta de Cenários Evolutivos**

A *qualificação urbana* permitirá assim o **reforço da qualidade de vida e usufruto dos aglomerados do concelho**, designadamente nos seguintes domínios essenciais:

- Habitabilidade dos aglomerados e seus diferentes lugares/bairros;
- Melhor e mais diversificado acesso a bens e serviços;
- O reconhecimento dos diferentes espaços urbanos, mantendo as suas características distintivas e particulares de identidade e valor patrimonial;
- Melhoria dos níveis de acessibilidade dos diferentes aglomerados, facilitando a mobilidade das populações e uma maior equidade social através do mais fácil acesso a bens e serviços ou actividades de índole cultural ou recreativa;
- Maior atractividade do Concelho de Lagos, no seu todo, e da Cidade de Lagos

A estratégia de qualificação urbana, finalmente, terá ainda que assentar nos seguintes pressupostos de acção:

- Numa **visão prospectiva** de identificação dos factores primordiais de actuação e estabelecimento do quadro geral e articulado das acções de qualificação (planos, projectos, acções de investimento público e privado estruturantes, etc.);
- Num respeito pela **história**, pela **tradição** e pelos **valores patrimoniais** (culturais, arquitectónicos, etc.) que constituem um factor de identidade e de identificação dos naturais e dos residentes de Lagos.
- Numa **procura de consensos** e de diálogo construtivo com as entidades envolvidas e intervenientes neste processo, de forma a melhor alcançar as metas a estabelecer.

É neste quadro que a economia do conhecimento cria uma mais valia assinalável. A concretização do projecto Algarve Tecnopolis pelas suas características, mas sobretudo pela filosofia que está inerente, joga um papel determinante na qualidade urbana que se pretende alcançar para Lagos.

Trata-se, na sua essência, de um projecto que pretende fazer de Lagos uma Cidade desenvolvida, economicamente atractiva, capaz de atrair e fixar a população qualificada e qualificar a população em idade activa, contribuindo para a alteração, consolidação e desenvolvimento da base económica local, tendo por base actividades inovadoras sustentadas em I&D, com uma forte componente de ensino e investigação. A proximidade às instituições de ensino superior existentes no concelho, os recursos e especificidades naturais locais (sobretudo se se considerar o leque de oportunidades que o mar oferece em matéria de investigação e de



**Diagnóstico Prospectivo do Concelho de Lagos e Proposta de Cenários Evolutivos**

aproveitamento dos recursos disponíveis) constituem-se factores diferenciadores e apelativos em matéria de investigação.

Mas o Tecnopolis pressupõe também ser um espaço de excelência integrado na malha urbana, com o qual a população interaja positivamente e que, pelas condições (equipamentos, infra-estruturas e serviços) qualifique a cidade e conseqüentemente o concelho. Neste quadro o esforço que tem sido desenvolvido em matéria de criação de instrumentos reguladores do uso do território, aliado ao acréscimo das acessibilidades regionais e nacionais são pontos de partida para a qualificação urbana no quadro da implementação do projecto Algarve Tecnopolis. Potenciar as sinergias que daí decorrem e associá-las à criação de consensos em matéria de intervenção urbana e desenvolvimento económico é o desafio que se coloca a Lagos e que constitui parte integrante do processo de elaboração do PEL.



## 6. ANEXOS

### 6.1. SISTEMA DE INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O desenvolvimento e criação de sistemas de indicadores, por um lado, ajuda a identificar ou diagnosticar as realidades actuais e, por outro lado, permite uma visão mais abrangente das realidades e, como tal, pode assumir-se como uma importante ferramenta de apoio a futuras tomadas de decisão com vista à sustentabilidade do desenvolvimento.

Se esta noção pode e deve ser aplicada à realidade nacional, também em termos regionais e locais é possível estabelecer critérios semelhantes que permitam estabelecer sustentadamente estratégias de desenvolvimento locais.

A utilização de indicadores tem vindo a ser cada vez mais uma realidade na definição e avaliação do cumprimento de metas a atingir em matéria de sustentabilidade. O estabelecimento de metas associadas a diversos indicadores permite conceber estratégias, programas e planos de acção cujos objectivos se encontrem perfeitamente balizados, prevenindo a obtenção de resultados inconclusivos.

Um dos passos importantes do processo de desenvolvimento do sistema de indicadores que será proposto consiste em tornar clara a relação entre os indicadores a estabelecer/seleccionar e as estratégias e objectivos a atingir. Assim, o processo de implementação dos indicadores a incluir no sistema contemplará:

- Especificação das questões prioritárias em termos estratégicos, procedendo à selecção dos indicadores que traduzam essas mesmas preocupações prioritárias;
- Preparação da lista dos diversos indicadores prioritários;
- Avaliação da disponibilidade dos dados necessários à consideração dos indicadores seleccionados;
- Avaliação da adequação ou não dos dados disponíveis face aos indicadores seleccionados;
- Recolha, análise e sistematização dos dados necessários para contabilizar os indicadores estabelecidos;
- Desenvolvimento de estratégias com vista à informação dos resultados obtidos na implementação do sistema de indicadores.

Em termos técnicos tomar-se-á em atenção questões relacionadas com o seguinte:



**Diagnóstico Prospectivo do Concelho de Lagos e Proposta de Cenários Evolutivos**

- Utilidade dos indicadores escolhidos, bem como das respectivas fichas técnicas a eles associadas;
- Disponibilidade de dados, quer em termos actuais como em termos de possíveis actualizações;
- Informação produzida e sua difusão;
- Planeamento face ao desenvolvimento do sistema e sua adequação no tempo;
- Possibilidade de revisão periódica do sistema de indicadores definido.

Em termos prioritários, e numa primeira aproximação podem tomar-se como certos da sua inclusão no sistema os seguintes indicadores ambientais:

- Áreas protegidas marinhas
- Áreas protegidas integradas em redes internacionais
- Grau de vigilância das áreas protegidas
- Áreas protegidas abrangidas por planos de ordenamento
- Evolução da linha de costa
- Área construída
- Contaminação de origem difusa
- Qualidade da água em zonas balneares
- Zonas balneares com bandeira azul
- Qualidade do sistema aquático em faixas costeiras
- Qualidade das águas superficiais
- Qualidade das águas subterrâneas
- Qualidade da água para consumo humano
- Intensidade turística
- Sazonalidade turística
- Turismo de espaço rural / ecológico



## 6.2. BIBLIOGRAFIA

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve – “Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve: Relatório de Caracterização e Diagnóstico, volume I - Síntese” (Fev. 2004)

Direcção Geral de Estudos, Estatística e Planeamento (Ministério da Segurança Social, Família e da Criança) - “*Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2003-2005*” (2003)

High Level Group chaired by Wim Kok – “Facing the Challenge – The Lisbon strategy for growth and employment” (Nov. 2004)

Instituto da Segurança Social (Ministério da Segurança Social, Família e da Criança) – “*Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental*” (Jan. 2005)

Ministério das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional – “O QCA III e a reprogramação intercalar. O Próximo período de Programação Financeira Comunitária 2007-2013”

Ministério das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional – “*Quadro Comunitário de Apoio III, 2000-2006 – Revisão Intercalar 2004*”

Mota Almeida, I., Pinto M., Sá Vasconcelos, J., marques Soromenho, V., Ribeiro Félix, J. – “*Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável 2005-2015*”

“O Porto de Lagos e o Infante D. Henrique” – Rui Manuel Loureiro – Câmara Municipal de Lagos

“A Vila de Sagres e o Mito da Escola Náutica do Infante” – Rui Manuel Loureiro – Câmara Municipal de Lagos

Estratégia Nacional para os Oceanos – Comissão Estratégica dos Oceanos – Julho de 2004

### Sites da Internet:

[www.cm-lagos.com](http://www.cm-lagos.com)

[www.correiodelagos.pt](http://www.correiodelagos.pt)